

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS**

**JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA**

**PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO  
SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES  
AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**

**PONTA PORÃ, MS.**

**2021**

**JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA**

**PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO  
SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES  
AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Estadual de Mato Grosso do  
Sul, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Regional e de Sistemas  
Produtivos.

Orientadora: Profa. Dra. Rosenery Loureiro  
Lourenço

PONTA PORÃ, MS.

2021

**JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA**

**PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA  
ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-  
AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos – Mestrado, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Ponta Porã-MS, 29 de julho de 2021.

Banca examinadora:

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosenery Loureiro Lourenço

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Milton Parron Padovan

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Omar Jorge Sabbag

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

C873p Costa, Juliana Maria Vieira da

Pluriatividade no setor rural de Mato Grosso do Sul: uma análise das ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas de famílias assentadas / Juliana Maria Viera da Costa. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2021.

140p.

Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2022.

Orientadora: Prof. Dra. Rosenery Loureiro Lourenço

1. Atividades agrícolas e não agrícolas 2. Pluriatividade 3. Emprego e renda 4. Assentamento rural 5. Feiras I. Lourenço, Rosenery Loureiro II. Título

CDD 23. ed. - 338.1

## DEDICATÓRIA

*Dedico o presente trabalho às pessoas importantes de minha vida, por acreditarem que eu seria capaz de vencer mais esse desafio.*

*Minha filha; Ana Júlia Vieira Lima;*

*Minha Mãe; Rosele Marques Vieira,*

*Meu avô; Onesto Vieira,*

*Minha irmã; Ana Carolina Vieira,*

*Meu esposo Valcir Fernando Freitas Lima;*

*Minha avó; Jaci Marques Vieira (In Memoriam)*

*A minha família.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pois sem sua ajuda, nada seria possível.

Os agradecimentos a seguir não obedecem a uma ordem de importância, pois todos exerceram papel de grande relevância na construção deste sonho.

Agradeço a minha mãe Rosele Marques Vieira, mulher batalhadora a quem admiro muito, sempre me apoiando nunca me deixando desistir, sem sua ajuda não chegaria aqui. É meu exemplo de luta e superação.

Ao meu avô Onesto Vieira, por ter aceitado se privar da minha companhia pelos estudos, a quem devo tudo que sou e serei.

À minha querida irmã Ana Carolina por sempre me incentivar e por todas as vezes que me acompanhou na realização das entrevistas.

À minha amada filha Ana Júlia Vieira Lima, minha companheirinha, por compreender minha ausência durante o curso, madrugadas de estudos. Amo incondicionalmente.

À minha avó Jaci Marques Vieira (In Memoriam), eternamente presente em meus pensamentos e em meu coração.

À professora orientadora desse trabalho, Dr<sup>a</sup> Rosenery Loureiro Lourenço minha gratidão pelos ensinamentos e principalmente pela enorme paciência que teve comigo. Obrigada por todo aprendizado e por fazer parte desta vitória pessoal.

Aos colegas e queridos amigos da 5<sup>a</sup> Turma do PPGDRS – 2018, com os quais convivi e aprendi muito, em especial a Michelle Christina Castilho, Marília Lorena Godoy e a minha colega Laura Melo por todo incentivo e apoio.

A todos os professores do PPGDRS, que se dedicaram compartilhando conosco seus conhecimentos e ao secretário do Mestrado Edson Ferreira, sempre disposto a nos ajudar.

Aos amigos Cristiano Pereira e Regiane Cabral pela amizade e apoio nessa caminhada e a Ivete Franco pelo carinho e cuidado comigo e com minha filha quando precisei estar distante para assistir às aulas do mestrado.

Aos produtores assentados da feira do Marambaia que me receberam atenciosamente e se dispuseram em ceder seu tempo e compartilhar suas experiências para a realização do estudo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu esposo Valcir Fernando Freitas Lima, por estar comigo em todos os momentos desta jornada, sou grata pelo carinho e companheirismo, por me incentivar nas horas mais difíceis, nunca me deixando desistir.

## **DURANTE ESTE TRABALHO...**

As dificuldades não foram poucas...

Os desafios foram muitos...

Os obstáculos, muitas vezes, pareciam intransponíveis.

Muitas vezes nos sentimos só, e, assim, o estivemos...

O desânimo quis contagiar, porém, a garra e a tenacidade foram mais fortes, sobrepondo esse sentimento, fazendo-nos seguir a caminhada, apesar da sinuosidade do caminho.

Agora, ao olharmos para trás, a sensação do dever cumprido se faz presente e podemos constatar que as noites de sono perdidas, o cansaço, os longos tempos de leitura, digitação, discussão; a ansiedade em querer fazer e a angústia de muitas vezes não o conseguir, por algum problema; não foram em vão.

Aqui estou, como sobrevivente de uma longa batalha, porém, muito mais forte e hábil, com coragem suficiente para mudar a nossa postura, apesar de todos os percalços...

Como dizia *Antoine Saint Exupéry* em sua obra prima "*O Pequeno Príncipe*":

***“Foi o tempo que perdeste com a tua rosa, que fez a tua rosa tão importante.”***

## RESUMO

A agricultura brasileira vem sofrendo grandes transformações relacionadas à mecanização das atividades agrícolas, afetando o nível de empregos no setor rural. Estas transformações se intensificaram desde 1960, devido a um processo crescente de urbanização, de forma tal que a mecanização na agricultura se responsabilizou pela eliminação de postos de trabalhos agrícolas e pela criação de empregos/ocupações não-agrícolas no setor. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender como a pluriatividade está inserida no cotidiano de famílias que participam de feiras de assentados e os impactos dessas atividades não agrícolas na vida dessas famílias rurais. A partir de uma metodologia qualitativa, a pesquisa utilizou entrevistas narrativas para compreender a dinâmica do emprego rural das famílias assentadas. A análise foi por meio das falas dos sujeitos. A realização de cada entrevista procedeu de uma entrevista narrativa com perguntas semiestruturadas onde as falas dos entrevistados foram ouvidas e transcritas para a análise e interpretação dos dados coletados, as falas foram ouvidas e lidas e os dados foram tratados seguindo a proposta de Schultz, os trechos das falas foram selecionados como auxílio do programa do Excel visando facilitar a compreensão da lógica e dos sentidos das narrativas. Os resultados demonstram que a pluriatividade tem impactado positivamente na vida dessas famílias, contribuindo para o aumento de oferta de mão de obra no meio rural, desta forma, ocorre uma diminuição do êxodo rural. Esta nova forma de mão de obra permite novas possibilidades de obtenção de renda para os integrantes das famílias, possibilitando que essas famílias possam ampliar seus rendimentos e manter suas propriedades rurais. Portanto para os produtores assentados o trabalho na feira bem como exercer atividades não agrícolas possibilita uma melhoria na qualidade de vida tanto financeira quanto emocional.

**Palavras-Chave:** Atividades agrícolas e não agrícolas. Pluriatividade. Emprego e renda. Assentamento rural, feiras.



## ABSTRACT

Brazilian agriculture has been undergoing major transformations related to the mechanization of agricultural activities, affecting the level of employment in the rural sector. These transformations have intensified since 1960, due to a growing urbanization process, in such a way that mechanization in agriculture was responsible for the elimination of agricultural jobs and also for the creation of non-agricultural jobs/occupations in the sector. The objective of the research is to understand how pluriactivity is inserted in the daily lives of families who participate in settler fairs and the impacts of these non-agricultural activities on the lives of these rural families. Based on a qualitative methodology, the research used narrative interviews to understand the dynamics of employment of the settled families. The analysis was through the speeches of the subjects. Each interview was carried out through a narrative interview with semi-structured questions where the interviewees' speeches were heard and transcribed for the analysis and interpretation of the collected data, the speeches were heard and read and the data were treated following Schultz's proposal, the excerpts of the speeches were selected with the help of the Excel program in order to facilitate the understanding of the logic and meanings of the narratives. The results show that pluriactivity has positively impacted the lives of these families, contributing to the increase in the supply of labor in rural areas, thus, there is a reduction in rural exodus. This new form of labor allows new possibilities of obtaining income for family members, enabling these families to increase their income and maintain their rural properties. Therefore, for the settled producers, working at the fair as well as exercising non-agricultural activities enables an improvement in both financial and emotional quality of life.

**Keywords:** Agricultural and non-agricultural activities, Pluriactivity, Employment and income, Rural settlement.

## LISTA DE SIGLAS

**AGENFA** - Agência Fazendária Estadual

**AMFFI** - Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati

**CAI** - Créditos concedidos aos assentados, são os Crédito Apoio à Instalação

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

**COVID-19** - O nome Covid é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados.

**CUT** - Central Única dos Trabalhadores

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**Embrapa** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FETAGRI** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMS**- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

**IDATERRA** - Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul.

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

**PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos.

**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**POLOAMAZÔNIA** - Programa de Desenvolvimento da Amazônia

**POLOCENTRO** - Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados

**POLONORDEST** - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste

**PROÁLCOOL** - Programa Nacional do Álcool

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRONAGEM** - Programa Nacional de Armazenagem,

**PROPEC** - Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária.

**PROTERRA** - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste

**SUDECO** - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b>	Mapa da fazenda Itamarati.....	57
<b>MAPA 2</b>	Mapa da divisão do Assentamento Itamarati I e Assentamento Itamarati II.....	59
<b>MAPA 3</b>	Mapa dos Movimentos de grupos dos assentados.....	60

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** - Imagem do ônibus disponibilizado para o transporte dos produtores assentados até a feira para exposição dos produtos.....105
- FIGURA 2** - Imagem da feira na região do Marambaia.....107
- FIGURA 3** - Imagem da Inauguração do início das feiras da agricultura familiar.....108
- FIGURA 4** - Imagem de frutas, verduras e diversos produtos derivados da agricultura familiar.....109
- FIGURA 5** - Produtos da agricultura familiar comercializados na feira do Marambaia.....110
- FIGURA 6** - Produtos da agricultura familiar na feira.....110

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	21
2.1 Dinâmicas rurais do mercado de trabalho .....	21
2.2 Pluriatividade .....	24
2.3 Políticas de Incentivo à produção agrícola e dinâmica produtiva em MS .....	33
2.4 Agricultura Familiar em MS .....	44
2.4.1 Assentamentos rurais .....	50
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	62
3.1 Abordagem de Pesquisa .....	62
3.2 Amostra e participantes da Pesquisa .....	64
3.3 Coleta e Análise de Dados .....	67
3.4 Ética na Pesquisa.....	70
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	72
4.1 Narrativa dos Produtores.....	72
4.2 Interpretação e discussão das narrativas .....	90
4.3 Vivências de Produtores rurais, assentados e pluriativos: .....	90
4.4 Um olhar mais aprofundado nas narrativas.....	95
4.4.1 Início do trabalho na Agricultura Familiar.....	96
4.4.2 A inserção da pluriatividade no cotidiano das famílias.....	96
4.4.3 Os impactos das atividades não-agrícolas na vida das famílias .....	98
4.4.4 A proeminência das mulheres nas feiras e nas atividades não agrícolas....	99
4.4.5 Depressão no campo .....	101
4.4.6 A importância de estar envolvido na agricultura familiar .....	102
4.4.7 Dificuldades de deslocamento em função de estradas ruins no assentamento Itamarati.....	103
4.4.8 Escolha da feira no bairro Marambaia.....	104
4.4.9 Expectativas dos produtores para o futuro .....	112
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	115

<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	120
<b>ANEXOS</b> .....	129

## 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar e a pluriatividade foram marcadas por importantes mudanças na estrutura produtiva e na dinâmica socioeconômica do meio rural brasileiro, com impactos sobre as distintas formas de agricultura e de ocupações existentes em todas as grandes regiões do país (MATEI, 2015).

A agricultura familiar é uma categoria expressiva no meio rural brasileiro, buscando assim sua reprodução e sobrevivência, fenômeno que se expandiu pela revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver em suas atividades pluriativas (OYAMADA *et al.*, 2007).

A Pluriatividade está presente na agricultura familiar brasileira. De acordo com Schneider (2006), pluriatividade se refere a um fenômeno caracterizado pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem à mesma família.

Existem muitas pesquisas relacionadas à agricultura familiar e, conseqüentemente, a pluriatividade está presente nas unidades estudadas (OYAMADA *et al.*, 2007; NASCIMENTO, 2009; MATEI, 2015; SAKAMOTO, NASCIMENTO e MAIA, 2016). Tais estudos apontam que a agricultura familiar utiliza fontes pluriativas como forma de obtenção de renda para a família rural na atualidade.

Diante disso, com o trabalho de pesquisa proposto, pretende-se agregar novas informações sobre o assunto, especialmente ao fornecer elementos para melhor compreensão das mudanças que estão ocorrendo na forma ocupacional do setor agrícola, apresentando dados que forneçam ferramentas para a fundamentação de futuros debates e pesquisas no meio acadêmico.

Buainaim e Romeiro (2000) afirmam que a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias.

As pesquisas sobre as atividades pluriativas na agricultura familiar vêm ganhando a cada dia mais espaço nos projetos e trabalhos científicos acerca



dos novos segmentos da agricultura e as perspectivas de desempenho econômico como estratégia de reprodução das unidades familiares.

Portanto, conforme Wanderley (1995), essa forma de atividade praticada fora do domicílio rural se refere a situações em que os indivíduos que fazem parte desses domicílios buscam por atividades econômicas e produtivas não diretamente ligadas ao cultivo da terra, ou seja, não exclusivamente agrícolas. Ainda nesse viés, o trabalho externo se torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar.

Estudos sobre a agricultura familiar destacam o avanço de diversas mudanças no espaço rural, dentre elas a prática por atividades não-agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora do domicílio rural, para complementar a renda e garantir a reprodução socioeconômica das unidades familiares.

Acerca disso, observa-se que o número de pequenos empreendimentos vem ganhando espaço, uma vez que representam aproximadamente 65% do total de estabelecimentos rurais no MS. Quando são comparados os dados referentes ao ano de 1996, fica evidente um acréscimo superior a 11% (IBGE, 2009), um aumento que pode ser explicado diante das demarcações territoriais e a constituição de novos assentamentos rurais ocorridos nesse período no estado de MS (INCRA, 2017).

Para autores que estudaram a pluriatividade no estado de Mato Grosso do Sul, como Amaral *et al.* (2016), o local de moradia exerce influência negativa ou inversa sobre as alternativas de ocupação, pois, com o incremento da distância a ser percorrida, menor a chance da família se inserir no mercado de trabalho. Tem sido em Mato Grosso do Sul, o propulsor da economia e do desenvolvimento rural, especialmente devido ao fato da maioria das terras estarem concentradas em grandes estabelecimentos rurais (IBGE, 2009).

Assim, compreende-se que a pluriatividade ocorre quando todos os fatores (agrícolas e não-agrícolas) influenciam a produção/ocupação e geração de renda familiar. Nesse sentido, é importante ressaltar a pluriatividade nas

perspectivas da agricultura familiar e sua relação com os assentamentos rurais, bem como com suas respectivas feiras.

Mudanças expressivas ocorreram no setor agrário no Brasil na década de 1970 com os incentivos à modernização da agricultura, baseada na mecanização e uso de insumos externos para facilitar o cultivo de grandes áreas. Nesse contexto, a fazenda Itamarati, propriedade de Olacyr de Moraes, foi considerada símbolo nacional da agricultura moderna no ano de 1980, cujo empresário recebeu diversos incentivos do governo para aquisição da extensa área rural que atualmente corresponde ao Assentamento Itamarati (BELLÉ, 2011).

Desde o início do planejamento do Assentamento Itamarati, famílias de origens sociais diversas migraram para a região e compuseram diferentes anseios de luta pela terra. Sendo assim, em razão da multiplicidade de atores e visões a formação dos Assentamentos Itamarati I e Itamarati II, foram executadas “com várias composições de famílias, oriundas de diferentes organizações sociais, com anseios e motivações diferentes, comportamentos distintos e marcados por uma identidade social construída em sua trajetória de vida” (BELLÉ, 2011, p. 81).

Muitas dessas famílias vieram com a intenção de resgate das práticas de Agricultura Familiar das gerações anteriores. Segundo Martins (2001), a Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Os que fazem objeção ao uso da concepção de agricultura familiar têm suas imprecisões. De qualquer modo, a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais, no Brasil, há mais de meio século, primeiramente pelos antropólogos. Usamos, aqui, a concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, regulada por valores de tradição familiar. Além disso, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais. Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 07):

Os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária.

De acordo com tal definição, entende-se de maneira genérica que os assentamentos são uma resposta à luta pela democratização da terra em que os movimentos sociais pressionam o Estado e este aparece como mediador do conflito. O objetivo final é a fixação do homem no campo e a melhoria da condição de vida da população camponesa. Nesse sentido, “a reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser um instrumento de contenção do êxodo rural” (GONÇALO, 2001 p. 57).

Segundo José de Souza Martins (2001), a Agricultura Familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Ainda conforme o autor, o uso da concepção de agricultura familiar no seu sentido histórico e antropológico, como unidade dessa reprodução social da família, é regulado por valores de tradição familiar. Portanto, as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e permanecer; elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais.

As feiras-livres se destacam como um importante canal de comercialização para a agricultura familiar e que apresentam um conjunto de relações, fazendo delas lugar social de trocas não apenas materiais, como também imateriais (sociais, históricas e culturais). Estas feiras são espaços públicos e lugares de interação onde diferentes racionalidades, para além da econômica, tais como a comunitária, a religiosa, a familiar e a societária se influenciam mutuamente, com imenso potencial para a reprodução social (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017).

Desta maneira, por mais que existam tentativas de se implementar novos mercados para a agricultura familiar, é notória a importância da feira-livre enquanto tradicional meio de trocas, materiais e imateriais.

Embora receba críticas enquanto mercado concreto e seguro para a agricultura familiar, seja pelas intempéries da natureza, seja pela oscilação de preços, como apontado por Buainain (2006), há que se pensar que estes riscos podem estar presentes em quaisquer outros mercados, corporativos ou institucionais.

Considerando o exposto, o objetivo da pesquisa é compreender como a pluriatividade está inserida no cotidiano de famílias que participam de feiras de assentados e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais. Essa dissertação está estruturada em 5 capítulos, incluindo-se a Introdução como primeiro. No segundo capítulo, é apresentado o referencial teórico. Esse capítulo toma por base pesquisas sobre a dinâmica do mercado de trabalho em relação às ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural. De forma específica, buscamos oferecer argumentos para a compreensão das políticas de incentivo à produção agrícola voltada à agricultura familiar, bem como das alterações ocorridas no mercado de trabalho rural em Mato Grosso do Sul. O capítulo também discorre sobre o fenômeno da pluriatividade e sobre os assentamentos, especificamente em Mato Grosso do Sul.

No terceiro capítulo da dissertação se apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. A quarta parte da pesquisa apresenta a análise dos dados e interpretação dos resultados. Por fim, após as considerações finais tecidas no quinto capítulo, são elencadas as referências bibliográficas.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Dinâmicas rurais do mercado de trabalho

De acordo com Vieira, Vareiro e Ilha (2008), a agricultura brasileira passou por diversas mudanças estruturais ao longo dos anos, creditícias e empregatícias. Isso contribuiu para mudanças na mão de obra empregada no setor agrícola, favorecendo o surgimento de novas formas de emprego/ocupação (atividades agrícolas e não-agrícolas) na agricultura brasileira e sul-mato-grossense.

As últimas décadas foram marcadas por importantes transformações na estrutura produtiva e na dinâmica socioeconômica rural brasileira, com impactos sobre as distintas formas de agricultura e de ocupações com as novas funções do meio rural. Com a emergência de novos atores rurais, ocorrem mudanças nas famílias rurais e nas explorações agropecuárias e com as similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural (MATTEI, 2015).

Segundo Saraceno (1997), essa tradicional divisão social do trabalho entre cidade (indústria e serviços) e campo (agricultura) é cada vez mais imprecisa e menos eficiente para analisar a dinâmica do mercado de trabalho rural porque a distribuição do emprego está cada vez menos pautada pela antiga dicotomia rural *versus* urbano e mais pela dinamização das economias locais e regionais, que inclui as áreas rurais. A dinâmica de trabalho está sendo pautada tanto pela segmentação de produtos e processos e pela integração das empresas em diferentes localidades como pelas novas formas de uso dos espaços rurais, especialmente por parte das populações urbanas.

Decorrente desse processo, expandiram-se atividades de lazer, moradia, turismo, preservação ambiental e até mesmo sede de empresas nos espaços rurais. Com isso, surgiram novos atores sociais rurais com interesses distintos, o que coloca o desafio de novas formas de regulamentação e de uso desses espaços (MATTEI, 2015).

Hoffman (2000) acredita que a pluriatividade possa vir a ser um fator decisivo para a elevação da renda e a redução da pobreza no meio rural. Em

parte isso se justifica pela influência da própria educação no acesso de outras atividades não-agrícolas mais bem remuneradas.

No caso do mercado de trabalho rural, os primeiros seis anos da década mostram uma inversão em termos de importância da renda do trabalho agrícola em detrimento da renda do trabalho não-agrícola. Diferentemente do que se observou no final dos anos 1990, quando a renda do trabalho não agrícola chegou a responder por 42% da renda total, contra apenas 38% da renda de atividades agrícolas, essa relação voltou a se inverter (CAMPOLINA e SILVEIRA, 2008).

Uma explicação possível está ligada a dois fatos: a desvalorização do real, em 1999, e a forte demanda internacional por *commodities* agrícolas que provocaram a elevação dos preços nos últimos anos. A manutenção desse desempenho dependerá muito do cenário econômico mundial nos próximos anos e da manutenção de uma demanda aquecida por alimentos (CAMPOLINA e SILVEIRA, 2008).

Conforme a ideia defendida pelos autores, as áreas rurais brasileiras ainda mantêm especificidades próprias, dentre as quais podem ser mencionadas famílias mais numerosas, piores condições de moradia e piores indicadores educacionais (maiores taxas de analfabetismo e menos anos de estudo), maior importância das transferências para composição da renda total das famílias, maior importância dos gastos com alimentação em detrimento de gastos com educação, saúde e habitação.

Almeida, Rodrigues e Corticeiro (2002) constataram o esgotamento da absorção de trabalhadores nas atividades agropecuárias, causado tanto pelo fechamento da fronteira agrícola quanto pela desmoralização progressiva pela qual vem passando o Centro-Oeste. A possibilidade de trabalho passou a se encontrar cada vez mais em atividades que estejam ligadas aos setores de serviços e comércio, que cresceram devido à expansão das agroindústrias numa região de desenvolvimento recente.

A partir disso, esses autores estabeleceram alguns pontos de partida para o estudo empírico dos fatores condicionantes da renda das famílias agrícolas: (i) a presença de atividades não agrícolas deve ser um fator de

elevação da renda média; (ii) a localização regional deve influenciar muito a possibilidade de se obter ganhos provenientes de atividades não agrícolas; (iii) a origem da renda não-agrícola (indústria, turismo e etc.) é um fator relevante na determinação do nível de renda; (iv) a educação é um importante determinante das possibilidades de se obter rendas não-agrícolas (ALMEIDA, RODRIGUES, CORTICEIRO, 2002).

Por outro lado, Hoffmann (2000) e Ney (2006) ao estudarem a relação entre educação, atividades não-agrícolas e distribuição de renda no meio rural brasileiro, concluíram que as atividades não-agrícolas em vez de reduzirem a desigualdade de renda, contribuíram para aumentá-la.

Conforme destaca Ney (2006), isso acontece não só na agricultura, mas também em outros setores não-agrícolas porque as famílias mais pobres e que sofrem com a escassez de terra desenvolvem, principalmente, atividades que exigem pouca qualificação e baixo investimento.

Ademais, as culturas tradicionais pesam cada vez menos, tanto em termos de ocupação, como da renda gerada nos estabelecimentos familiares. O associativismo pesquisado por Sangalli *et. al.* (2014), assemelha-se a este novo modo de organização dos agricultores no Brasil e mostra sua importância para a sobrevivência dos agricultores neste processo de transição e adequação a esta nova realidade, destacando que o seu objeto de estudo é um assentamento rural na cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul:

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento da renda e, por consequente, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, de diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento. Dessa forma, com relação ao cooperativismo, a cerne residem na melhoria das condições econômicas dos produtores, principalmente aqueles em que o nível de produção se caracteriza por escala reduzida (SANGALLI *et al.*, 2014, p. 228).

Assim, podemos concluir que os novos atores sociais estão procurando e explorando oportunidades para obter ganhos com o desenvolvimento das novas atividades que possibilitem o crescimento da renda.

## 2.2 Pluriatividade

A interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que ficam mais complexas e diversificadas em relação aos agricultores e ao ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas (SCHNEIDER, 2006).

A partir de uma criteriosa revisão bibliográfica realizada por Sacco dos Anjos (2003, p. 79-86), ficou evidente que o termo pluriatividade “permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais: a agricultura a tempo parcial e a diversificação econômica e produtiva”. Outras conclusões apresentadas por esse autor se referem a não exclusividade de “agricultores com baixos ingressos agrícolas, marginais ou oriundos de zonas desfavorecidas, os que se lançam às estratégias de diversificação de atividades e ingressos”.

As combinações da agricultura com atividades que lhe são exteriores é uma conduta bastante antiga, tanto no Brasil, quanto em outras regiões do mundo, mesmo que não reconhecidas como típicas de pluriatividade. Ela aparece como uma forma de manter o exercício da agricultura na unidade familiar, ao invés de representar o fim das práticas agrícolas. Assim, atualmente, pode-se dizer que a pluriatividade representa uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, valendo-se de fatores internos e externos da unidade produtiva para tal objetivo (AIRES e SALAMONI, 2013).

Dessa forma, para se entender sobre a pluriatividade como categoria teórica que se refere a um fenômeno contemporâneo, é necessário explicitar o contexto do modelo de desenvolvimento rural do qual faz parte.

Entende-se por pluriatividade as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. Implica uma forma de gestão do trabalho



doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica ou, ainda, serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura (SCHNEIDER, 2003).

As unidades familiares utilizam a renda das atividades agrícolas e não agrícolas para o seu sustento, mas há uma desigualdade muito grande, considerando que as atividades pluriativas são desprezíveis para algumas comunidades estudadas. Os resultados obtidos nessas unidades analisadas sobre pluriatividade mostraram que as atividades pluriativas são praticadas pela menor parte da população (SALETE *et al.*, 2006).

E de acordo com Marsden (1990), a pluriatividade é uma configuração das relações de trabalho contemporâneas decorrente dos processos recentes de realocação econômica. Embora o autor defenda que a pluriatividade seja uma decorrência dos novos contornos sociais, econômicos e espaciais da reestruturação capitalista, também reconhece que os elementos “exógenos” (sobretudo o mercado de trabalho de atividades não agrícolas) não são suficientes para explicar inteiramente esse fenômeno.

Ainda segundo o autor, para se compreender os tipos de impacto que essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, é necessária a análise das relações sociais internas às propriedades e ao processo produtivo, ou seja, um estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho.

Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico e o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola (SCHNEIDER, 2003, p. 14).

Para Tonini (2013), os principais estudos sobre a pluriatividade na agricultura familiar estão relacionados com as questões econômicas. As transformações socioculturais também aparecem como resultado e não podem deixar de ser analisadas, visto que alteram profundamente o contexto rural e o estilo de vida, até então desvalorizado. A capacidade do agricultor em superar dificuldades faz com que este busque constantemente alternativas para continuar produzindo e se alimentando. Aliar-se à natureza ou à cultura são formas para manter a reprodução socioeconômica.

A pluriatividade está proporcionando uma maior estabilidade na renda do produtor rural, sendo importante para a viabilidade das propriedades rurais, adequando a adoção de técnicas e gestões novas, um fator determinante na redução de custo de produção, o qual sempre interferia na rentabilidade da atividade e da viabilidade da propriedade rural (SALETE *et al.* 2006).

A pluriatividade possui algumas características fundamentais, dentre as quais encontramos a interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho. Ou seja, para Schneider, “A pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem à mesma família” (SCHNEIDER, 2006, p. 139).

Lentamente, a pluriatividade passa a ser reconhecida entre os especialistas e formuladores de políticas como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural que visa fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares. Parece evidente, contudo, que a pluriatividade não é capaz de promover o desenvolvimento rural sem estar conectada a outras condições como o acesso à terra, aos mercados, capacidade de inovação e disponibilidade de crédito (SCHNEIDER *et al.* 2006).

Os agricultores estão combinando as atividades agrícolas e não-agrícolas para obtenção de seu sustento, com uma diversidade de possibilidade e estratégias para a permanência no espaço rural. A área estudada foi caracterizada por pequenas propriedades, sendo predominante a mão de obra familiar e consideradas as características das atividades pluriativas para a renda dessas famílias (HOFFMANN, 2008).

Em relação ao debate sobre a agricultura familiar, resta acrescentar que as sugestões de conceitos e de enfoques apresentadas não se prendem às unidades agrícolas. Ou seja, quando se propõe estudar as formas familiares de organização do trabalho e da produção não se está imaginando que elas estejam restritas ao setor agrícola e ao espaço rural, pois existem várias outras atividades em que se pode observar essa configuração (SCHNEIDER, 2003).

No processo de crescimento produtivo sobre os agricultores pela modernização, incorporação de novas tecnologias e capacitação contínua, os camponeses europeus desenvolveram formas de resistência à própria desaparecimento e não só para o aumento de suas rendas, que podiam ser percebidas pelo comportamento.

O mesmo pode ser afirmado em relação à pluriatividade, que se apresenta como um fenômeno social relativamente novo e desconhecido no espaço rural, embora suas características há muito estejam presentes nas diversas formas de trabalho (precário ou não) exercidas no âmbito urbano-industrial, pois, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família. Curiosamente, as famílias urbanas nunca foram chamadas de pluriativas pelo fato de haver sua unidade domiciliar pessoas com múltiplas inserções profissionais. Nesse sentido, o debate sobre a pluriatividade, ganha uma nova frente de discussão, que leva à reflexão sobre o processo de homogeneização social, econômica, cultural e simbólica das famílias rurais e urbanas ou das famílias em geral (SCHNEIDER, 2003).

Sobre as considerações acerca da pluriatividade, Schneider (2003, p. 91-92) comenta:

[...] um fenômeno através do qual, membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integra em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola.

Com base em Silva, Da Silva e Pereira (2015), a pluriatividade contribui para a sustentabilidade em suas três dimensões, na medida em que: a) possibilita às famílias combinarem agricultura com atividades não agrícolas, tendendo, com isso, a minimizar a pressão sobre os recursos ambientais do estabelecimento; b) promove a ocupação da força de trabalho e a geração de renda; c) contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias e para o fortalecimento da economia local.

A pluriatividade tem um papel fundamental na sustentabilidade social, econômica e ambiental das comunidades pesquisadas, mas não pode ser considerada uma solução dos problemas dos agricultores familiares desta comunidade, pois há uma grande fragmentação progressiva da terra, onde grandes desafios devem ser vencidos para se ter algo sustentável.

Cabe destacar que perante as políticas em curso que estão a serviço da manutenção da acumulação de capital, sobrevive a defesa da reforma agrária e do agroecologia para a agricultura camponesa, que tem como perspectiva a construção da soberania alimentar, por meio da produção diversificada de alimentos, conjugada com preservação ambiental, antagonizando-se, portanto, com a defesa acrítica da modernização, bem como do estímulo à ampliação da pluriatividade no meio rural (CRUZ, 2012).

Isso representa uma grande contribuição e diversificação da agricultura familiar das áreas estudadas. Ainda assim, vale ressaltar que a implementação de outros tipos de atividades para a melhoria da renda dos agricultores está relacionada a efeitos positivos, fortalecendo os laços da agricultura familiar.

Nascimento (2004) enfatiza o grau de estagnação da economia brasileira que não tem sido capaz de absorver os excedentes de mão de obra agrícola, seja no meio urbano, seja no meio rural. Enfim, o crescimento de serviços domésticos remunerados e de famílias de não ocupados no meio rural, em contraste com a continuada retração da ocupação agrícola, reforçam as evidências do aumento da pobreza e da desigualdade social (pessoal e regional) em nosso país.

Existe uma grande evolução dos diferentes tipos de famílias extensas rurais, dos diferentes tipos de famílias rurais mostrando que a redução de

famílias pobres agrícolas se deve, neste caso, também ao fato destas estarem se tornando famílias de não ocupados, residentes no meio rural, e não somente em virtude de êxodos agrícola (substituição de atividades agrícolas por atividades não-agrícolas) ou rural-urbano.

Conforme os estudos de Ricardio (2011), o uso da pluriatividade pode trazer mais soluções eficientes à formação de uma organização de produção cooperativa entre os agricultores. Ao central da posição dos agricultores associados frente às estratégias de geração, escolher a melhor atividade complementar, de forma conjunta, não se despreza a ideia de emprego e renda locais da agricultura familiar como atividade principal na busca por uma alternativa não capitalista. Aliás, atividades pluriativas são periódicas e não sazonais e o risco de desprendimento do agricultor familiar da sua atividade principal (agricultura) é inexistente, possibilitando a reversão do agravamento da pobreza no campo.

A pluriatividade está intimamente ligada à reprodução da agricultura familiar e se refere a circunstâncias específicas do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Ao se orientar as políticas públicas no sentido do estímulo à pluriatividade da família camponesa, revela-se uma determinada interpretação da questão agrária que, como discutiremos mais adiante, considera a reforma agrária como secundária para a transformação da sociedade brasileira e das relações no campo (MACHADO E CASALINHO, 2010).

Para Machado e Casalinho (2011), a pluriatividade deve ser considerada como uma estratégia do capital, em seu processo de acumulação, caso se considere que o espaço rural não tem mais a função principal na produção de alimentos por parte do segmento da agricultura de base familiar, o que já ficou demonstrado pelos números oficiais da produção agrícola da chamada “agricultura familiar”, ficando claro que isso é um discurso ideológico.

Salete, Heinzmann e Shikida (2006) perceberam a importância da pluriatividade na viabilização dessas propriedades e referem-se à adoção de técnicas de gestão, sendo o planejamento um fator determinante na redução

do custo de produção, o qual interfere diretamente na rentabilidade da atividade e conseqüentemente na viabilidade da propriedade rural.

Tonini (2013) acredita que a pluriatividade não fortalece a ideia do agricultor camponês, pelo contrário, faz com que o agricultor se afaste das lidas essencialmente primárias para se envolver com outras atividades, sejam na sua propriedade ou fora dela, comercializando a mão-de-obra.

A reprodução social e econômica das famílias rurais possui grande contribuição para o desenvolvimento do país a partir das múltiplas funções desenvolvidas pelos agricultores familiares e o trabalho desenvolvido por eles na agropecuária e nas regiões onde estão inseridos. A agricultura familiar tem papel fundamental, tanto para a produção de alimentos, quanto para a manutenção do ecossistema onde está inserida, com base na característica da multifuncionalidade que ela é portadora, bem como contribui com sua pluriatividade.

Aires e Salomoni (2013) argumentaram, em sua pesquisa, que as combinações da agricultura com atividades que lhe são exteriores são condutas bastante antigas, tanto no Brasil quanto em outras regiões do mundo, mesmo que não reconhecidas como típicas de pluriatividade. A produção familiar passou por muitas transformações nos últimos anos e hoje é considerada um importante segmento na produção e diversificação de gêneros agrícolas destinados à alimentação no Brasil.

Porém, a condição de vida dos agricultores familiares muitas vezes continua precária e, para amenizar essas dificuldades, os agricultores adotam novas alternativas para empregar a mão-de-obra do grupo doméstico. Assim, a pluriatividade se tornou uma importante forma de geração de renda para manter as famílias no meio rural.

Oyamada *et al.* (2007), destacam que os estudos acerca da agricultura familiar em situações de pluriatividade são recentes, haja vista que nos últimos anos ocorreram diversas mudanças no espaço rural, em particular, no Brasil, dentre elas, a prática de atividades não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora do domicílio rural para complementar a renda e garantir a reprodução socioeconômica das unidades familiares. Como elementos fundamentais da

agricultura familiar e sua estrutura produtiva, a família, a terra e o trabalho, impõem caráter econômico e social que implica em grande diversidade social, de forma que a agricultura familiar deve ser entendida em perspectiva analítica única. Nesse sentido, consideram-se os diversos elementos socioeconômicos que a compõem, e deve-se contemplar, em particular, sua dinâmica e suas contradições.

As famílias adotam diferentes estratégias de reprodução social e econômicas, não apenas focadas em atividades agrícolas, mas também relacionadas a atividades de lazer e de agroindustrialização como uma forma de aquisição de renda complementar. A busca de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de rendas e atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural dessas famílias.

Machado e Casalinho (2010) discutem que a pluriatividade deve ser considerada como uma estratégia do capital, em seu processo de acumulação, caso se considere que o espaço rural não tem mais a função principal na produção de alimentos por parte do segmento da agricultura de base familiar, o que já ficou demonstrado pelos números oficiais da produção agrícola da chamada “agricultura familiar”, ficando claro que isso é um discurso ideológico.

O processo de modernização da agricultura brasileira abre questionamentos sérios a respeito das suas consequências sobre a pequena estrutura agrícola familiar, fazendo com que a necessidade de soluções para os problemas envolvidos na oposição entre a agricultura moderna capitalista e a agricultura familiar proponham alguns direcionamentos alternativos que possibilitem a escolha de estratégias, da não imersão da agricultura tradicional ao tecnicismo capitalista.

Nascimento (2009) acredita que a presença de ocupações rurais não agrícolas nos entornos rurais é necessária, mas não suficiente para o crescimento da pluriatividade. Para garantir a suficiência, faz-se necessária ainda, do ponto de vista de seu artigo, a presença ativa do Estado, através de políticas que incentivem a permanência da população rural (que detém algum acesso a terra) com alguma atividade agrícola – isto é, evitando o abandono

dessas atividades. Ou seja, não haverá pluriatividade se as atividades agrícolas não forem também valorizadas.

Machado e Caume (2008), em suas pesquisas, encontraram que a característica pluriativa estrutural dos agricultores familiares é uma realidade e, nesse sentido, acaba por facilitar e aumentar a gama de opções e soluções para suas dificuldades. Entretanto, apesar de procurar alternativas de geração de renda, o agricultor nem sempre encontra a satisfação pessoal ou até mesmo a complementação financeira esperada. Há regiões no Brasil claramente mais desenvolvidas e que, portanto, oferecem inúmeras oportunidades não-agrícolas atraentes e valorizadas às famílias de agricultores, enquanto em outras regiões a mesma estratégia não se deve à atratividade de outras atividades, mas sim a uma total impossibilidade de continuar na agricultura, levando a ocupações exploratórias e desvalorizadas. Logo, a pluriatividade não deve ser encarada como a solução para todos.

Para Dos Anjos e Caldas (2006), não resta dúvida de que, num curto espaço de tempo (menos de vinte anos), tanto no plano político como acadêmico, as posturas e valorações acerca da agricultura a tempo parcial e da pluriatividade modificaram-se profundamente. Na esfera política, passou-se da censura, por considerá-la como obstáculo à modernização agrária ou mesmo um freio à evolução das estruturas agrárias, a uma situação no qual se reduzem as resistências, tendo em vista o potencial que lhe atribuem no sentido de promover o fortalecimento do tecido produtivo local, o equilíbrio territorial, a preservação ambiental e de raízes culturais, bem como a reordenação do território.

As famílias não agrícolas e, posteriormente, pluriativas, apresentam rendimento domiciliar médio superior ao das famílias agrícolas com características socioeconômicas semelhantes. Em outras palavras, o exercício da atividade não agrícola seria uma boa estratégia para aumento da renda no domicílio rural.

Ademais, as famílias pluriativas tiveram a maior valorização da renda média total domiciliar no período, seguida pelas famílias não agrícolas e agrícolas. Como resultado, os expressivos diferenciais de renda domiciliar



entre as famílias rurais se intensificaram no período, revelando maior dificuldade das famílias que dependem exclusivamente de atividades agrícolas (SAKAMOTO, NASCIMENTO e MAIA, 2015).

Com base nas pesquisas acima, é possível constatar que a interação entre atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas gera a pluriatividade, que tende a ser mais intensa à medida do aumento da complexidade e diversidade das relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Portanto, a pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida.

### **2.3 Políticas de Incentivo à produção agrícola e dinâmica produtiva em MS**

As políticas públicas têm se tornado alvo de grupos políticos que buscam através do planejamento e ação concretizar ideias pelos quais defendem e procuram atender a necessidade da sociedade, em determinado período e meio social, segundo as palavras de Hofling (2001).

Para contribuir nesse sentido, as políticas governamentais foram de incentivo à migração originária do sul do país, já dotada de espírito empreendedor e de algum conhecimento técnico em produção agrícola. Mas essas competências tácitas deslocadas precisavam do apoio científico e técnico mais avançado para poder seguir em direção às tecnologias de vanguarda (BOURLEGAT, 2010).

A região Centro-Oeste sofreu grandes modificações a partir de meados do século XX, principalmente pela sua posição privilegiada de proximidade dos grandes centros consumidores, por meio de políticas e incentivos do governo federal no processo de reocupação nacional e no interesse pelo desenvolvimento da economia brasileira por meio do aumento e da modernização da produção agrícola (FARIAS; ZAMBERLAN, 2013).

As políticas implantadas nos últimos anos do governo não têm incentivado de maneira significativa a autonomia camponesa, pelo contrário, os camponeses têm passado por um período de indução a novas práticas produtivas; e todas direcionando-os para a subalternidade camponesa, principalmente através das agroindústrias capitalistas, como demonstraremos mais adiante (SILVA, 2018).

As políticas federais foram construídas para suprir também essas necessidades. Cabe destacar a instalação, no Centro-Oeste, das várias unidades do sistema nacional de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esse órgão governamental transformou-se no principal responsável em apoiar os produtores rurais na incorporação dessas novas tecnologias (BOURLEGAT, 2010).

O desenvolvimento local sucede a potencialização da participação dos beneficiários, por meio de iniciativas comunitárias, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas. Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural, também chamado “capital social” (REDIN; FIALHO, 2010).

As transformações sociais e econômicas associadas às mudanças que se configuram na dinâmica do modo de produção capitalista refletem nas relações sociais de produção e de trabalho. Percebe-se uma nova configuração territorial que, do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial e nem os campos somente com as atividades de agricultura, pois no campo existe a convivência de dinâmicas diferenciadas (LEITE JUNIOR, 2007).

Consideramos importante debater as políticas públicas de incentivo a produção no campo, analisando as ações voltadas para atender o modelo agropecuário de exportação e agronegócio em detrimento das políticas de incentivo à reforma agrária e ao campesinato, assim como compreender as transformações ocorridas no território (SILVA, 2018).

Mediante a situação atual do país, observa-se o surgimento de políticas públicas que apontam para perspectivas que não condizem com as propostas

lançadas pelos camponeses. Estas se comportam mais como “Políticas anticamponesas” (PETERSEN, 2013, p. 86), que não buscam incentivar e sustentar as necessidades da reprodução campesina através de incentivos à produção e comercialização. Há, sim, políticas que sinalizam a perpetuação dos camponeses como subalternos ao mercado capitalista, inserindo-os e mantendo-os sob a tutela do mercado.

Mesmo diante dessas condições impostas pelo mercado e pelas políticas de incentivo à produção do agronegócio, os camponeses continuam sendo os principais responsáveis pela produção e abastecimento de alimentos para os mercados locais e regionais, colocando em questão o quanto o agronegócio realmente “alimenta o mundo” (SILVA, 2018, p. 82).

Nesse sentido, pode-se constatar que as políticas foram estabelecidas não com interesses sociais, mas sim econômicos, no sentido de que a integração desses “espaços vazios” com a economia nacional fortaleceria o desenvolvimento industrial que o Governo tanto sonhava. Desta forma, esses atores sociais foram utilizados de forma a propiciar à região princípios básicos para a expansão do capital, no qual a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) teve papel fundamental em estabelecer através de ações esses princípios de desenvolvimento capitalista na região diferenciada (LEITE JUNIOR, 2009).

As políticas vinham de encontro ao interesse de se estabelecer e fomentar a estruturação e desenvolvimento das médias e grandes propriedades, tendo em vista a capitalização produtiva por meio da introdução tecnológica no campo, fortalecendo, dessa forma, o desenvolvimento na região de forma implementar uma produção agrícola destinada ao mercado externo (LEITE JUNIOR, 2009).

Com o fortalecimento da intervenção política por meio da SUDECO, a dinâmica da estrutura produtiva agrícola se intensifica na região principalmente a partir da década de 1970, com a introdução do cultivo do binômio soja/trigo, juntamente com o desenvolvimento de novas técnicas – incremento da tecnologia – que fortaleceram ainda mais as desigualdades econômicas, já que

expropriou de forma mais avassaladora o pequeno produtor e, em contra partida, favoreceu os grandes produtores (LEITE JUNIOR, 2009).

Conforme, o autor pressupõe-se que as dificuldades por parte dos pequenos produtores em se inserir às novas estruturas produtivas, intitulada pelo crescente âmbito de competitividade e gerenciadas pelos padrões de mercado, gerando uma exclusão ainda maior, já que o padrão de produção familiar com técnicas produtivas menos refinadas, predominante no período de desenvolvimento inicial da antiga colônia, vai cedendo lugar a um padrão produtivo em grande escala, visando principalmente o mercado externo e com alto padrão técnico e econômico, no qual grande maioria de pequenos produtores não têm condições de acesso. Dessa forma, essas famílias sem alternativas acabam vendendo seus lotes e migrando para as cidades ou levando mão-de-obra para grandes propriedades estabelecidas na região.

O Estado passou a atuar no sentido de desenvolver uma política de apoio aos produtores rurais, concedendo-lhes créditos e procurando melhorar a infraestrutura produtiva, além de criar órgãos de pesquisa e assistência rural, programas de subsídios ligados diretamente às atividades rurais, visando baratear a compra de insumos através do pagamento de parte do preço do produto industrial com recursos do Estado (TEIXEIRA, 2005).

Além dos subsídios creditícios, também tiveram destaque as isenções fiscais. Devemos destacar também a criação de programas que beneficiaram certas regiões e atividades, tendo efeitos concentradores e excludentes. Dentre eles: o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados) (TEIXEIRA, 2005).

Parte-se de diagnósticos para identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em

planos integrados de desenvolvimento (SCHNEIDER, 2005). Este é o cenário em que políticas públicas de desenvolvimento se fundem com o social para valorizar as diferenças e conquistar qualidade de vida e ambientes sustentáveis.

Mioto e Lima (2015, p. 169) relatam que, no Brasil, “o processo de constituição do sistema estatal de proteção social foi marcado pela desigualdade socioeconômica determinante de uma lógica de exclusão social”. É importante destacar que o modelo adotado no Brasil esteve centrado no trabalho assalariado urbano, que passou a assumir caráter ocupacional aliado a um modelo assistencial meritocrático de distribuição dos acessos voltado para a parcela da população excluída do mercado formal de trabalho (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

As preocupações das políticas de colonização estavam diretamente ligadas às necessidades de expansão das relações capitalistas de produção. Segundo Ponciano:

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la (PONCIANO, 2001, p. 100).

A agricultura familiar começa a ser mais valorizada no momento específico em que se dá o reconhecimento, por parte do Estado e de certos setores da sociedade brasileira, do papel desempenhado por esse amplo e diversificado setor (CARNEIRO, 2000).

O apoio à agricultura familiar é uma estratégia designada na literatura como catalisadora da economia de territórios rurais do país, que passam por uma fase de inércia e redução de crescimento das possibilidades de geração de renda para os pequenos produtores. Entretanto, esse segmento produtivo da agricultura foi negligenciado na elaboração de políticas públicas para o setor durante toda a história do Brasil (GLOWATZKI, *et al.*, 2019).

Segundo Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno busca políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas, visando o

desenvolvimento local e, assim, criando condições socioeconômicas para geração de novas atividades produtivas, já numa perspectiva de uma economia aberta e buscando reduzir o efeito-integração, onde este possibilita o consumidor escolher entre produtos domésticos ou importados.

Todavia, nesse processo, a ênfase é colocada sobre os agricultores familiares com potencial para vincular-se ao mercado e com capacidade de incorporar as tecnologias modernas, fato que acarreta a exclusão dos demais, considerados incapazes de atender às demandas do mercado (CARNEIRO, 2000).

Desde a segunda metade da década de 1950, o governo brasileiro adotou de forma mais acentuada a estratégia de industrialização por substituição de importações (referencial global) como uma tentativa de superar a defasagem que separava o Brasil das economias capitalistas industrializadas (BIELSCHOWSKY, 2006).

A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, o processo produtivo em praticamente todo o Brasil se tornou mais intensivo em capital de giro e capital fixo graças à adoção de novas técnicas. Além disso, as políticas setoriais alteravam os preços relativos dos insumos e produtos norteando, conseqüentemente, os sinais de mercado para os produtos mais rentáveis (STADUTO e KRETER, 2014).

Um contingente de produtores conseguia atender as sinalizações direcionadas pelo Estado, pois somente desta maneira viabilizavam economicamente as suas propriedades rurais. Mas, por outro lado, também existia um contingente de produtores que não estava apto a atender estes sinais. Neste contexto, as políticas agrícolas a partir da década de 1970 tornaram-se mais uma face da questão agrária (STADUTO e KRETER, 2014).

De acordo com os autores, trata-se da relação entre o mercado de trabalho e a questão agrária. A abordagem social do mercado de trabalho, que durante muitos anos foi esquecida, volta a tomar importância a partir da década de 1990 e abre espaço para a discussão de possibilidades de inclusão da população ocupada nas atividades agrícolas. Por isso, cabe analisar as

estruturas do mercado de trabalho rural a partir de sua relação com a questão agrária no Brasil.

Somente a partir da década de 1990, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (1996), do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003) e da descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (1993), os produtores familiares rurais puderam desfrutar de programas revertidos para favorecer a eles (GLOWATZKI, *et al*, 2019).

As famílias que residem no Assentamento Itamarati, grupo da Associação de ex-moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI), em sua maioria conhecem o PRONAF e o percebe como grande aliado ao desenvolvimento/progresso das unidades rurais. A linha de crédito PRONAF, tornou-se peça-chave para o sucesso e continuidade da atividade rural do pequeno produtor. Dentre os pontos positivos, podemos destacar um número satisfatório de produtores que já acessaram o crédito, fizeram um bom uso do dinheiro e atingiram seus objetivos de produção, rentabilidade e comercialização (FEUZER, SILVEIRA E MARQUES, 2019).

O beneficiamento de produtos da agricultura familiar é uma importante estratégia que possibilita a conquista de novos mercados e agregação de valor aos produtos, assim como maiores ganhos aos produtores (PADUA-GOMES; GOMES; PADOVAN, 2016). Em vista desse processo, Oliveira, Gazolla e Schneider (2011) salientam que, em agroindústrias familiares, a matéria-prima que antes era vendida a preços reduzidos, passou a ser processada, agregando valor aos preços recebidos.

O PRONAF surgiu como resultado das reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que ressaltavam a importância de se estabelecer políticas que oportunizassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no país (IPEA, 2008). Atualmente, o PRONAF já atingiu relevante dimensão com atuações em todo o território nacional, estabelecendo-se como a principal influência concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil.

Quanto à condição de comercialização, os valores são justificados pela condição de comercialização apresentada nas propriedades. O produtor tradicional comercializa através de venda direta na sua propriedade e não possui interesse em fazer parceria com os mercados locais, tornando-se um fluxo comercial restrito. Quanto ao produtor hidropônico, este realiza venda direta tanto na propriedade quanto em mercados, efetuando entregas diariamente. Ambos os produtores não dispõem de marca própria e não utilizam veículos de propaganda (RUIZ, SOUZA e SABBAG, 2019).

As políticas públicas e os programas de incentivo ao desenvolvimento rural em curso no Brasil visam sensibilizar positivamente territórios rurais com enfraquecimento econômico, ou seja, com baixa capacidade de geração de emprego, baixo nível de renda da população, baixa qualificação profissional etc. (ESTEVES, 2004). A implantação destas políticas e programas se propõe a produzir efeitos diretos e indiretos nas economias dos municípios que constituem esses territórios, oportunizando uma dinâmica intersetorial nestas áreas.

Os objetivos que levaram o Estado a intervir na agricultura estão interligados à particularidade existente neste setor, que condiciona a ação dos agentes econômicos e de atores sociais e que, por sua vez, pode desencadear possíveis falhas e imperfeições no funcionamento dos mercados. Esses problemas resultam em distorções na distribuição intersetorial de renda e no emprego no campo da economia. Além disso, tais falhas prejudicam diretamente o abastecimento alimentar doméstico e geram consequências sociais e políticas indesejáveis no tocante ao bem-estar econômico e social (DELGADO, 2001).

Temos, então, uma agricultura sendo produzida e adaptada de acordo com as pressões da demanda econômica e drasticamente heterogênea do ponto de vista econômico, social e regional. Com isso, ocorreu um estreitamento das relações capitalistas no campo brasileiro, o que desencadeou: maior integração entre a agricultura e a indústria; revolução no modo de produção (mecanização e adoção de insumos para a produção); criação dos 26 complexos agroindustriais; políticas públicas direcionadas aos



grandes produtores rurais, impulsionando a produção de matérias primas e produtos agrícolas destinados ao processamento e beneficiamento industrial e à exportação (DELGADO 2001; LEITE, 2001).

Em praticamente todos os sistemas e regiões, os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos. Apesar da estratégia de combinar atividades com prazos de maturação e fluxos de despesas e receitas diferentes visando reduzir o risco e a dependência de capital de giro de terceiros, é equivocada a visão da produção familiar como autossuficiente e totalmente avessa ao risco envolvido nas operações financeiras (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005).

Na prática, a maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. A ausência desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, a sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente (ABRAMOVAY, 2006). A criação e implantação de políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar tendem a amenizar este fenômeno e promover o fomento da economia das regiões.

No período pós 2ª Guerra Mundial, o Brasil foi marcado por grandes transformações em sua economia, com o avanço dos processos de industrialização e urbanização. O país passou de rural a urbano, sendo parte significativa da população do campo forçada a se deslocar para as cidades em busca de novas alternativas de vida (TEIXEIRA, 2007).

Conforme este autor, o avanço nos meios técnico-produtivos não atingiu todos os produtores e propriedades, excluindo os menos favorecidos. Foram favorecidos os grandes proprietários e determinados segmentos da produção, ou seja, aqueles que eram de interesse da indústria e aqueles voltados para exportação. Além disso, aumentaram os impactos ambientais no campo, intensificando os desmatamentos e o uso de produtos tóxicos.

A atuação do Estado brasileiro frente aos camponeses ocorreu pela disponibilização de políticas públicas que incentivassem a produção e

permitissem sua inserção no mercado produtivo de maneira justa. Porém, com a jornada, percebemos não ser esse o caminho de análise, pois a busca por outros elementos se faz necessária e as políticas precisam ser direcionadas ao atendimento das necessidades camponesas, não importando se promoverão sua inserção no mercado. Até porque, se o camponês tiver autonomia, ele mesmo poderá escolher se deseja se relacionar com o mercado e qual mercado, designando suas próprias relações e escolhas, pois até a opção de escolher lhes foi retirada (SILVA, 2018).

Mesmo diante dessa questão, não podemos negar que o processo de modernização do campo contribuiu grandemente para a expansão e aumento da produtividade no país, integrando novas regiões a economia nacional e aumentando a exportação de produtos agrícolas (TEIXEIRA, 2007).

O Estado se distanciou dos camponeses pelas políticas públicas, não que ele desconhecesse que isso aconteceria, inclusive, propositalmente racionalizada para tal fim. Ao distanciar-se dos camponeses, deixa a reforma agrária à mercê do mercado, que mediante seus direcionamentos a realizarão da melhor maneira possível. Nesse sentido, torna-se crucial a ruptura com o Estado capitalista; sem que isso ocorra, dificilmente conseguiremos alcançar uma reforma agrária camponesa (SILVA, 2018).

A racionalidade camponesa é podada pela ausência de políticas públicas que atendam suas necessidades. Ora, vimos a importância de refletir e analisar as políticas propostas pelo Estado, que deveriam ser voltadas a racionalidade camponesa, mas que são voltadas para o atendimento da racionalidade capitalista, dentro dos parâmetros da conjuntura neoliberal, onde o papel do Estado tem sido reduzido para ampliação máxima do capital. Nessa situação, a reforma agrária de mercado é a única proposta condizente com o modelo atual de Estado (SILVA, 2018).

Ademais, a participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento da cooperação em assentamentos rurais, por meio da implementação de políticas públicas capazes de viabilizar as novas formas de produção agrícola, contemplando a capacitação dos assentados, a disponibilidade de assistência técnica, a pesquisa e a comercialização. Dessa

forma, acredita-se que haveria uma melhoria na eficiência produtiva das propriedades e na qualidade de vida no assentamento, essenciais para a fixação das famílias e o desenvolvimento do assentamento (SANGALLI, *et al.*, 2015).

Notou-se, também, que as pessoas ocupadas para a produção de bens agrícolas ou pecuários para a alimentação da unidade domiciliar (consumo próprio) vêm aumentando durante as décadas. Além destas novas configurações de atividades agrícolas, são necessárias políticas públicas que disseminem tecnologias e novas técnicas de produção para a pequena propriedade, ou seja, é o momento de inverter o processo de modernização, não sendo exclusivamente para grandes propriedades, como ocorrera em seu início, e que o tornou excludente ao longo das décadas (CORRÊA E LIMA, 2016).

Com isso, as políticas foram estabelecidas não com metas sociais, mas sim econômicas, no sentido de que a integração desses espaços à economia nacional fortaleceria o desenvolvimento industrial que o governo tanto sonhava. Desta forma, esses atores sociais foram utilizados de forma a propiciar à região princípios básicos para a expansão do capital, tendo a SUDECO papel fundamental no estabelecimento dos princípios de desenvolvimento capitalista na região (LEITE JUNIOR, 2009).

Conforme o autor, a região da Colônia Agrícola Nacional de Desenvolvimento (CAND) foi base de profundas transformações territoriais, sociais e econômicas; a SUDECO, o órgão federal gestor do planejamento da região, teve suas políticas baseadas no desenvolvimento regional. Portanto, foram estipuladas diversas políticas de desenvolvimento, mas que em sua maioria beneficiavam apenas uma minoria, gerando, assim, o enfraquecimento das atividades familiares e, em contrapartida, fortalecia a concentração fundiária, redefinindo totalmente as relações da região, que a partir da exclusão e expropriação de pequenos produtores, obrigados a migrar para centros urbanos ou se tornarem assalariados e se subordinarem a nova configuração fundiária que se forma na região.

## 2.4 Agricultura Familiar em MS

O conceito de Agricultura Familiar passou a contemplar novas significações ao propor um tratamento mais analítico de sua terminologia, o que possibilitou sua ampliação nas discussões acadêmicas, nas políticas de Estado e no âmbito dos movimentos sociais (DAL SOGLIO; KUBO, 2009).

A agricultura familiar brasileira foi marcada profundamente pelas origens coloniais, estilo de vida dos camponeses e sua influência no funcionamento das unidades familiares de produção (GUANZIROLI *et. al.* 2001). O que a distingue da maioria das formas sociais de produção é o papel preponderante da família como estrutura fundamental de organização da reprodução social, através da formulação de estratégias (conceitos ou não) familiares e individuais que remetem diretamente à transmissão do patrimônio material e cultural (SAVOLDI e CUNHA, 2010).

Segundo Abramovay (1992, p. 19), a agricultura familiar não é um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes, na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.

Nesse sentido, trata-se de uma expressão que emergiu na primeira metade da década de 1990, tornando-se objeto de uma política governamental denominada “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, instituído em 1996 e enraizando-se definitivamente dez anos depois, com a lei federal que definiu o conjunto dos estabelecimentos rurais entendidos como familiares (NAVARRO, 2011).

De acordo com Manzanal e Schneider (2011, p. 51): “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”.

Conforme Schneider (2003), a adoção da expressão “agricultura familiar” no campo político demonstra uma nova categoria sintetizada pelos movimentos sociais do campo, liderada pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Os movimentos sociais foram e são responsáveis por muitas conquistas no campo da agricultura familiar, demonstrando sua força em várias formas de manifestação como no evento anual “Grito da Terra”.

Souza *et al.* (2011) constatam que a agricultura familiar, apesar da sua importância, encontra obstáculos que restringem o seu desenvolvimento, principalmente a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores limitam o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo.

É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, conforme destaca Schneider (2003). E em função desse referencial é que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução e a sobrevivência do grupo.

O termo agricultura familiar se caracteriza como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural. Somente a partir dos trabalhos de Guanziroli e Cardim (2000), com o Novo Retrato da Agricultura Familiar Redescoberto, que se percebeu o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país.

Segundo Wanderley (1999), para se caracterizar sob o ponto de vista da Agricultura Familiar, a família, além de ser proprietária dos meios de produção, deverá assumir também o trabalho no estabelecimento produtivo. Esta concepção incorpora desde o campesinato tradicional até a ideia de produtor familiar moderno.

A agricultura familiar caracteriza a agricultura em transição, ou seja, que apresenta potencialidades de se transformar em empresas familiares viáveis, através da incorporação de tecnologia e de uma racionalidade econômicas voltadas para as demandas do mercado. Com base nisso, cabe definir o tipo de

agricultor familiar que será beneficiado pelas limitadas verbas públicas, por isso devemos ter claro os objetivos dessa política (SAVOLDI e CUNHA, 2010).

De acordo com Guanzioli *et al.* (2001), a Agricultura Familiar não deve ser definida a partir do tamanho do estabelecimento. Estes autores partem de um conceito mais geral, em que algumas condições precisam ser simultaneamente atendidas, como a direção dos trabalhos que deve ser exercida pelo produtor e o trabalho da família devem ser superiores ao trabalho contratado (terceiros).

A agricultura familiar é caracterizada como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural, que somente a partir dos trabalhos de Guanzioli e Cardim (2000), percebeu-se o quanto o segmento é importante para o desenvolvimento do país. A região Centro-Oeste apresentou a menor presença de agricultores familiares do Brasil, porém seu papel na ocupação deste vasto território e na estruturação da economia foi de grande importância.

Para Lourenzani (2006), os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitando mais o meio ambiente e, principalmente, potencializando a economia dos municípios onde vivem.

As reflexões em torno da forma de exploração da agricultura não devem ser reduzidas somente a questões técnicas de produtividade, como também não podem ser vistas unilateralmente sob o ponto de vista ideológico em que o foco seja a propriedade de um dos fatores de produção. No entanto, é recente a preocupação dos governos federal e estadual em proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar e de perceber o potencial produtivo aliado ao desenvolvimento do campo de forma sustentável (HEINRICH RATTNER, 1967).

Dessa forma, uma das alternativas para se melhorar o desempenho técnico e econômico seria a racionalização dos fatores de produção, bem como a diversificação das explorações existentes (SABBAG e NICODEMO, 2011).

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir

e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante (GUANZIROLI *et al.* 2001).

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e que, simultaneamente, não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; que utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda assim, Portugal (2004) afirma que a chamada agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade que diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

Assim, nota-se que a agricultura familiar possui uma peculiaridade que a diferencia do campesinato tradicional, qual seja a percepção de que a propriedade é muito mais que uma unidade produtiva. Nesse caso, é essencial que sua gestão seja conduzida visando o alcance de objetivos produtivos e as necessidades da família e que, para tanto, sejam levados em consideração tanto os aspectos econômicos quanto os aspectos sociais. Por exemplo, além de manter a subsistência familiar, essa unidade produtiva deve se comunicar com as áreas urbanas a fim de desenvolver-se socialmente (BRITO, *et al.* 2017).

Quanto à participação da agricultura familiar na economia brasileira, Guilhoto, *et. al.* (2007) apontaram que a produção familiar não somente é um fator de desaceleração do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas no país. Os resultados dos estudos dos autores mostraram que, mesmo com todo seu aspecto heterogêneo, a agricultura familiar é responsável por uma parcela bem significativa de todo o produto agropecuário brasileiro, inclusive com seu inter-relacionamento com outros segmentos importantes na economia.

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família (SAVOLDI e CUNHA, 2010).

Ainda assim, Hoffmann e Ney (2010) constataram que houve crescimento nas pequenas unidades produtivas (inferior a 10 hectares) na região Centro-Oeste, entre os dois últimos Censos Agropecuários (1996-2006), passando de 32 mil para 52 mil (em torno de 62,0%), sendo este o maior aumento entre as grandes regiões brasileiras.

Como muitos assentamentos rurais em que habitam a maior parte dos agricultores familiares estão distantes das cidades e do mercado consumidor, os produtores necessitam de veículos apropriados para transportar a produção, estradas em melhores condições de circulação, meios que viabilizem a venda coletiva, enfim, elementos que tornem o acesso ao consumidor mais simples e menos demorado, bem como preços mais justos (PADUA-GOMES, GOMES e PADOVAN, 2016).

Em pesquisa recente, é possível verificar a importância da agricultura familiar tradicional para a manutenção das famílias no campo, bem como sua participação na produção de alimentos para a geração de renda e para o consumo familiar. No entanto, nota-se que estes agricultores possuem uma pequena quantidade de terra e, na maioria dos casos, precisam unir atividades



agrícolas e não agrícolas para aumentar seus rendimentos financeiros (BEZERRA e SCHLINDWEIN, 2017).

Os agricultores familiares são considerados como pequenos agricultores, que possuem imensa relevância para o país. São eles que plantam e produzem a maioria dos alimentos que consumimos, além de gerar emprego e renda para as pessoas do município onde está localizada a propriedade. Por esse fato, podemos dizer que não é justo ser conhecidos apenas como “pequenos”, mas sim como agricultores familiares (VINCIGUERA, 2014).

Podemos dizer que a ascensão da agricultura familiar está relacionada às transformações constatadas no espaço face à integração campo-cidade que é cada vez maior. Diante desse quadro de mudanças, emerge a discussão sobre o “novo” mundo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1998). O “novo” ator social é o agricultor que combina as atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Brasil, 2011), 60% dos alimentos produzidos em Mato Grosso do Sul são oriundos da agricultura familiar. As políticas públicas foram essenciais para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no desenvolvimento do mundo capitalista, transformando a agricultura camponesa em uma agricultura familiar altamente integrada com o mercado e incorporada aos avanços técnicos e políticas governamentais (ABRAMOVAY, 1992).

São muitos os obstáculos enfrentados pelos produtores e o caminho a ser percorrido é longo e difícil, mas à medida que vão caminhando, vão agregando conhecimentos, ganhando terreno, adquirindo experiências. O que antes era visto como um sonho, hoje se transformou numa realidade, e muito disso graças aos assentamentos (VINCIGUERA, 2014).

Atualmente, os assentamentos de reforma agrária ocupam um espaço crescente no debate social brasileiro devido ao potencial e à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para criação de emprego e diminuição do êxodo rural, o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola, para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na

qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros (BERTO, ESCOBAR e REYDON, 2007).

A demanda social por terra, aumentada em períodos recentes no Brasil, decorre do fato de que, para uma grande parte de trabalhadores, a intenção de conseguir um posto de trabalho torna-se cada vez mais difícil e, quando aparece, é temporário e com os riscos provocados pela flexibilização e precarização do mercado de trabalho (BERTO, ESCOBAR e REYDON, 2007).

A principal política de democratização do acesso à terra, seja por sua importância econômica como agente dinamizador da agricultura como por seu impacto político na mídia, tem sido os assentamentos rurais. Estes, apesar de terem sido uma preocupação geral de uma parte da sociedade e do meio acadêmico em particular, não têm sido objeto de estudos que tenham se preocupado com a questão do dinamismo econômico criado nas regiões onde se estabelecem (BERTO, ESCOBAR e REYDON, 2007).

#### **2.4.1 Assentamentos rurais**

O termo 'assentamento' surgiu inicialmente no vocabulário jurídico e sociológico da reforma agrária na Venezuela em 1960 e pode ser definido como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Os assentamentos são definidos por Bergamasco e Norder (1996, p. 7):

(...) como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra, ou com pouca terra, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Conforme os autores, o assentamento rural é uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária, acreditando que, de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades

de produção agrícola por meio de políticas governamentais, visando à equalização do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra.

O assentamento é um lugar onde diferentes biografias se encontram e se iniciam novos processos de interação e identidade sociais, um lugar identitário privilegiado. Ou seja, o acesso à terra – lugar geograficamente localizado, que possibilita o trabalho e a residência - transforma os “sem-terra” em pessoas “com terra”. Nos assentamentos rurais, os sem-terra rompem o umbral da exclusão e se transformam em pequenos produtores rurais, cuja possibilidade de reprodução social é o controle sobre a terra. Os assentamentos, portanto, são territórios que representam a fartura e garantia de emprego, trabalho e renda (TERRA, 2010).

Bergamasco e Norder (1996 *apud* SANGALLI, 2013, p. 25) ratificam que um assentamento pode ser definido “como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, a fim de beneficiar trabalhadores rurais sem ou com pouca terra”. Observa-se, assim, que o poder público tem um papel determinante nesta redistribuição fundiária. A partir do momento em que essas unidades produtivas são formadas, os assentados também recebem responsabilidades e direitos sobre o uso da terra.

Para Terra (2009, p. 44) “o acesso à terra indica uma reterritorialização, materializada na recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural”. Pressupõe que tal reterritorialização promove diversas mudanças, tanto ao que se refere ao processo produtivo, como nas relações sociais do grupo contemplado, pois o autor enfatiza ainda que os assentamentos rurais, enquanto espaços singulares vêm assumindo um importante papel na atualidade ao configurar a prática social que favorece a sociedade brasileira nas novas territorialidades no espaço rural (TERRA, 2009).

Ao longo dos anos, os assentamentos se constituíram em um tipo de consagração da luta – a conquista da terra – que logo se desdobraram em novas perspectivas: de produção, de renda, de moradia e de condições dignas de vida, promovendo, portanto, novas frentes, que podem ser resumidas na

busca por crédito, assistência técnica, infraestrutura física, econômica e social (MOREIRA e SCHILINDWEIN, 2014).

A implantação dos assentamentos rurais gera uma necessidade de redimensionar as políticas públicas decorrente da ampliação das demandas de infraestrutura para o acesso desses novos moradores. A condição de assentado também possibilita retomar a produção e sua integração ao mercado financeiro, ainda que esteja marcada por um conjunto expressivo de dificuldades (FIETZ, 2007).

O processo para a criação do assentamento começa através de uma denúncia de que existe área improdutivo, realizada normalmente através dos movimentos sociais: Central Única de Trabalhadores – CUT, Movimento Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI e Pastoral da Terra (PIRES, 2002).

O autor destaca que essas entidades representam os trabalhadores rurais e efetivam as denúncias de área improdutivo ao Ministério Público. Feita a denúncia, é realizada uma visita na Agência Fazendária Estadual - AGENFA para verificar se incide ou não arrecadação de ICMS referente à produção agropecuária. Se não houver registros de pagamentos de impostos da área denunciada, ocorre a vistoria do local através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - IDATERRA. Após a verificação da veracidade da denúncia, o proprietário tem amplo direito de defesa.

O processo é encaminhado para o gabinete da presidência que sancionará através de Decreto Presidencial dirigido ao Ministério Público para julgar e autorizar a desapropriação ou não da área. Os trabalhadores rurais normalmente encontram-se acampados próximo do local em litígio, aguardando a decisão judicial (PIRES, 2002).

A justiça encaminha para o INCRA a autorização para a desapropriação e, em conjunto com o Movimento Social, distribui os lotes através de sorteio previamente estabelecido (ALVES, 2002). O INCRA estabelece um cadastro onde não podem ser inseridos funcionários públicos e empresários, nesse contexto o trabalhador rural deve ter a certidão judicial negativa, comprovar que

nos últimos cinco anos esteve ligado a atividade agrícola e possuir força de trabalho para desenvolver agricultura familiar.

De acordo com Abramovay (1994), na implantação dos assentamentos existem três concepções distintas que emergem de diferentes pressupostos teórico-metodológicos. A primeira delas considera que a implantação de assentamentos se justifica pela situação social das famílias em busca de terra e cidadania.

Uma segunda corrente de pensamento pondera que a implantação de assentamentos somente se justifica se igualarem ou superarem o nível de rentabilidade econômica das empresas rurais já existentes. A terceira corrente discorre sobre a noção de competitividade econômica dos assentamentos em torno do custo de oportunidade do trabalho (ABRAMOVAY, 1994).

Martins (2000, p. 46) assevera que os projetos de assentamentos são “uma verdadeira reinvenção da sociedade” caracterizando-se como “uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade.” Assim, quando o conjunto das famílias se apossarem formalmente dessa terra, construindo sua nova identidade social, estará estabelecido um processo inteiramente novo, uma vez que nesse espaço imprimir-se-á uma nova organização, um microcosmo social.

Analisado na perspectiva do território, o assentamento rural, em qualquer circunstância, encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos, um forte catalisador cultural-simbólico e indispensável fator de autonomia (TERRA, 2010).

O processo de constituição de assentamentos foi intensificado a partir de meados da década de 90, em função da pressão dos movimentos sociais e de organizações ligadas à defesa da Reforma Agrária, avançando medidas e ações do Estado. Apesar da atuação de órgãos estaduais e municipais, o maior agente de execução dos assentamentos é o Governo Federal o qual, segundo

a Constituição, é o único nível de governo autorizado a fazer desapropriação de terras por interesse social (MOURA 2006).

Neste sentido, mais do que um fato localizado, esta forma de ocupação do território está associada a profundas transformações em curso naquele contexto, em diversas regiões do país e, em especial, no Estado de Mato Grosso do Sul (CURADO, 2002).

Num primeiro aspecto, o processo de modernização da agricultura levado a cabo pelo intenso aporte financeiro por parte do Estado nas décadas de 60 e 70 e que garantiu a tecnificação e quimificação no meio rural, mostrava sinais, já nos anos 80, de profundas mudanças socioeconômicas e ambientais percebidas no acirramento dos conflitos pela terra, na expulsão de pequenos proprietários familiares, no aumento da concentração fundiária, na desestruturação das relações de trabalho e na exploração inadequada dos recursos naturais com a degradação de imensas extensões de terra (GRAZIANO NETO, 1985; DELGADO, 1985; MARTINE & GARCIA, 1987).

O segundo aspecto que contribuiu para o surgimento dos assentamentos rurais está relacionado à mobilização e organização dos trabalhadores rurais no interior dos movimentos sociais. O que aconteceu de modo especial no Mato Grosso do Sul foi a confluência de diferentes expressões do movimento de luta pela terra em ocupações, acampamentos e assentamentos rurais.

Neste sentido, reuniram-se, nestas experiências, desde trabalhadores rurais oriundos das lutas contra barragens até antigos “brasiguaios” que lutavam pela (re)inserção socioproductiva no país. Estes atores sociais, contando com o apoio de diversos mediadores, dentre os quais a Comissão Pastoral da Terra, foram responsáveis pelo processo de territorialização do MST no estado. Todos estes fatores contribuíram, conjuntamente, para o terceiro aspecto: a conformação de trajetórias distintas de luta pela terra e foram verificadas em diversos relatos orais sobre as experiências de assentamentos rurais em Corumbá. Vários agricultores assentados desta região passaram por diferentes acampamentos no Mato Grosso do Sul,

buscando a incorporação no Programa Nacional de Reforma Agrária (CURADO, 2002).

De acordo com o mesmo autor, de modo específico na região de Corumbá, outro fator parece ter igualmente contribuído para a formação progressiva de novas demandas por terra, gerando a mobilização necessária para a ocupação deste território mediante a criação de assentamentos rurais pelo governo federal.

Santos (2011) destaca que, atualmente, os assentamentos rurais do Brasil enfrentam o dilema de conquistarem a terra e converterem os sistemas de produção, pois a replicação das tecnologias convencionais os torna reféns dos mecanismos estruturais do país.

Segundo Leite (2002), os assentamentos rurais geram impactos socioeconômicos nos locais onde são criados, modificando a sua estrutura anterior. Embora localizada, a redistribuição fundiária aponta para o aumento das possibilidades de inserção nas atividades econômicas, alteração do uso do espaço, possibilidade de diversificação produtiva, entre outros.

Segundo o mesmo autor, há várias experiências positivas relacionando a implantação de assentamentos com a diversificação dos processos produtivos. É interessante registrar a experiência do assentamento rural de Campo de Goytacazes (RJ), onde foram criadas formas cooperativas de trabalho para a comercialização dos produtos. Nota-se nesse local a implantação de um mercado com a denominação de produtos de reforma agrária. Essa pequena transformação serviu para agregar valor aos produtos e aperfeiçoar a comercialização.

Para Silva (2011), as políticas públicas aplicadas à orientação dos sistemas produtivos dos assentamentos rurais devem ser direcionadas e sustentadas nos seguintes eixos: fomento, extensão rural qualificada e em quantidade suficiente, investimento/logística e segurança alimentar. Dessa forma, podem conduzir a um processo de desenvolvimento econômico-democrático, com a participação dos assentados e das suas organizações.

Conforme descrição de Tsukamoto e Asari (2003), a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas

propriedades em terras que, na maioria das vezes, encontram-se totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a conseqüente criação de empregos e distribuição de renda, beneficiando a camada de pequenos agricultores que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA, ou seja, é um processo muito importante no contexto de desenvolvimento do país.

Neste sentido, os assentamentos Itamarati e Itamarati II localizados no Município de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, são a materialidade de um conflito sobre um dado espaço, síntese da transformação de um latifúndio do agronegócio em minifúndios de agricultores familiares e, portanto, o conceito território comparece como uma importante ferramenta para discutir a realidade social aí existente (TERRA, 2010).

Segundo o INCRA (2003), os assentados recebem duas modalidades de financiamento. Os principais créditos concedidos aos assentados são o Crédito Apoio à Instalação - CAI e o Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF. O CAI tem a finalidade de dar suporte às famílias para que iniciem sua vida no assentamento, sendo dividido em duas partes, crédito para compra de gêneros alimentícios, ferramentas e alguns animais e para aquisição de material de construção.

O PRONAF Agroindústria, linha de crédito de investimento para agregação de renda e para o desenvolvimento da propriedade rural, pode ser dividido em financiamentos individuais, em grupo e coletivo. No individual, os recursos são concedidos a cada proprietário e em grupo para a organização grupal, porém a aplicação é direcionada individualmente (FIETZ, 2007).

A reforma agrária como política de inclusão social e processo produtivo para os "sem-terra" foi criada para cumprir um papel estratégico na elaboração de um processo alternativo de desenvolvimento. Esse projeto tem a intenção de ampliar a democratização da propriedade da terra, com geração de empregos, redução dos índices de violência, fortalecimento da agricultura familiar e produção para o autoconsumo, visando à conquista da cidadania por essas famílias (LOURENÇO, 2002).



A questão da produção agrícola nos assentamentos de reforma agrária também foi tratada por Guilherme Delgado em publicação da Revista Reforma Agrária, da ABRA14, em 2007. Nesta, Delgado afirma que “[...] O assentamento de reforma agrária é uma construção inacabada, carente de projeto viável de transformação socioeconômica”. O autor prossegue em sua argumentação dizendo que o assentamento rural é uma figura jurídica nova e que carece da complementação de outras ações do Estado no sentido da execução da reforma agrária para consistir num projeto de desenvolvimento.

Os trabalhos de Navarro (1997) e Delgado (2007) convergem quando ambos dizem que os assentamentos rurais resultam numa melhora nas condições de vida e na produtividade da força de trabalho das famílias beneficiárias em relação a sua situação anterior à entrada nos lotes. E também convergem quando anotam que esse desenvolvimento está aquém do necessário para garantir o sucesso ou a continuidade das famílias na agricultura.

Na questão da produtividade social do trabalho, aspecto que deriva do progresso técnico, os autores identificam duas tendências nas experiências existentes de assentamentos: a prática de uma agricultura de “subsistência” ou a adoção do padrão tecnológico da agricultura “moderna”. E convergem, ainda, na ideia de que é necessário elevar a produtividade do trabalho, mas implementando um padrão tecnológico distinto daquele do “agronegócio” (NAVARRO, 1997 e DELGADO, 2007).

O Assentamento Itamarati, o maior do estado de MS, abriga em torno de 1.200 famílias. Esse assentamento foi implantado na antiga Fazenda Itamarati, localizada no município de Ponta Porã, MS, sendo uma empresa de exploração agrícola patronal. Atualmente, esse sistema passa por discussões, visando a implementação da agricultura familiar e a busca da diversificação na produção de alimentos, prioritariamente, para o autoconsumo (FIETZ, 2007).

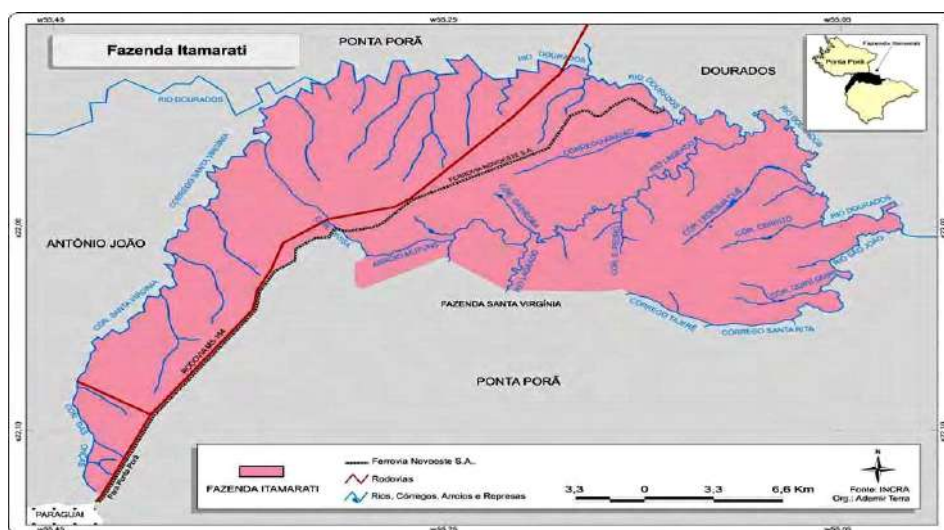
A criação do Assentamento Itamarati nesta porção do território sul-mato-grossense, bem como a intenção dos seus idealizadores de que ele se caracterizasse como um mega assentamento rural, dá continuidade ao estigma desta área de ser o palco de grandes projetos, os quais são apresentados para

a opinião pública como iniciativas direcionadas a corrigir distorções sociais, atendendo exclusivamente aos interesses dos pequenos proprietários e dos trabalhadores sem-terra (TERRA, 2010).

O Assentamento Itamarati pertencia ao Grupo Itamarati nas décadas de 70 e 80, conhecido como o maior produtor de soja no Brasil. Esse espaço físico foi incorporado ao patrimônio do INCRA em maio de 2001 (INCRA, 2003).

Conforme destaca Terra (2009), Olacyr de Moraes adquiriu a fazenda Itamarati em 1993. A propriedade pertencia a Erva Mate Laranjeiras, que passava por uma crise financeira, e foi então que o empresário Olacyr adquiriu a fazenda aproveitando o alto valor da soja. Esse motivo fez com que o empresário viesse a investir na região Centro-Oeste, uma das maiores produtoras de soja no Brasil.

### Mapa 1: Fazenda Itamarati



Fonte: INCRA, 2003.

Em 1995, teve início o processo de falência da fazenda Itamarati, mesmo com grandes investimentos como a ferrovia Ferronorte que pretendia ligar MS a SP e facilitar o escoamento de grãos; todavia, a demora na liberação desta ferrovia acarretou maiores prejuízos e consequente falência. Em 2000, parte das terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária. O assentamento está dividido em áreas individuais e coletivas, sendo que as

áreas coletivas têm gerado um descontentamento na maioria dos camponeses justamente pela dificuldade de trabalhar em conjunto (NOGUEIRA, 2011).

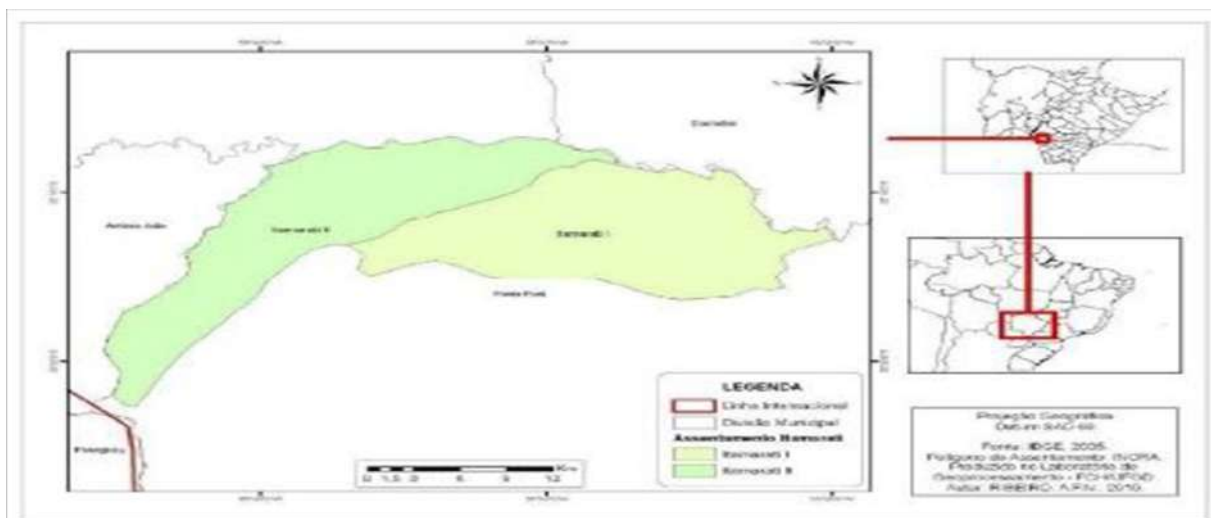
O Assentamento Itamarati I ocupa uma área de 25.100 ha. Foi implantado em 2002, no Município Ponta Porã/MS e localiza-se a 45 km desta cidade e a 21km da faixa de fronteira, possuindo os seguintes limites e confrontações: Rio Dourados (Norte); Fazenda Santa Virgínia, Córrego Tayhere e Córrego Santa Rita (Sul); Rio São João e Rio Dourados (Leste); e Fazenda Santa Virgínia e Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (oeste) (INCRA, 2003).

De acordo com Terra (2009), o levantamento de recursos naturais realizado pela equipe que elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA - mostrou que a área apresenta um diagnóstico positivo quanto ao clima, vegetação, uso do solo e, principalmente, quanto aos recursos hídricos, pois está situada na bacia do rio Paraná, sendo limitada ao norte pelo rio Dourados, ao sul pelos córregos Tayhere e Santa Rita e, ao leste, pelos rios São João e Dourados.

O território do qual fazem parte os Assentamentos Itamarati I e Itamarati II foi palco de dois importantes projetos privados, a Companhia Mate Laranjeira e a própria Fazenda Itamarati. Estes foram implantados em períodos diferentes, pouco têm em comum, ainda que ambos tenham sido projetos privados e mantido uma relação/influência muito forte com os poderes políticos de sua época, mas que, porém, destoam do tipo de desenvolvimento realizados pelos movimentos sociais e pelo Estado quando preconizam a reforma agrária e inserção da pequena propriedade rural como foco de desenvolvimento, contrário, portanto, ao grande latifúndio, uma das marcas do Estado do Mato Grosso do Sul, quiçá do Brasil (TERRA, 2010).

O mapa a seguir representa a divisão do assentamento Itamarati em Assentamento Itamarati I e Assentamento Itamarati II.

**Mapa 2: Divisão do Assentamento do Itamarati I e Itamarati II**



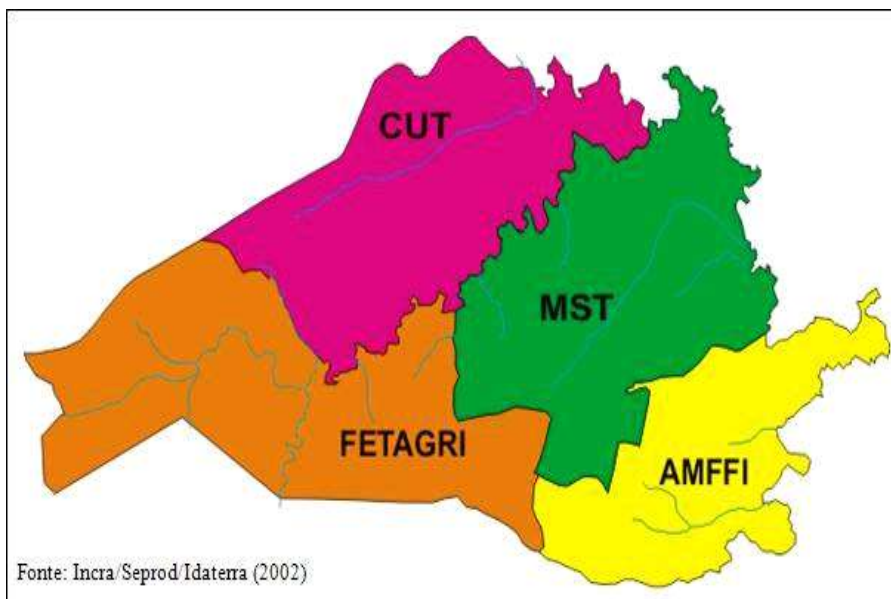
Fonte: IBGE (2005).

BELLÉ (2011) destaca em sua pesquisa que a partir da Reforma Agrária houve uma distribuição das terras realizada em duas etapas. A primeira, com a designação de Assentamento Itamarati, atendeu 1.145 famílias, distribuídas em 25.508 hectares. Elas se originavam de quatro movimentos sociais rurais diferentes: a CUT, o MST, a FETAGRI e a AMFFI, cujos integrantes reivindicavam parte da fazenda como indenização trabalhista.

A segunda etapa do projeto, o Assentamento Itamarati II, iniciou-se em 2003. Foram distribuídos 24.619 hectares e beneficiadas 1.692 famílias. Além dos quatro movimentos contemplados no Assentamento Itamarati I, o Itamarati II contou com a inclusão da Federação da Agricultura Familiar (FAF), um grupo de dissidentes da CUT.

A área do assentamento pertencia ao Grupo Itamarati, que nas décadas de 1970 e 1980 foi conhecido como o maior produtor de soja do Brasil. Contudo, o modelo adotado fracassou, possibilitando transformá-lo em um dos maiores assentamentos da “Reforma Agrária” do Brasil. A comunidade está organizada em quatro movimentos sócios territoriais: CUT, FETAGRI, AMFFI e MST.

**Mapa 3: Grupos de movimentos sócio territoriais no assentamento:**



Fonte: IDATERRA, 2002.

Localizado no município de Ponta Porã, porção sul do estado de Mato Grosso do Sul, a 45 km desta cidade e a 21 km da faixa de fronteira com o Paraguai, o Assentamento Itamarati foi implantado em 2002 e configura-se como um dos maiores do país, ocupando uma área de mais de 25.000 hectares, dos quais aproximadamente 13.000 são agricultáveis, com mais de 7.000 irrigados (Embrapa Relatório, 2002).

### **3. METODOLOGIA**

Esta dissertação adota, dentro das abordagens qualitativas de pesquisa, a perspectiva metodológica da pesquisa narrativa. Nas seções seguintes são apresentadas a abordagem da pesquisa, a amostra estudada e os procedimentos adotados para a coleta e análise de dados.

#### **3.1 Abordagem de Pesquisa**

Pesquisas qualitativas vêm sendo cada vez mais utilizada sem análises textuais iniciando se com textos já existentes e produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações. Dessa forma, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que para tal modelo o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A abordagem qualitativa é definida como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”, conforme Creswell (2010, p. 43). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa tem sido valorizada enquanto forma de abordagem, pois aplica-se com o universo de significados, conceitos, crenças, valores e comportamentos, investigando um lado não acessível das relações sociais, possibilitando a percepção da realidade humana vivida socialmente (GONÇALVES e LISBOA, 2007).

No entanto, conforme aborda Creswell (2010), diversas são as formas de investigação dentro das abordagens qualitativas, dentre elas cabe ressaltar a estratégia narrativa na qual o pesquisador propõe-se a estudar sobre a vida de indivíduos ou grupos de indivíduos.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Uma pesquisa qualitativa é adequada quando um fenômeno de interesse é novo, dinâmico ou complexo, as variáveis relevantes não são facilmente identificadas e quando as teorias existentes não explicam o fenômeno (CRESWELL, 2007). Segundo este autor, a abordagem qualitativa provê ao pesquisador um conhecimento mais profundo de um fenômeno e produz um alto nível de detalhes.

Desta forma, como pretende-se nesta investigação compreender como a pluriatividade está inserida no cotidiano de famílias que participam de feiras de assentados e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais, com base nessa metodologia qualitativa busca-se compreender o objetivo proposto através da abordagem de narrativas fundamentadas em entrevistas semiestruturadas. Portanto, a próxima seção apresenta a amostra e os participantes da pesquisa.

### **3.2 Amostra e participantes da Pesquisa**

A ideia inicial para o desenvolvimento da presente pesquisa era realizar o estudo com famílias residentes no assentamento Itamarati. Infelizmente, por causa da pandemia provocada pelo COVID-19 e das inúmeras restrições ao ir e vir geradas por determinações legais e atos normativos, houve impedimento de a pesquisadora ir até o assentamento Itamarati para realizar as entrevistas com as famílias. Diante de tal restrição, optou-se por acessar as famílias que participam das feiras de assentados abertas semanalmente na cidade de Ponta Porã. A partir de uma pesquisa qualitativa narrativa, a pesquisadora se dirigiu à feira de assentados seguindo todos os protocolos de segurança exigidos na legislação municipal em busca de compreender como os agricultores do assentamento Itamarati, que estão comercializando nessas feiras, estão envolvidos com as atividades de pluriatividade.

Foram seguidos todos os protocolos e medidas cabíveis. Considerando que a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispôs sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e com base no Protocolo de Saúde para o Município de Ponta Porã, expedido em 13 de maio de 2020, a Secretária Municipal de Saúde, decretou a utilização de máscaras de proteção facial para os cidadãos do Município de Ponta Porã que estiverem fora de seus domicílios enquanto perdurar o período de emergência da Covid-19. Nenhum cidadão poderá adentrar nas dependências de qualquer prédio, público ou privado, caso não esteja fazendo o uso correto de máscara de proteção facial. Também ficou proibido o atendimento em qualquer estabelecimento comercial ou de prestação de serviço de pessoas que não usassem a máscara de proteção facial, sendo responsabilidade do próprio estabelecimento a adoção de providências para cumprimento do Decreto Municipal.

Antes de detalhar as feiras, cabe apresentar alguns dados importantes relacionados ao Assentamento Itamarati. Esse assentamento está localizado no município de Ponta Porã no Estado de Mato Grosso do Sul e a partir de 2004 foi dividido em I e II pelo fato de o Governo Federal adquirir mais área



(25.000 hectares) na região. De acordo com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de junho de 2006, considera-se agricultor ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural, em que a área não exceda a quatro módulos fiscais, a mão de obra utilizada seja oriunda da própria família e a renda familiar seja originada dessas atividades (BRASIL, 2014). O último censo revela que o assentamento possui aproximadamente 13.730 habitantes e, destes, 12.400 residem nos lotes e 1.330 nas casas dos núcleos urbanos (IBGE, 2010).

Conforme Silva (2017) destacou, no Itamarati I foram constatadas um total de 1.143 famílias assentadas que estão dívidas em quatro grupos sociais diferentes: o MST, representado por 320 famílias, a CUT com 280 famílias; a FETAGRI com 395 famílias e a AMFFI, com 150 famílias. Já o Itamarati II conta com 1.692 famílias distribuídas entre cinco grupos sociais diferentes: CUT, FAFI, FAF, FETAGRI e MST.

Algumas dessas famílias residentes no assentamento Itamarati I e II comercializam seus produtos nas feiras de agricultores que se localizam em bairros da cidade de Ponta Porã. As famílias de agricultores assentados se deslocam para as feiras com um ônibus cedido pela prefeitura de Ponta Porã, que foi totalmente adaptado para o transporte exclusivo, isto é, para os feirantes assentados deslocarem seus alimentos e barracas. Existe um código que cada feirante usa em seus produtos, ao qual é o número de registro dessas feiras e consta na prefeitura, conforme relatado em uma conversa com a representante responsável pela feira do Marambaia; cada local dessas tem um representante.

Em função da pandemia do Coronavírus, estas feiras estão ocorrendo de forma reduzida em quatro dias da semana, de terça-feira a sexta-feira, das 07:00 horas até as 13:30 horas, todas nesse mesmo horário. Anteriormente à pandemia ocorriam 5 feiras que reuniam cerca de 90 famílias de produtores, de segunda a sexta-feira, sendo que em cada feira havia aproximadamente entre 15 a 18 pessoas expondo seus produtos. Com a pandemia do Covid-19, esse número foi reduzido para 4 feiras que contam com 5, 10 ou até 15 pessoas por dia expondo.

A feira que ocorre na terça-feira localiza-se em frente ao Parque dos Ervais; a feira que ocorre na quarta-feira próximo ao Fortes Atacado; na quinta-feira, a localização é no bairro Copha Fronteira, próximo ao CRAS; e nas sextas-feiras a localização é na região do Marambaia, em frente ao laboratório Ponta Porã.

Como houve uma redução expressiva no número de feirantes, algumas pessoas estão indo mais do que uma vez na semana para expor seus produtos, tendo em vista que nesse momento há barracas e lugares disponíveis nos dias da semana que estão acontecendo as feiras. Ao fazer isso, esses agricultores podem preencher os lugares vazios de muitos feirantes que não estão indo por causa da pandemia.

A feira que apresentou a menor redução no número de feirantes, mesmo diante das restrições da Covid-19, ocorre nas sextas-feiras e é uma das mais antigas, localizada na região do Marambaia. Essa feira, juntamente com a feira que ocorre no Copha Fronteira, deu origem às feiras que ocorrem nos outros dias da semana. Considerando isso, optou-se por utilizar essa feira na Região do Marambaia para delimitação do universo da pesquisa e seleção dos membros das famílias do assentamento Itamarati. Além de ser uma das feiras mais antigas, outro fator que contribuiu para a escolha foi devido a feira oferecer maior facilidade de deslocamento da pesquisadora para realizar as entrevistas, por se localizar próximo a sua residência. Adicionalmente, dirigir-se a apenas uma das feiras reduziria os riscos de contágio e permitiria mais cuidados necessários diante da pandemia da Covid-19.

A feira delimitada para a coleta de dados conta com aproximadamente 16 feirantes. Foram utilizados aproximadamente 16 dias para a realização das entrevistas narrativas, evitando com essa medida a aglomeração de pessoas. Foi entrevistada uma ou duas pessoas em cada dia (sexta) e no horário de menor fluxo de vendas, que ocorria partir das 12h00 horas até às 13h30 horas, evitando atrapalhar o fluxo de vendas de cada feirante. A seleção de cada participante da pesquisa foi mediante amostra por adesão.

A amostra por adesão ocorre quando os participantes de uma pesquisa aceitam participar livremente, mas não são selecionados aleatoriamente, o pesquisador os convida por interesse relacionado ao objeto da pesquisa.

Considerando essa questão, Costa Neto (1977) destaca em suas pesquisas que amostragem não probabilística pode ocorrer quando, embora haja a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra apenas de uma parte que está prontamente acessível. Ou seja, os indivíduos presentes na pesquisa foram selecionados porque eles estavam disponíveis, não porque foram selecionados por meio de um critério estatístico.

### **3.3 Coleta e Análise de Dados**

Nessa etapa da pesquisa, a técnica de coleta de dados priorizou entrevistas narrativas, cuja estrutura foi baseada em perguntas semiestruturadas, direcionadas as famílias assentadas. As entrevistas narrativas são infinitas em sua variedade [...], já que contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

Nessa mesma linha de pensamento, Oliveira (2008) enfatiza que a pesquisa narrativa em sua forma mais simples pode ser retratada como uma metodologia que utiliza coleta de histórias sobre um tema estipulado, na qual o investigador irá descobrir informações com o intuito de compreender o fenômeno investigado. Dessa forma as entrevistas narrativas são:

Infinitas em sua variedade, e nós as encontramos em todo lugar. Parece existir em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar; contar histórias é uma forma elementar de comunicação humana e, independentemente do desempenho da linguagem estratificada, é uma capacidade universal. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 91).

Para desenvolver esta pesquisa, inicialmente foi realizada uma apresentação por meio de uma conversa informal na qual foi explicada a pesquisa e ressaltada a sua confidencialidade. Após a solicitação de gravação

dessas entrevistas, foram recolhidas as assinaturas e explicados os riscos e benefícios da pesquisa. Dos 16 participantes que foram entrevistados, somente 12 famílias exercem atividades pluriativas, por isso foram essas que serviram de amostra para a análise. As visitas na feira da região do Marambaia ocorreram nas sextas-feiras, onde estavam presentes os feirantes da agricultura familiar do assentamento Itamarati. Para fazer as entrevistas, a cada sexta-feira a pesquisadora saía de casa pela manhã e se deslocava até a feira onde podia conversar com os feirantes, falar sobre a pesquisa e fazer algumas observações sobre os acontecimentos, bem como tirar fotos.

A metodologia utilizada por Jovchelovitch e Bauer (2002), sugerida por Minayo (1996), destaca que é importante a utilização dinâmica e precisão quanto à coleta de dados e tem sua importância pelo fato de se aprofundar a analisar os dados coletados.

Portanto, as falas são ouvidas e lidas, empreendendo um processo de imersão nos dados, visando facilitar a compreensão da lógica e dos sentidos das narrativas. A partir dessas observações, inicia-se o agrupamento das falas cujas unidades de sentido forem semelhantes (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002).

Em uma pesquisa narrativa, o pesquisador precisa, inicialmente, criar familiaridade com o campo de estudo, montar uma lista de perguntas relacionadas de acordo com o objetivo do trabalho e não perguntar diretamente sobre opiniões, atitudes ou causas, pois isto convida a justificativas e racionalizações, sendo que as regras da Entrevista Narrativa (EN) são formuladas para guiar o entrevistador. A interação entre narração e o questionamento pode ocasionalmente diluir as fronteiras entre EN e a entrevista semiestruturada (BAUER e GASKELL, 2002). A pesquisa narrativa é uma estratégia de investigação na qual o pesquisador estuda a vida dos indivíduos e pede a um ou mais para contar histórias sobre suas vidas (CRESWELL, 2010).

Nas entrevistas, o pesquisador conduz o diálogo face a face com os participantes; a pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana. Dessa forma, trata-se de um estudo de

histórias vividas e contadas, pois “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (CLANDININ e CONNELLY, 2011, p.18).

O registro escrito irá permitir que o sujeito questione e avalie o que escreveu e de que forma escreveu, posicionando-se como autor e leitor das experiências e vivências narradas. O texto é construído através processo de interpretação do pesquisador, do participante e da relação entre eles e é contextualizado devido às circunstâncias particulares da situação (SAHAGOFF, 2015).

Quando o pesquisador narrativo está em campo, ele nunca está ali apenas como mente, sem corpo, registrando a experiência de alguém, ele (pesquisador) está vivendo essa experiência, torna-se parte daquele lugar, daquele contexto (SAHAGOFF, 2015).

Para a etapa de análise dos dados, optou-se pela proposta de Schutze descrita fielmente em Bauer e Gaskell (2002). De acordo com Schutze, para interpretar as experiências verbalizadas por indivíduos e estabelecer o seu fluxo de ideias, são utilizados procedimentos de análise descritos a seguir:

1. Após a transcrição do material verbal, separa-se o material de conteúdo de ordem consensual, coletivo denominado indexado, do material que expressa valores, juízos, de conteúdo subjetivo denominado não indexado;
2. O passo seguinte é a ordenação das trajetórias e experiências descritas pelos entrevistados no material indexado;
3. O próximo passo consiste em analisar as dimensões não indexadas do texto, procurando a autocompreensão do indivíduo acerca dos eventos experienciados;
4. Já no quarto passo são elaboradas categorias com base nos discursos do entrevistado e posterior confronto para destacar as experiências;
5. Por fim, o quinto passo consiste em comparar e estabelecer semelhanças existentes entre os casos individuais permitindo, assim, a identificação de trajetórias coletivas e individuais.

No caso deste trabalho, foi realizada uma análise dos dados através das etapas propostas de Schutze, onde cada participante da pesquisa conta suas histórias a partir de uma entrevista narrativa de roteiro semiestruturado, narrando momentos vividos de alegrias, dificuldades, medos, expectativas, dentre outros. Estes relatos das famílias assentadas foram ouvidos, gravados e transcritos para o tratamento dessas informações.

No próximo capítulo da dissertação, inicialmente apresenta-se uma narrativa individual de cada entrevista para que o leitor conheça cada história a partir da reconstrução da pesquisadora. A organização dos dados obtidos para a realização das análises e deram da seguinte maneira: a pesquisadora separou em planilhas do Excel® os relatos de cada entrevistado, selecionando trechos destas falas em indexadas e não indexadas, seguindo cada etapa para melhor realização da sua análise. Conforme a metodologia de Schultz, falas indexadas são tudo o que o produtor fez, onde, quando e o porquê; já as falas não-indexadas representam juízos de valor, o que os produtores pensam e as reflexões de cada produtor. Na parte final da análise, foi realizada uma interpretação da pesquisadora destacando seus achados em confronto com a literatura.

### **3.4 Ética na Pesquisa**

Foi enviado ao comitê de ética o roteiro semiestruturado das perguntas elaboradas para as entrevistas narrativas que possibilitaram a coleta dos dados e análise, trazendo informações e evidências que contêm pleno objetivo da pesquisa.

Antes da realização da entrevista, a pesquisadora apresentou Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos participantes, explicando sobre seu trabalho, perguntando sobre a voluntariedade na participação e informando que, caso aceitassem participar, haveria os benefícios deste estudo e quase nenhum risco aos participantes.

Dos benefícios, ressalta-se que esta pesquisa contribuiu para a produção de conhecimento teórico e compreensão da pluriatividade e os

impactos dessas atividades não-agrícolas na vida das famílias rurais assentadas e, conseqüentemente, contribuirá para que ocorram revisão/ajustes das teorias e direcionamentos oferecidos para estudantes em sala de aula e em futuros projetos de extensão sobre a temática abordada. Além disso, para a pesquisadora que executará a pesquisa, a execução da mesma contribuirá para a sua formação acadêmica enquanto estudante de Pós-graduação no curso de Mestrado; também contribuiu para que a pesquisadora conseguisse compreender e refletir sobre os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais que participam dessas feiras de assentados.

A pesquisa não oferece risco que comprometa a segurança física dos participantes. No entanto, por se tratar de pesquisa com entrevistas em profundidade, por meio da qual os entrevistados contam suas histórias, falam de suas vivências e experiências, há a possibilidade de impacto emocional (por exemplo, choro, alegria ou tristeza ao se lembrarem e relembrem situações experimentadas). Desta forma, a participação na pesquisa apresenta risco mínimo de comprometimento emocional. Além disso, cada entrevistado foi informado que se depois de consentir a participação na pesquisa ele desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase do projeto, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo, sem prejuízo a sua pessoa.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Narrativa dos Produtores**

Essa seção reescreve, a partir da construção da pesquisadora, as narrativas dos produtores assentados no Itamarati que, além de produzir no campo, expõem seus produtos na feira e desenvolvem atividades pluriativas. Cada produtor terá um pseudônimo; isso significa que os nomes apresentados nas narrativas não são os nomes reais dos produtores. Embora alguns produtores não se opusessem a identificação de sua história de forma pública, esse recurso metodológico busca garantir a confidencialidade dos participantes, conforme estabelecido no TCLE.

#### **Produtora 1**

Esta é a história da Maria, uma mulher de 42 anos, habitante do Assentamento Itamarati que possui 3 filhos e é casada com João. A família pertence ao grupo FETAGRI. Ela nasceu em uma família de agricultores, assim como seu marido, e as técnicas do campo já são parte da sua “raiz”, o que fez emergir a ideia de morar no acampamento do Itamarati e se inscrever para os sorteios dos lotes. Maria precisou se deslocar de Paranhos a Itamarati de forma muito célere e teve de aguardar 1 ano e 3 meses para ser contemplada. Por conta do histórico da agricultura na família, Maria relata que o plantio é um projeto e que a partir dele conseguiram dinheiro para comprar terras e, atualmente, conta com 3 hectares de terra produzindo milho, soja, mandioca, abóbora e hortifruti, além de ter uma pequena criação de porcos e de galinhas, o que, para sua realidade, é uma imensa vitória dentro de uma trajetória repleta de batalhas. De acordo com Maria, ficar longe de seus pais e o trabalho árduo fez com que ela desenvolvesse depressão. Como essa também é uma realidade compartilhada com muitas mulheres da região, surgiu um curso de pintura criado pela Cândida (atual coordenadora da feira) e isso ajudou muito para o enfrentamento da doença. A partir desses encontros, a ideia da feira foi fluindo, pois, muitas vezes, sobravam frutas e verduras cultivadas em suas



terras, estragando pela falta de lugar para vender. Hoje, com muita luta, a feira está firme, vendendo há mais de 10 anos. No início, ela participava do programa do governo PRONAF e o município cedia o ônibus para transporte dos assentados e suas mercadorias, porém não havia espaço para todos os feirantes e por esse motivo a feira foi dividida em quatro dias na semana para que todos pudessem se organizar e participar. No entanto, muitos assentados não moram perto dos pontos em que o ônibus passa e precisam se locomover até lá com as mercadorias, que não seria difícil não fosse o péssimo estado das estradas, um dos maiores problemas enfrentados, principalmente, em dias chuvosos. Para ela, a feira do bairro Marambaia nas sextas-feiras é a melhor de se trabalhar e por isso a escolheu para expor seus produtos. A inclusão da feira nesse local foi até mesmo um pedido dos moradores da região que gostam de frequentar e comprar produtos naturais. O marido nem sempre está presente nas atividades agrícolas, pois às vezes trabalha como pedreiro para complementar a renda da família e para ajudar o filho no custeio de sua faculdade de enfermagem, já que somente a agricultura familiar não seria suficiente para sustentar a casa e amparar o filho. Futuramente, Maria tem a expectativa de que as vendas melhorem cada vez mais e que nem ela e nem os demais agricultores fiquem em prejuízo, o que será possível com maiores incentivos do governo, pois os atuais não são suficientes. Ao ser questionada sobre os motivos que levam os produtores a realizar atividades pluriativas, ela argumenta que uma família tem necessidades de saúde e vestimentas, não somente alimentação e, para suprir essas necessidades, o produtor deve realizar alguma atividade a mais ou vender algum objeto de seu sítio para obter o dinheiro, somente a venda na feira não é suficiente. No mercado de trabalho rural são enfrentadas duas grandes dificuldades para a feirante. A primeira é de que o preço e o material da produção estão cada vez mais caros e, muitas vezes, as vendas não pagam o custo do plantio e ela sai no prejuízo; o outro fator é a dificuldade de encontrar mão de obra para ajudar no sítio, situação de extrema necessidade, pois ela e seu marido estão envelhecendo e não têm mais saúde para realizar as atividades como antes. Ela ainda argumenta que para as mulheres que tem filhos há uma dificuldade maior em trabalhar, não só

na agricultura familiar como em atividades pluriativas, pois, muitas vezes, elas não têm onde deixar as crianças. Um dos maiores desejos de Maria e seu marido como produtores rurais é que um de seus dois filhos dê continuidade na produção e fique no assentamento, que é a “raiz da família”, e acredita que deveria existir incentivos para que os jovens continuassem no Itamarati, como, por exemplo, cursos. A pesquisadora notou que os feirantes utilizam uniformes padronizados e então a produtora respondeu que, no início da feira, vinham muitas pessoas de fora do assentamento vender e quando essas mesmas pessoas vendiam produtos fora da data do vencimento ou de má qualidade, os clientes acabavam culpando os feirantes. A partir dessa problemática, todos se organizaram para fazer uniformes e se identificar. No início da pandemia da covid-19, os feirantes ficaram um mês sem vir à cidade expor e isso acarretou a perda de muitos produtos e a diminuição da produção. Maria teve que diminuir a sua criação de frango e todas essas medidas fizeram com que o lucro diminuísse. No entanto, hoje os produtores trabalham normalmente usando máscara e higienizando os produtos, passando mais segurança para quem compra e quem vende.

## **Produtora 2**

Joana, mulher de 41 anos, casada, possui 2 filhos, reside no assentamento Itamarati e faz parte do grupo FETAGRI. Os pais dela trabalhavam como caseiros em uma chácara e, quando a agricultora se casou, foi morar no assentamento Itamarati na casa do sogro e cunhado, mas conforme a expressão que ela mesma usou, “quem casa, quer casa”, foi acampar em busca de um loteamento de terra onde criou seus dois filhos e mora até hoje. Um deles estudou administração e trabalha na cidade e o outro trabalha em mercado e faz curso técnico em agronegócio. Conforme Joana, o início não foi fácil, mas foram aprendendo com o tempo e foram criadas várias facilidades para a venda dos produtos. Atualmente, a família acredita ser privilegiada por trabalhar com agricultura familiar e gostam muito de morar no assentamento Itamarati cultivando milho, cenoura, salsinha, cebolinha, quiabo, alface, tomate, goiaba, banana, laranja, limão, lima, pera, maracujá, mamão,

abobora, couve, repolho, pimenta, pepino, criando vaca leiteira, galinha e porco. Ela escolheu a feira de sexta-feira na região do Marambaia pela alta procura por produtos naturais na região; os feirantes têm que avisar com antecedência para vir nessa feira e alguns até dividem barraca com outros dois ou três. Além disso, há um auxílio do município, que dispõe do ônibus e das barracas, e isso ajuda as frutas e verduras não estragarem, ainda que, muitas vezes, o ônibus atolou devido às estradas em mau estado e os assentados não puderam vir à feira. Joana trabalha como doméstica 2 vezes na semana na mesma casa há mais de 6 anos e vende cosméticos, tudo isso para ter uma renda extra, antes para ajudar na criação dos filhos, que como hoje já são maiores de idade, ela utiliza para bem-estar próprio, vai ao salão, compra alguns cosméticos e roupas. Para o futuro, a produtora deseja mais estímulos do governo para o pequeno produtor, pois hoje os incentivos que existem são para os grandes produtores de soja e milho. Ela também pontua que seria ótimo que o assentamento ganhasse uma escola agrícola com cursos técnicos e profissionalizantes para que os filhos continuem no Itamarati e deem seguimento ao trabalho de seus ancestrais. Sem esse apoio, as famílias buscam atividades pluriativas, já que somente a agricultura familiar não é suficiente para sustento e a falta de conhecimento é um dos grandes problemas enfrentados dentro do assentamento, a necessidade de alguém que possa ensinar e aperfeiçoar as formas de manejo. Quando questionada se existe diferença nas oportunidades de homens e mulheres em realizar atividades pluriativas, ela nega e ainda diz que no seu caso a mulher tem mais facilidade na realização de atividades fora do campo. Segundo a produtora, a feira teve um papel especial na vida dela, não somente por ser o lugar de onde tira seu sustento, mas também uma forma de se livrar da depressão que estava enfrentando. Além do curso de pintura e crochê que ela faz no assentamento, vir à feira dá a oportunidade de estar em outro ambiente e ter contato e diálogo com muitas pessoas. Sobre a pandemia da covid-19, a entrevistada conta que no início foi muito difícil, perdeu mercadorias, não veio à feira, não obteve lucro e tentava vender alguns produtos no assentamento para as pessoas que iam

em busca de verduras para a revenda, mas que agora as coisas estão melhorando e ela espera que a pandemia acabe em breve.

### **Produtor 3**

José é um homem de 54 anos, casado, possui dois filhos, residente no assentamento Itamarati e faz parte do grupo Canaã CUT I. Ele inicia contando como foi sua inserção no trabalho agrícola, que se deu por conta de morar em Dourados-MS e na época estava lidando com o desemprego, falta de oportunidades e as empresas estavam exigindo cada vez mais especialização. Em meio a essas dificuldades, surgiu a ideia de fazer o cadastro no assentamento e, através de programas do INCRA e da CUT I, ele e sua família conseguiram um loteamento de terra no Itamarati, onde mora atualmente com sua esposa e sogra. Seus filhos preferiram trabalhar em atividades não agrícolas e residem em Dourados-MS. José relata que teve envolvimento com a agricultura desde cedo na sua cidade de nascimento, no Maranhão, onde sempre trabalhou em lavoura, e isso influenciou no gosto pelo plantio e colheita. No assentamento, ele e sua família cultivam jiló, pepino, abobrinha e frutas em geral, coletam mel, cuidam de uma pequena criação de galinhas e de porcos, além de terem uma vaca de onde ele retira o leite e, com a ajuda de sua esposa, produz o queijo que ele vende na “feirinha”. Ao ser questionado sobre os motivos que levaram ele a escolher aquela feira para expor seus produtos, ele explica que antes da criação da feira vendia somente para algumas cooperativas e quando surgiu a oportunidade de expor os produtos na cidade, juntamente com o apoio do município que cedeu transporte para eles, houve uma expansão da sua produção e, conseqüentemente, mais vendas para o público e um lucro maior. Ele participa de todas as localidades da feira (Parque dos Ervais/ bairro Marambaia e Fortis), algumas vezes vai com carro próprio para trazer toda a mercadoria. Segundo o produtor, o dia em que há mais lucro é sexta-feira, na localidade do Marambaia, pois há muita procura pelo queijo e consegue boas vendas. Diferentemente de outros moradores do assentamento, José não conseguiu participar do programa do governo PRONAF devido a vários critérios burocráticos que eram exigidos para

participação, então não recebe outra ajuda pública além do ônibus. Ele conta que a falta de recursos financeiros impede o aumento da produção agrícola; outra dificuldade mencionada são as estradas ruins para chegar até o assentamento Itamarati. Devido a essa falta de incentivo pelo poder público, ele relata que em épocas de dificuldade financeira trabalha como Uber utilizando seu próprio carro e sua esposa realiza algumas diárias como empregada doméstica na cidade de Dourados para complementar a renda, composta pelas vendas da feira e o aluguel residencial de uma casa. A perspectiva para o futuro na agricultura familiar é conseguir o título das terras do assentamento e, dessa forma, procurar o banco em busca de crédito rural para expandir a produção quando precisar. Enquanto isso, ele vê as políticas de incentivo como sendo de grande importância para motivar os agricultores e ajudar a expandir o potencial que o assentamento Itamarati tem, porém essas políticas na prática não acontecem. Ele pontua que essa falta de apoio faz com que as famílias procurem atividades pluriativas para compor a renda, pois em algumas épocas o dinheiro advindo da agricultura familiar não se faz suficiente para manter os gastos da produção e a partir disso sua esposa inicia as diárias como doméstica, ele trabalha de UBER e até mesmo faz diárias como segurança. Para José, a maior dificuldade enfrentada no mercado de trabalho rural é falta de recursos para produzir em grande escala e por isso não há oportunidade para vender para mercados, por exemplo. Quando perguntamos se há diferença entre homens e mulheres para a prática de atividades pluriativas, ele diz que ambos são iguais e se ajudam. Em relação à pandemia do covid-19, ele relata que afetou muito tanto os pequenos como os grandes produtores, que diminuíram a produção e as vendas; além disso, muitos de seus clientes da feira são pessoas idosas que não frequentam ou diminuíram a frequência na feira por medo do contágio. Finaliza a entrevista agradecendo a oportunidade de contar suas experiências de vida no campo e as dificuldades.

#### **Produtora 4**

Íris é uma mulher de 39 anos, casada, possui 2 filhos, é residente do Assentamento Itamarati e faz parte do grupo MST. Sua história na agricultura

familiar se iniciou quando seu pai, que já prestava serviços em fazenda, resolveu acampar em busca do seu loteamento de terra no Itamarati e assim que de fato conseguiram, ele e sua mãe foram morar no Assentamento e trabalhar com agricultura familiar. Com o tempo, ao se casar, ela e seu marido também conseguiram um loteamento próximo ao de seus pais, onde moram atualmente cultivando milho, alface, tomate, limão, laranja, abobora, feijão e criando porcos e adora seu estilo de trabalho, pois não tem patrão e por esse motivo tem maior flexibilidade de horários. Para Íris, a feira de assentados foi uma oportunidade única, já que antes de sua criação ela vendia apenas para pequenos mercados nos bairros e em domicílio; a feira foi ótima para expor os produtos e vender diretamente para o cliente. Além disso, o retorno financeiro é bom e isso se deve também ao auxílio que o município de Ponta Porã oferece gratuitamente com o ônibus que transporta os feirantes e as barracas com os dias da semana e locais estipulados para uso. No entanto, os assentados ainda passam grande dificuldade ao enfrentar estradas em péssimo estado. Nas horas vagas, além de trabalhar com a agricultura que é sua maior fonte de renda, seu marido realiza serviços de montador de móveis e “bicos” de pintor para complementar a renda da família enquanto ela é manicure. Sua expectativa é de que no futuro haja mais incentivos do governo para os pequenos produtores, pois esses estímulos são de grande importância e geralmente estão mais disponíveis para os grandes produtores, enquanto os pequenos são negligenciados e muitos não conseguem se sustentar apenas com a agricultura familiar e vão à procura de atividades pluriativas devido a essa falta de apoio do Estado. Íris relata que uma das maiores dificuldades no mercado de trabalho e na produção é encontrar pessoas dispostas a realizar o trabalho “mais pesado”, como capinar e colher, o que é muito necessário quando alguns produtores adquirem idade avançada e ficam impossibilitados de fazer esforço físico em excesso. Homens e mulheres se auxiliam e se surgir uma oportunidade ambos participam de atividades pluriativas para o complemento da renda familiar. Ainda assim, a feira tem grande papel no sustento da casa, além de ser uma oportunidade de a produtora sua família saírem do campo e interagir com as pessoas da cidade e espairecer. A

pandemia da covid-19 fez as vendas caírem, Íris passou dias sem ir à feira e perdeu muita mercadoria. Outro fator é o de que grande parte dos clientes são pessoas idosas que procuram por doces em compota, produtos mais naturais e saudáveis e que, com a pandemia, deixaram de frequentar a feira. Ela e sua família estão se estabilizando novamente e toda sexta-feira vão expor seus “produtinhos” na região do Marambaia. A agricultora ficou muito feliz em ajudar na pesquisa e achou muito interessante o trabalho mostrar a realidade do pequeno produtor.

### **Produtora 5**

Júlia, mulher de 40 anos, casada, possui 3 filhos, é residente do assentamento Itamarati e faz parte do grupo MST. Morou a vida inteira no sítio do Itamarati com seus pais; com o tempo, casou-se, seus pais adoeceram e ela e o marido deram continuidade à produção que, além de ser uma atividade que a família gosta de realizar, é de onde tiram seu sustento cultivando mandioca, milho, feijão, frutas e legumes. A feira do Marambaia foi o local escolhido por Júlia porque antes ela vendia em domicílio, o que era mais trabalhoso, e com a criação da feira de assentados, ela viu a oportunidade de lucrar mais, isso porque considera que na região do Marambaia tem mais procura pelos produtos naturais e é onde ela já fez seus clientes “fiéis”; além disso, apesar de as estradas não estarem em perfeito estado, o município cedeu o ônibus que ajuda no transporte dos feirantes sem custo. Conforme a produtora, a principal fonte de renda da família são as feiras, mas o marido realiza alguns serviços como pedreiro para complementar a renda. Hoje, Júlia não tem nenhuma expectativa para o futuro na atividade rural, pois, segundo ela, a vida está muito difícil e ela vive um dia de cada vez. As políticas de incentivo para a produção agrícola são importantes para sua família e as feiras são um exemplo disso. Ainda assim, ela acredita que ainda há muito a melhorar, muitas famílias que não têm esse apoio acabam procurando atividades pluriativas para suprir as necessidades, tanto o homem quanto a mulher realizam essas atividades ou se ajudam para se manter. Durante a entrevista, a produtora pontua que a falta

de conhecimento e estudo são uma dificuldade para o mercado de trabalho rural, ela deseja que no assentamento Itamarati tenha cursos técnicos para que seus filhos não precisem sair da cidade em busca de estudo e possam permanecer no campo. Destaca que, nas feiras, nem todos sabem lidar com a máquina de cartão ou Pix pela falta de conhecimento, então recebem só em dinheiro. Quanto à pandemia da covid-19, a feirante acredita que isso afetou pouco, apenas perdeu algumas mercadorias e deixou de vir por alguns dias e que agora, com os cuidados, máscara e álcool gel, o trabalho segue normalmente.

### **Produtora 6**

Luna é uma mulher de 42 anos, casada, possui dois filhos, é residente do assentamento Itamarati e atualmente não faz parte de nenhum grupo de assentados. Inicialmente, seus pais já trabalhavam na agricultura e Luna na cidade. Com o passar dos anos, ela se casou e seu marido decidiu acampar em busca de um loteamento de terra no assentamento Itamarati e, assim que de fato conseguiu, mudaram-se ela, sua mãe (que na época estava doente), seus 2 filhos e o marido, que atualmente produzem tomate, alface, abóbora, morango, feijão e criam porcos e galinhas. Para a família, é um prazer estar envolvido na agricultura familiar. Luna relata que antes da criação da feira, vendiam em associações e pequenos mercados e após a criação foi uma grande maravilha para ela expor seus produtos. Escolheu participar da feira de sexta-feira na região do Marambaia porque acredita ser a que dá maior lucro já que é a que possui mais clientes; além disso, o município disponibilizou transporte gratuito para os feirantes do assentamento. Dentre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, a produtora pontua que o péssimo estado das estradas e a falta de incentivo do governo são os principais problemas; seu marido, por exemplo, exerce atividade de pintor quando há oportunidade para ajudar a melhorar a renda da família. A expectativa é que futuramente haja mais oportunidades para o crescimento da produção e mais ajuda dos políticos, já que hoje os pequenos agricultores são esquecidos



quando se trata de incentivo, tanto financeiro como de apoio; esses são muito importantes, isso porque ela destaca que há épocas menos produtivas e os agricultores passam dificuldades ou então procuram atividades pluriativas para ajudar a família. Na visão da produtora, há dificuldades no mercado de trabalho devido à falta de incentivo e também de cursos que ensinem o manejo da terra e sobre atendimento. A agricultora acredita que não há diferença de sexo ou idade para a realização das atividades pluriativas e continua a entrevista explicando o quanto a feira foi importante para ela tanto como apoio financeiro quanto emocional, já que além de ter um lucro direto e sem taxas, a feira foi uma forma de superar a depressão que estava enfrentando após o falecimento de sua mãe ao conhecer novas pessoas, ter contato com os outros feirantes e saindo um pouco do sítio onde reside. Inclusive, um de seus desejos como produtora rural é que a feira tenha mais divulgação e ganhe um espaço ainda maior. Em relação à pandemia da covid-19, houve perdas e diminuição da produção e a esperança é que em breve tudo volte ao normal.

### **Produtora 7**

Ana, mulher de 58 anos, casada, possui 4 filhos, é residente do assentamento Itamarati e faz parte do grupo CUT I. Desde muito cedo estava presente na lavoura e já faz muitos anos que Ana e sua família trabalham e têm o próprio loteamento de terra no assentamento Itamarati, trabalhando com o que gostam e tendo a facilidade de escolher seus próprios horários de trabalho, cuidando de seu pomar, criando galinhas, porcos e algumas vacas para a obtenção do leite para produção de derivados. A produtora escolheu a feira da região do Marambaia porque, segundo ela, é a feira mais conhecida e com maior número de clientes à procura de docinho caseiro, pão e queijo, que são os principais produtos que ela vende, todos com receitas caseiras passadas de geração em geração. Apesar de os agricultores locais sofrerem com as estradas esburacadas e de péssimo estado, o município cedeu um ônibus para trazer os feirantes, o que também é uma grande facilidade. Além disso, a feira não significa só um lugar de onde ela tira seu sustento, mas

também um local para interagir e conversar com as pessoas. Conforme Ana, a principal fonte de renda da família é a venda na feira, mas ela também faz algumas diárias como empregada doméstica em Ponta-Porã 1 vez na semana, pois além de ser uma renda extra, ela aproveita para vir à cidade e sair um pouco do sítio, pois estava desenvolvendo depressão. A feira possibilita interação com outras pessoas e nesses dias é seu marido quem cuida da produção. Durante a entrevista, umas das perguntas foram sobre as expectativas da família no trabalho agrícola e a entrevistada explicou que não sabe o que a espera daqui para a frente e que ela e sua família devem estar preparadas e por isso realizam atividades não agrícolas para quando houver imprevistos na produção eles não fiquem sem renda alguma. Para Ana, há grande necessidade de políticas de incentivo ao pequeno produtor e seria muito interessante se alguns técnicos ou agrônomos fossem até as propriedades ensinar aos produtores formas de cultivo para melhorar a produção, pois a falta de conhecimento é um dos maiores obstáculos no mercado de trabalho rural. Quanto às atividades pluriativas, a entrevistada conta que, em muitos casos, os agricultores produzem bem, levam para a feira e não conseguem vender todos os produtos e estes acabam sendo perdidos ou servindo de alimento para a produção de porcos e galinhas. Esses imprevistos levam as pessoas a procurar atividades não agrícolas por necessidade de obter uma segurança caso a produção ou as vendas do mês não atinjam muito lucro. Nesse sentido, tanto os homens quanto as mulheres optam pelas atividades pluriativas, porém as mulheres que têm filhos ou cuidam dos netos muitas das vezes não têm onde deixá-los e isso dificulta a realização de alguns trabalhos. No futuro, como produtora rural ela deseja que sua lavoura se desenvolva e que o poder público dê mais incentivos, pois se não houver um “empurrãozinho” o pequeno agricultor não consegue crescer. Além disso, espera mais orientações sobre como plantar, adubar e colher corretamente. A pandemia do covid-19 fez as vendas de Ana diminuírem, mas ela continua vindo para a feira e se protege, usa máscara e álcool gel.

## **Produtora 8**

Ivetinha, mulher de 58 anos, casada, possui 3 filhos, residente do Assentamento Itamarati e não faz parte de nenhum grupo de assentados. A sua vida em meio a agricultura teve início em São Borja-RS, quando se casou. Ela e seu marido vieram visitar um cunhado em Ponta Porã-MS, mas, infelizmente, o parente adoeceu e o marido de Ivetinha cuidou da lavoura no lugar dele. Acabou gostando e logo acampou em busca de um loteamento de terra no assentamento Itamarati, o que é um privilégio para ela que já veio de uma cultura agrícola em sua família. Hoje, a produtora e sua família cultivam frutas, pêssigo, goiaba, soja, milho e criam porcos. Ivetinha relata que a feira existe há mais de 10 anos dentro do assentamento e que recentemente veio para a cidade com a ajuda do município, que cedeu o ônibus e as barracas para os feirantes. Ela escolheu a feira do Marambaia porque vende bem e dá um bom lucro e os clientes ficam contentes por terem acesso a frutas e verduras mais naturais e sem agrotóxicos. Ainda assim, essa renda retirada da feira não é suficiente e seu marido trabalha como pedreiro e faz tratores de madeira para vender, tudo isso para complementar a renda da família, o que não seria preciso se houvesse mais incentivos por parte do governo ou assistência técnica para dar cursos ou ensinar aos produtores técnicas de manuseio da lavoura, pois, segundo ela, há muito potencial a ser explorado no assentamento e sem incentivos os agricultores ficam desmotivados, ela inclusive perdeu seu cultivo de uvas por não saber formas de cuidado. Em relação ao mercado de trabalho rural, a produtora acredita que só não trabalha quem não quer ou não tem interesse, pois dentro do assentamento há oportunidades e principalmente agora estão abrindo alguns mercados que é uma ótima oportunidade para os jovens e dessa forma não precisam sair do Itamarati para procurar emprego e ainda ficam próximos da família. Para a produtora, tanto homens quanto mulheres têm as mesmas oportunidades no mercado de trabalho rural e nas atividades pluriativas. Os planos de Ivetinha como produtora é só melhorar e fazer com que os produtos cheguem até aqueles que não podem vir à feira. Trabalhar ou ter uma plantação não é nada fácil para ela que tem que cuidar da casa, fazer suas geleias, cucas e durante a

páscoa tem sua pequena produção de chocolate e por isso ela acredita que quem decide iniciar a vida na agricultura familiar tem que gostar muito porque não é fácil. Ao questioná-la sobre como surgiu a ideia de uniformizar os feirantes, ela explicou que essa ideia surgiu dela mesma, com intuito de ficar padronizado, mais bonito e os clientes conseguirem reconhecer as pessoas da feira. Com relação à pandemia do covid-19, a produtora conta que no início foi difícil não poder vir à feira, mas que sempre mandava as encomendas de cucas e geleias para a cidade. Ela possui a convicção que a pandemia não modificou as vendas, somente os cuidados que aumentaram como o uso de álcool gel, máscaras e luvas.

### **Produtora 9**

Cidinha, mulher de 52 anos, casada, possui 3 filhos que não moram mais com ela, reside no assentamento Itamarati e não faz parte de nenhum grupo de assentados. A vida de Cidinha na agricultura familiar se iniciou na infância, seus pais trabalhavam na lavoura, porém quando virou adulta estudou e se tornou professora e, após se aposentar, em algumas visitas a sua filha que mora no assentamento, a produtora tomou gosto pelo lugar e ela e o marido resolveram tentar conseguir um loteamento no Itamarati, onde ela mora atualmente e se sente feliz por trabalhar com o que gosta junto de sua família. É preciso ter bastante “jogo de cintura” para poder negociar e escolher os produtos que cultiva, no caso hortifrutigranjeiros, mandioca e amendoim. Cidinha escolheu a feira do Marambaia porque os moradores da região são muito participativos e ela consegue tirar um bom lucro com as vendas; é uma oportunidade para mostrar o que é produzido no assentamento e o município dispõe um ônibus sem custo para os feirantes, ainda que os assentados tenham dificuldades em enfrentar as estradas em péssimo estado, principalmente nos dias de chuva. O marido da produtora realiza a poda de árvores frutíferas e seu genro trabalha como motorista buscando as pessoas que moram distantes da parada do ônibus, atividade secundária que ele exerce além da agricultura familiar para complementar a renda. A esperança da

agricultora é que tenha muita saúde e que haja mais incentivos financeiros por parte do governo. Outro desejo é uma melhor estrutura banheiros nas feiras, pois a falta de banheiros para os feirantes faz com que tenham de utilizar os banheiros do posto de combustível e em outros locais públicos. Espera ter uma feira dentro do assentamento aos finais de semana e que as vendas melhorem. Ela também ressaltou que as políticas de incentivos de qualificação na agricultura são muito importantes para que os filhos dos assentados tenham cursos dentro do assentamento para ajudar no cultivo e não precisarem sair em busca de conhecimento. Para ela, se houvesse incentivos suficientes, os agricultores conseguiriam viver somente da agricultura familiar e não precisariam ir em busca de atividade pluriativas. Cidinha explica que uma das principais dificuldades encontradas no mercado de trabalho rural é a falta de conhecimento e tecnologia para que os agricultores não percam tempo e dinheiro e relata que por conta disso muitos produtores plantam de qualquer maneira, sem fazer um planejamento, e por isso acabam perdendo a produção. Na sua visão, tanto homens quanto mulheres têm oportunidade de realizar atividades pluriativas independente de idade. A feira, principalmente a da região do Marambaia, é o que traz o sustento para a sua família, a que dá mais lucro e que as pessoas mais vêm prestigiar. No futuro, o maior sonho da produtora é continuar expondo seus produtos na feira, porém com uma estrutura melhor e com banheiros, que é algo que ainda faz falta. Ela já foi professora, chefe de um grande hotel no Rio Grande do Sul e renunciou a tudo em busca de qualidade de vida, saúde e felicidade, pois estava desenvolvendo uma depressão e crises de ansiedade e foi na participação na feira que encontrou uma tranquilidade maior, convivendo com os outros feirantes, vivendo de alegrias a cada dia; segundo ela, é uma vida muito gratificante. Em relação à pandemia da covid-19, a produtora conta que muitos produtos se estragaram quando não puderam vir à feira, sem vendas e sem lucros. Cidinha finaliza a entrevista agradecendo e elogiando a objetividade das perguntas.

## Produtor 10

Roberval, homem de 53 anos, casado, possui 3 filhos e é residente no Assentamento Itamarati, ele e sua família pertencem ao grupo MST. Durante a entrevista, o produtor relata que inicialmente residia no estado de Mato Grosso, mas que ao se casar mudou para Ponta Porã-MS, já que os familiares de sua cônjuge já residiam na cidade. Ele conta que este início foi muito difícil porque trabalhava como pedreiro e seu salário não era suficiente para pagar as contas de casa. A partir dessa problemática e por influência do cunhado, que já residia no assentamento Itamarati e cultivava alguns produtos, Roberval foi em busca de seu “pedacinho de terra” e começaram a praticar agricultura de subsistência, criando galinha, cultivando alface, pepino, abobora, chuchu e para a renda eles tiveram a ideia de cultivar e vender flores devido a experiência trabalhista que ele tinha em floriculturas. Dentre as qualidades florísticas há orquídea, onze-horas, violeta, crisântemo, mini margarida, hortências, azaleia, begônia e outras. Anteriormente, as flores eram destinadas à venda para mercados e em domicílio, porém, segundo Roberval, após a criação da feira de agricultores ficou ainda melhor, pois ter um local para venda facilitou muito. Ao ser questionado sobre o envolvimento da família com a agricultura familiar, ele diz que, de seus três filhos, dois se mudaram para a cidade onde trabalham e estudam e uma filha continua no assentamento ajudando a família no ramo agrícola juntamente com a mãe. A feira de agricultores familiares, por ser bem localizada, trouxe maior procura pelas flores e foi uma oportunidade de ele expor outros produtos, como verduras, legumes, frutas, entre outros, que trouxeram uma renda extra para sua família. Outra facilidade pontuada durante a entrevista foi o ônibus e as barracas disponibilizadas pelo município para transporte dos feirantes e seus produtos, sendo uma ajuda de custo pois o transporte é gratuito e as verduras não murçam. No entanto, um dos grandes problemas enfrentados pelos agricultores locais são as estradas que estão em péssimo estado e com muitos buracos. Apesar de a venda de flores ser a principal fonte de renda da família, o entrevistado também realiza atividade não-agrícola, fazendo os chamados “bicos” como servente de pedreiro para complementar a renda. Roberval diz

que é importante falar que, às vezes, consegue mais dinheiro trabalhando como pedreiro no mês do que com a agricultura familiar, porém, assim como no plantio podem acontecer imprevistos, o serviço de pedreiro não é fixo e não tem todo mês e por isso ambas as atividades se complementam para seu sustento. Ao ser questionado sobre o que espera em relação ao futuro na agricultura familiar, ele conta que seu desejo é que haja mais apoio governamental e políticas de incentivo para não desanimar; ele acredita que essas políticas são muito importantes e que, apesar de já existirem algumas em andamento, ainda há mais para ser feito. Na opinião do produtor, o que leva as famílias agrícolas a se tornarem pluriativas é que nem sempre o que é plantado em suas “terrinhas” é suficiente para manter uma boa qualidade de vida e por isso vão em busca de outras atividades, até mesmo para pagar os estudos dos filhos ou adquirir automóveis, o que não seria possível somente com a agricultura familiar, principalmente os que não recebem incentivos do governo. A falta de conhecimento de novas técnicas de plantio é uma de suas dificuldades. Na visão de Roberval, não há mais diferenças entre homens e mulheres na agricultura e os dois se ajudam, até mesmo em relação às atividades pluriativas. A feira de assentados é muito gratificante para ele e sua esposa, tanto para fazer clientes, conhecer pessoas e se distrair na companhia de seus colegas assentados. A pandemia do Covid-19 fez suas vendas diminuírem, bem como a sua produção, muitos de seus colegas perderam mercadoria e eles ficaram dias sem abrir a feira, o que afetou muito os produtores financeiramente. Hoje eles estão voltando aos poucos com todos os protocolos, usando máscara, álcool gel e higienização; ainda assim, há muito medo de ser contaminado. Por fim, Roberval agradece, parabeniza o trabalho, diz que gostou de ter participado da entrevista e espera que tenha ajudado com o seu relato.

### **Produtora 11**

Luiza, mulher de 47 anos, casada, possui 5 filhos, reside no assentamento Itamarati e faz parte do grupo FETAGRI. A entrevistada morava

em Maracaju-MS e seu marido conseguiu um trabalho em Ponta Porã-MS e por isso se mudaram. Tudo começou quando o serviço de seu marido não era mais suficiente para pagar aluguel e despesas com os filhos, que ainda eram crianças na época, e a partir dessa situação decidiram acampar em busca de um loteamento de terra no assentamento Itamarati, onde residem até hoje e criaram seus filhos tendo contato direto com a agricultura familiar, fazendo seus horários, cultivando milho, alface, berinjela, feijão, abacate, mamão e criando vacas, porcos e galinhas. A feira do Marambaia foi maravilhosa para a família de Luiza, pois antigamente eles vendiam para cooperativas ou batiam de casa em casa para tentar vender seus produtos e com a criação da feira dentro do assentamento, e agora nos bairros da cidade, há mais vendas e a comunidade do bairro Marambaia participa e procura bastante pelos produtos da feira. Além disso, o município disponibiliza o ônibus para trazer os assentados feirantes e nenhum imposto pelas vendas, ainda assim os agricultores lidam com o péssimo estado das estradas para chegar até a cidade. Há uma enorme falta de incentivos para os pequenos produtores e dificuldades para a produtividade. Luiza tinha filhos pequenos e não podia sair de casa para realizar outras atividades, então aprendeu a pintar guardanapos e hoje é artesã e vende sua arte na feira para complementar a renda da família, já que a renda advinda da agricultura familiar não basta e faltam incentivos governamentais para o pequeno produtor. Por esse motivo, muitas famílias procuram atividades pluriativas por segurança, caso haja imprevistos na produção ou não consigam vender todos os produtos na feira. A produtora acredita que tanto homens quanto mulheres podem ter a oportunidade de trabalhar em atividades pluriativas, a única dificuldade que existe é que as mulheres que têm filhos não têm com quem deixá-los, inclusive um de seus desejos é ter cada vez mais saúde para desfrutar de tudo que conquistou até agora e ter disposição para conseguir trabalhar na feira, que é importante não só para os assentados, mas também para os clientes que podem obter produtos de boa qualidade. Em relação à pandemia da covid-19, Luiza destaca que a produção diminuiu, assim como as vendas e o dinheiro, isso porque eles passaram um mês sem vir à feira no início da pandemia, o que prejudicou muitos produtores rurais.



## Produtor 12

Tião, homem de 59 anos, casado, possui 4 filhos, é residente do assentamento Itamarati e faz parte do grupo MST. O produtor foi criado na fazenda onde os pais trabalhavam, tinha muitos irmãos e era difícil para se sustentar. Nesse sentido, deixou de estudar e desde cedo ajudou seus pais no trabalho. Quando se casou, foi embora e acampou para conseguir um loteamento no assentamento e desde então moram lá cultivando frutas, verduras e criando porcos e galinhas. Tião escolheu a feira do Marambaia porque vende muito bem todos os produtos que traz para expor; geralmente quem vem à feira e se responsabiliza pelas vendas é sua esposa e o produtor cuida da parte do cultivo e criação de animais. Ele pontua que apesar do estado das estradas esteja ruim, eles têm o apoio do município com o ônibus gratuito que transporta os feirantes. Além da atividade agrícola, o produtor relata que sua esposa é costureira e faz bordados em toalhas, chinelos e roupas infantis para vender na cidade e no assentamento para complementar a renda e que tem como fonte principal a agricultura familiar; como está sendo difícil para essa família se estabilizar, todo dinheiro que entra com as atividades pluriativas é bem-vindo. O produtor deseja que as coisas melhorem no assentamento Itamarati, que haja mais incentivos para o pequeno produtor e mais apoio de prefeitos e governadores, pois para ele um dos principais problemas enfrentados no mercado de trabalho rural é a falta de incentivo. A feira tem um papel muito importante para a família de Tião, já que o dinheiro das vendas é tirado de forma livre, sem custo de transporte ou para expor os produtos. Além disso, sua esposa aproveita a vinda na feira para vender os “chinelinhos” bordados e as roupas infantis. Ainda que não saiba responder se há diferença entre homens e mulheres e suas oportunidades para realizar atividades pluriativas, ele percebe a importância dessas atividades para complementar a renda da família. Como produtor rural, o entrevistado conta que quer ter saúde para continuar trabalhando em suas terras e fazendo dinheiro. Em relação à pandemia da covid-19, o entrevistado relata que no início teve que parar de ir à feira durante um mês e nesse período deixou de

vender e só produzia para próprio consumo. Finaliza a entrevista agradecendo e espera ter ajudado com as perguntas.

#### **4.2 Interpretação e discussão das narrativas**

Essa seção discute os relatos dos produtores à luz de alguns referenciais teóricos. As discussões consideram tanto as entrevistas quanto as notas de campo feitas pela pesquisadora durante o período de observação do trabalho dos produtores nas feiras. Especialmente a partir da seção 4.2 são apresentadas, seguindo a sugestão de Schultz (ano), as narrativas coletivas e convergentes sobre aspectos que se destacaram nos dados.

#### **4.3 Vivências de Produtores rurais, assentados e pluriativos:**

Observar as feiras e a atuação dos produtores nelas trouxe lições culturais sob diferentes aspectos. Como explica Morgan (2006), a dimensão cultural de uma sociedade ou microssociedade nos ajudam a compreender como a realidade é criada, como a sociedade vive e expressam os valores e crenças compartilhadas pelos indivíduos de forma coletiva.

Na sexta-feira bem cedinho, o ônibus que transporta os feirantes do assentamento para exporem seus produtos chega no local de desembarque. Os feirantes se ajudam para descarregarem suas barracas, montarem e carregarem os produtos.

Em algumas sextas-feiras em que o número de feirantes é maior, alguns deles dividem a barraca para a venda dos produtos, ficando de dois em dois ou até em 3 pessoas de famílias diferentes na mesma barraca, expondo seus produtos em mesinhas, caixotes de madeira ou plástico no chão e baldes.

Nos horários de menor fluxo, eles se sentam e conversam, olham revistas e compartilham informações, tomam tereré (se bem que com a pandemia o tereré foi suspenso) e fazem palavras cruzadas. No horário de

almoço, em torno de 11:40 até 12:30, eles compram marmitas dividem entre eles, muitos levam de casa um lanche ou almoço, e se em algum dia alguém está sem almoço eles dividem a comida. Existe um companheirismo por parte dos agricultores.

No horário final da feira, quando estão desmontando as barracas para retornarem ao assentamento, o que não foi vendido eles trocam entre eles. Passam um a um em cada barraca e fazem trocas de produtos como potes de doces de leite por alface, milho, um queijo por banha de porco ou por frutas, mudas de flores, etc. Cada produtora passa com uma caixa ou bacia e faz uma troca, assim tornando esse compartilhamento como algo rotineiro.

Em relação às interpretações, temos uma poderosa maneira de analisar a cultura dessas famílias de agricultores e a realidade do dia a dia nas feiras. De acordo com Morgan (2006), a cultura deve ser entendida como um fenômeno ativo e vivo através da qual as pessoas, em conjunto, criam e recriam suas histórias e os mundos em que vivem. A cada dia de feira esses produtores compartilham suas histórias e vivências, tornando o ambiente de trabalho mais leve, prazeroso e de forma colaborativa.

O motorista do ônibus aguarda até todos recolherem seus produtos e barracas para retornar ao assentamento. O ônibus utilizado para o transporte foi cedido pela prefeitura e é totalmente adaptado para o transporte dos produtos e barracas, por isso transporta somente os feirantes.

Quando algum feirante precisa sair, o colega fica responsável por seus produtos, cuidando da barraca do outro, pois essa é uma forma de se ajudarem.

Por meio do acompanhamento da dinâmica semanal das feiras, foi possível observar as mulheres participando da venda dos produtos na feira em maior número que homens. O fluxo de vendas maior dos produtores na feira é no horário da manhã, em torno de 7 horas às 10 horas; 11 horas o fluxo reduz um pouco. A feira funciona até as 13:30. Quanto à produção, a maioria dos entrevistados trabalham na produção de produtos hortifrutigranjeiros.

A escolha da feira para a exposição de produtos, para todos os entrevistados se deu pela alta demanda por produtos do campo no Bairro Marambaia e pela facilidade em receber o maior número de produtores.

Os produtores contaram sobre seu olhar para o incentivo financeiro por parte do governo ou do município para as exposições das feiras. Para os produtores, o incentivo fornecido se traduz no ônibus adaptado para transporte da produção, para 1 produtor o recebimento do PRONAF é esse incentivo importante, enquanto para outro produtor, além de o PRONAF não ser incentivo “há muita dificuldade para receber o PRONAF”.

O baixo nível de informações acerca do PRONAF por parcela de agricultores familiares limita a compreensão das possibilidades de uso do crédito e aumenta a insegurança, induzindo ao não acesso. O conhecimento parcial das regras ocorre inclusive entre os que acessam o programa, sendo comum os relatos de aprendizados pelos erros, com ônus para o agricultor (CAPELLESSO, 2016).

A maioria dos entrevistados relata que, além da atividade agrícola, ele ou algum familiar exerce outra atividade. Ainda nesse sentido, foram questionados por que optaram por exercer outra atividade não agrícola e a maioria ponderou que exerce como forma de complementar a renda familiar. Ainda assim, para todos os produtores entrevistados a agricultura familiar com o comércio em feiras representa a principal fonte de renda da família.

Em relação a estar envolvida com a agricultura familiar, a produtora Ivetinha relata que, apesar das dificuldades iniciais, hoje está plenamente adaptada a vida no assentamento e que a venda de produtos tem maior facilidade atualmente. A produtora Joana menciona o quanto é maravilhoso para sua família e para outras pessoas consumirem seus produtos que são de ótima qualidade enquanto Maria relata que se sente realizada por adquirir terras que não teria condições de comprar e estar produzindo.

O Produtor Roberval destaca que todos na sua família estão envolvidos na agricultura familiar e o assentamento é um lugar bom para se morar. A produtora Júlia relata que a vida no assentamento é boa e de onde retira o sustento familiar. Tião produz só o que tem vontade e trabalha para si próprio,

tendo tempo para cuidar de suas coisas. Para Aninha, trabalhar no campo é um privilégio por poder estar trabalhando no que gosta, fazendo seu próprio horário.

A produtora Íris pondera que o trabalho no campo é bom pois é de onde tirar sua renda, não possui patrão, faz seus próprios horários e trabalham em família. Conforme Luna, o envolvimento na agricultura familiar é positivo pois permitiu criar seus filhos. De acordo com a produtora Luiza, a agricultura familiar permite a produção para a família e para venda e fazer os próprios horários e para a produtora Cidinha a produção no campo é gratificante pelos produtos saudáveis e de excelente qualidade. Ainda nesse sentido, José também destaca que ele gosta de plantar e colher na sua propriedade por ser uma maneira de ficar próximo de seus filhos.

Em relação à maior dificuldade enfrentada pelos produtores locais, todos destacam que as estradas são o maior empecilho a prática da agricultura familiar, sendo que para a Produtora Luna fica evidente a enorme falta de incentivos.

Em relação às políticas de incentivo financeiros, Luiza na sua visão diz que esses incentivos são destinados somente para quem produz em maior quantidade ou planta soja. Para os pequenos produtores precisam ser liberados mais incentivos, pondera ainda que seria importante a instalação de uma escola técnica para dar assistência no assentamento.

A Produtora Joana destaca que faltam mais incentivos para que o assentamento cresça e que os pequenos produtores têm pouco incentivo político. Já o produtor Roberval pondera as políticas de incentivos são importantes, mas ainda é muito pouco, a produtora Júlia destaca que ainda faltam muitas políticas para desenvolvimento do assentamento, que facilitariam a vida no campo e seriam importantes para o comércio nas feiras.

Em relação aos motivos que levam as famílias agrícolas dessa região a se tornarem pluriativas, para a produtora Joana, muitas famílias buscam exercer outra atividade fora da atividade do campo para ajudar na melhoria da sua renda; já para a produtora Íris, um dos maiores motivos é a falta de incentivo. Maria em sua fala diz que as pessoas buscam outras atividades por

conta de aumentar a renda, principalmente para famílias grandes. Inclusive, o produtor Roberval acrescenta que nem sempre o que é produzido através da agricultura familiar é suficiente para o sustento da família.

Em relação a importância da participação nas feiras de assentados, a produtora Cidinha destaca o retorno financeiro e como forma interação com outras pessoas; já a produtora Joana lembra que é uma oportunidade de lucro e de beneficiar a sociedade com produtos saudáveis, sem o pagamento de impostos e grande interação social. As produtoras Aninha e Íris também destacam a importância pela venda de produtos e interação social; por sua vez, Luna pondera que além da importância pelo comércio e interação social, a feira ajudou no tratamento da depressão.

Em relação participação de homens e mulheres nas atividades pluriativas, Joana acredita que as mulheres estão mais envolvidas; já Maria acredita que a dificuldade de exercer essas atividades está mais voltada para mulheres que têm filhos pequenos para criar e Roberval acredita que não existem diferença entre homens e mulheres, pois ambos participam para melhorar a renda.

Em relação aos planos para o futuro, 10 produtores esperam que melhorem as políticas, o incentivo e a produtividade, “melhorem as coisas” a cada dia para eles.

Joana espera que melhore os incentivos para produzir, para comprar uma casa e arrendar mais terras; Maria espera continuar produzindo; Roberval espera incentivos e maior divulgação dos dias de feira; Tião espera melhoria dos incentivos para quem trabalha como pequeno produtor, incentivo para estudo dentro do assentamento. Aninha espera ajuda do governo e auxílio no que tange a treinamento; Íris espera que mais pessoas compareçam às feiras; Luna espera maior divulgação das feiras e Ivetinha espera melhorar as estruturas para vender mais.

Em relação a quais foram os impactos para a feira observados com a pandemia da covid-19, a produtora Maria relatou que houve diminuição no fluxo de vendas, perda de mercadorias e diminuição da produção, tudo tem melhorado, mas ainda há muito medo; José relatou que afetou um pouco,

houve perda de produtos, diminuição da produção e poucos compradores, há muito medo, mas tem voltado ao normal. A produtora Joana relatou que houve perdas para quem produzia verduras e conseqüente diminuição da produção, com todos os cuidados têm voltado ao normal.

O produtor Tião relatou que passou a produzir internamente; a produtora Cidinha relata que teve perdas, as vendas reduziram e tudo tem voltado ao normal com os cuidados sendo seguidos. Segundo Luiza observou, houve uma diminuição nas vendas e na produtividade, o que acabou prejudicando bastante; para o produtor José, houve prejuízo porque muitas pessoas que iam comprar nas feiras não conseguiam mais, causando uma diminuição das vendas.

A partir dos relatos individuais sobre as vivências e opiniões dos produtores, podemos observar que a feira não representa somente um canal de comercialização, mas também um local de interação social divisões de opiniões, expectativas, experiências.

Morgam (2006), em suas pesquisas, destaca que muitas das organizações são caracterizadas por divisões de opiniões informais dentro do grupo e as vezes na organização toda. Conforme destacado nas observações das vivências, os assentados participantes da feira apresentam diferentes formas e opiniões, destacando a importância de estarem envolvidos na agricultura familiar e o surgimento da pluriatividade, bem como suas expectativas para o futuro.

#### **4.4 Um olhar mais aprofundado nas narrativas**

Com base nas entrevistas transcritas segue-se nessa seção uma interpretação das falas dos participantes considerando, especialmente, o arcabouço bibliográfico utilizado na pesquisa.

#### **4.4.1 Início do trabalho na Agricultura Familiar**

A maioria das produtoras entrevistadas relatou que iniciou a vida na agricultura por já ter familiares trabalhando na área, por isso resolveram seguir o mesmo ramo. Outras produtoras iniciaram esse trabalho porque quando casaram foram acompanhar o esposo na vida no campo e assim foram em busca de conseguir seus lotes; alguns vieram de outros estados ou cidades e se deslocaram até o assentamento para iniciar ou dar continuidade na agricultura familiar.

Desta forma, a pesquisa mostra que produtores começaram na agricultura seguindo o ramo de atividade de seus familiares quando encontraram dificuldade no ambiente urbano ou vieram de outras cidades fora do estado, o que, baseado em Oyamada *et al* (2007), determina a expressividade da agricultura familiar como forma de sobrevivência e revalorização do campo nas atividades associadas a setores industriais e de serviços.

#### **4.4.2 A inserção da pluriatividade no cotidiano das famílias**

A pluriatividade aparece nas histórias relatadas como uma forma de complementar a renda e oportunizar melhor qualidade de vida. Nas famílias analisadas, a pluriatividade está inserida em seu cotidiano, principalmente a partir das variadas atividades que realizam em paralelo à produção agrícola. De acordo com Schneider (2006), a pluriatividade está presente na agricultura familiar brasileira como a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem à mesma família.

Conforme relato das entrevistas, os produtores e produtoras optaram por exercer atividades pluriativas para complementar a renda, que somente com a atividade do campo não é suficiente. As mulheres agricultoras familiares que expõem seus produtos na feira realizam atividades pluriativas como artesãs, empregadas domésticas, revendedoras de cosméticos, costureiras e bordadeiras de chinélos. A maior parte das mulheres realizam trabalhos como



domésticas e fazem bolos, pão e doces para vender. Já os homens exercem atividades pluriativas de pedreiro, pintor, fazem brinquedos de madeira, montador de móveis, podador de árvores, servente de pedreiro e UBER. A maioria dos entrevistados e membros das famílias que exercem essas atividades não agrícolas realizam a atividade de pedreiro e pintor. Todos os entrevistados ou seus cônjuges exercem atividades não agrícolas.

Vários autores como Mattei (2005), Schneider (2001), Carneiro (1996), Castells (1999), Nascimento (2005), Balsadi (2009), dentre outros, vêm discutindo sobre pluriatividade. Wanderley (1997) ressalta que a pluriatividade é entendida como a prova da capacidade de adaptação da agricultura familiar aos novos contextos sociais, sendo um mecanismo pelo qual se pode assegurar a permanência dessas famílias na agricultura e no meio rural.

O termo pluriatividade vem sendo usado para explicar com mais detalhes o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. Ela serve, ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, apresenta-se hoje como um setor plurifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição na preservação ambiental e na própria dinamização do espaço rural (FULLER, 1990).

A pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural. Os motivos que induzem as famílias nas práticas de atividades não agrícolas são variados, entre eles destacam-se: mão de obra ultrapassada; renda da terra insuficiente; estabilidade de trabalho; complemento de renda; composição familiar (muitos membros compõem a família); retorno dos filhos com a família já formada; falta de acesso a políticas públicas para investimento na terra; alto custo agrícola (para plantar) e o baixo preço agrícola (para comercializar); aumento do custo de vida e permanência no campo, dentre outros.

#### 4.4.3 Os impactos das atividades não-agrícolas na vida das famílias

Nessa pesquisa adotamos para o termo impacto o sentido figurado oferecido pelos dicionários da Língua Portuguesa (PRIBERAM, 2021; MICHAELIS, 2021) que o conceituam como a “influência decisiva dos acontecimentos no decurso da história”, ou seja, o “efeito de uma ação” ou ainda “o choque emocional, abalo, comoção, perturbação” causado por uma ação. Nesse sentido, a pesquisa mostra que os feirantes utilizam de atividades não agrícolas como forma de aumentar a sua renda.

Conforme estudos de Mattei (2007); Nascimento (2008); Silva (2010); Schneider (2006), dentre outros, mostram que, especialmente durante as décadas de 1990 e 2000, houve uma tendência de redução das ocupações agrícolas no rural brasileiro, de geração de renda e as ocupações não agrícolas passam a ter um aumento relevante da participação do trabalho não agrícola na população ocupada rural, em termos crescente importância na composição da renda familiar rural.

Os participantes da pesquisa ressaltaram que as pessoas buscam outras atividades por conta de aumentar a renda, principalmente para famílias grandes, pois nem sempre o que é produzido através da agricultura familiar é suficiente para o sustento.

Os estudos de Oyamada *et al.* (2007); Nascimento (2009); Matei (2015); Sakamoto; Nascimento Balen e Alves (2020); Maia (2016) demonstram que o aumento da renda é uma razão importante para famílias de agricultores buscarem atividades não agrícolas.

Portanto, os agricultores entrevistados membros que trabalham fora da propriedade, em trabalhos não agrícolas, contribuem com rendimentos para as despesas da família e das unidades e tanto mulheres quanto homens auxiliam na complementação de renda.

Conforme Ellis (2000) destaca, a pluriatividade fortalece as estratégias de sobrevivência familiares e contribui no processo de diversificação dos modos de vida rurais. Neste sentido, a pluriatividade pode ser considerada como parte constituinte dos modos de vida das populações rurais e não como

algo passageiro ou conjuntural e o reconhecimento da sua importância é fundamental para identificar as dinâmicas regionais de reprodução da agricultura familiar.

Segundo Schneider (2007), a pluriatividade se trata de uma estratégia de reprodução social das famílias rurais, que recorrem às atividades externas por diferentes razões (adaptação, reação, estilo de vida), não sendo a pobreza único fator determinante. As produtoras destacam a busca por exercerem as atividades pluriativas e o trabalho na feira não somente traz benefícios como aumento na renda das famílias, mas também uma melhor qualidade de vida.

Dessa forma, Asmus (2004) considera que a qualidade de vida diz respeito às circunstâncias de vida de uma determinada população e a forma como estas circunstâncias são percebidas por esta mesma população.

#### **4.4.4 A proeminência das mulheres nas feiras e nas atividades não agrícolas**

A partir da pesquisa de campo, os dados coletados apresentaram uma maior participação de mulheres expondo os produtos da agricultura familiar na feira do Marambaia. De 12 entrevistados, 9 são mulheres e somente 3 são homens. Portanto, percebe-se que no assentamento as famílias rurais produzem e reorganizam o espaço, construindo seus traços a partir da socialização.

As mulheres, geralmente restritas aos espaços privados e ao cumprimento de tarefas domésticas, vivem um processo de interação ao incorporar novas ocupações, quase sempre fora de seus lares, mas sem abandonar os seus afazeres em suas propriedades.

Antigamente e para algumas gerações, bordar e costurar eram atividades de lazer e de cunho cultural. Hoje em dia, o número de mulheres que exercem atividades pluriativas e ajudam na complementação da renda está cada vez maior nas atividades como de artesanatos, bordados e costuras. Essas ocupações passam por um processo de ressignificação, conquistando caráter socioeconômico e trazendo o auxílio para a renda familiar.

As mulheres rurais produtoras dessa arte como a de artesãs apresentadas pela maioria das entrevistadas, constituem estratégias de reprodução e permanência das famílias agrícolas no espaço rural, confirmando a redução das migrações rurais e contribuindo com a renda da família. Gouveia (2003) destaca que nas famílias rurais geralmente as mulheres, ao desenvolverem atividades não-agrícolas e pluriativas, estão buscando a emancipação e cidadania.

Ainda sobre as entrevistas realizadas, há indicações de que os papéis sociais femininos não se alteraram, pois são as mulheres que fazem o trabalho doméstico, mesmo trabalhando na produção ou em outros locais e ainda têm seus compromissos com a casa e filhos. Duas produtoras ressaltam que mesmo exercendo atividades pluriativas, acreditam que as mulheres têm uma dificuldade maior por conta de cuidar de casa e filhos. Aires e Salamoni (2013) destacam em seus estudos o papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social.

De acordo com os temas destacados, a produtora Joana relata dando ênfase que mulheres participam mais exercendo outras atividades além de estar somente envolvidas na produção de alimentos. As produtoras Maria e Luiza destacam que as mulheres têm maiores dificuldades de estar exercendo outras atividades por ter que se dedicar aos filhos pequenos.

Nas últimas décadas, estudos vêm apontando muitas das mudanças ocorridas em relação ao papel da mulher na sociedade que estão relacionadas a sua inserção no mercado de trabalho e também à valorização da atividade doméstica enquanto trabalho. Nesse sentido, a pluriatividade passa a ter relevância no meio rural por representar uma alternativa para a atividade agrícola às mulheres de todas as idades, valorizando o seu trabalho e possibilitando autonomia e maior socialização, principalmente quando o trabalho é exercido fora da propriedade (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

#### 4.4.5 Depressão no campo

Conforme relatos de alguns participantes da pesquisa, ao estar envolvidas somente em atividades campo e ficar no assentamento distante de parentes familiares, a maioria das mulheres se sente sozinha pelo fato de ficarem em casa e os maridos na lida do campo, mesmo que façam bordados e pinturas, o distanciamento social acaba desenvolvendo um quadro de depressão.

A depressão é considerada pelos especialistas uma doença multifatorial. Pode envolver questões de foro íntimo, aspectos da vida social e outras ligadas ao trabalho. No caso do trabalhador rural, o peso da atividade profissional é ainda maior em quadros de adoecimento emocional principalmente da mulher, conforme Vergara (2018).

Por outro lado, os atravessamentos de gênero entre homens e mulheres envolvidos em atividades rurais comportam particularidades de acordo com Dimenstein *et al.* (2016). Para esses autores, enquanto o adoecimento dos homens em assentamentos rurais está mais associado à carga do trabalho agrícola, à precariedade das condições de trabalho, à perda da vitalidade física, bem como ao surgimento de doenças crônicas, nas mulheres relaciona-se ao trabalho doméstico caracterizado pela dupla jornada de trabalho, o número de filhos, a violência de gênero praticada por parceiro íntimo, eventos de vida estressantes como perdas de parentes próximos e separação, os quais contribuem para o surgimento ou agravamento do adoecimento mental. Neto *et al.* (2018) e Miranda *et al.* (2017) abordam a depressão rural em diferentes enfoques, porém não consideram esses aspectos aprofundados que a pesquisa aponta.

Sair do campo e se envolver com as vendas na feira oportunizou para alguns feirantes a possibilidade de livrar-se da depressão. Quatro produtoras (Joana, Cidinha, Luna e Aninha) destacam que o trabalho na feira é de suma importância, pois se sentem mais felizes e realizadas havendo uma melhora em sua saúde.

Acontece uma interação entre os feirantes e momentos de descontração conforme observado nos dias que a pesquisa foi realizada. Nos horários de menor fluxo, as produtoras se sentam, conversam, olham revistas e compartilham informações, fazem palavras cruzadas e tomam tereré (antes da pandemia).

#### **4.4.6 A importância de estar envolvido na agricultura familiar**

Ser da agricultura familiar, conforme relato das participantes da pesquisa, é muito gratificante e prazeroso, pois a agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos que os brasileiros consomem.

O Censo Agropecuário de 2017 mostra que 87% da produção de mandioca é fruto da produção familiar. Em relação ao feijão, essa porcentagem é de 70%. Outras explorações agropecuárias também são bem relevantes nesse cenário: suínos (59%), leite (58%) e aves (50%) são as que mais se destacam.

Na agricultura familiar, é necessário ter força braçal para plantar, cultivar e colher, pois dependem de trabalho humano. Com isso, a empregabilidade na produção familiar é maior, sendo que 80% dos empregos gerados no campo vêm dessas propriedades, segundo o Censo Agropecuário.

Os participantes da pesquisa mencionam em suas falas que a força trabalho é composta quase que unicamente por membros da família. Às vezes com um ou dois funcionários assalariados para auxiliar nos serviços quando a demanda é maior. Relatam que estar trabalhando em sua propriedade apresenta benefícios como a questão flexibilidade de horários, mobilidade e ter a vantagem de trabalhar por conta própria.

Para Lourenzani (2006), os agricultores familiares são os que mais geram empregos e fortalecem o desenvolvimento local, pois distribuem melhor a renda, além de serem os responsáveis por uma parte significativa da produção nacional, respeitando mais o meio ambiente e, principalmente, potencializando a economia dos municípios onde vivem.

Souza *et al.* (2012), Carvalho e Grossi (2019), Santos e Santos (2020) discutem em suas pesquisas diferentes enfoques sobre a agricultura familiar e sua importância. Segundo Silvestro *et al.* (2001), ao reconhecer e estimular esta forma de produção agrícola, os países desenvolvidos, além de garantir a segurança alimentar, possibilitaram o nascimento entre os agricultores, de uma classe média forte que contribuiu decisivamente para criar um mercado interno dinâmico capaz de impulsionar o desenvolvimento destes países.

Observa-se que a agricultura familiar está diretamente relacionada ao desenvolvimento do país, já que acarreta o crescimento econômico e possui a capacidade de organizar socialmente determinadas regiões, por tratar-se de uma alternativa na construção de espaços para o homem do campo. Dessa forma, entende-se que a agricultura familiar se articula sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos.

Portanto, conclui-se que a agricultura familiar é de suma importância, pois grande parte do que comemos vem da produção nas propriedades rurais familiares.

#### **4.4.7 Dificuldades de deslocamento em função de estradas ruins no assentamento Itamarati**

A maior dificuldade é que todos os participantes relataram que encontram no campo refere-se ao deslocamento devido a péssima qualidade das estradas. Todos os participantes destacaram as dificuldades de deslocamento.

De acordo com o INCRA (2010), em pesquisa sobre a qualidade de vida nos assentamentos do país, 58% dos assentados estavam descontentes com as condições das estradas ou vias de acesso aos lotes e 56% descontentes com as condições de acesso a hospitais e postos de saúde. A realidade quanto à infraestrutura das estradas vem mudando pouco ao longo dos anos nos assentamentos rurais.

Com relação às vias de deslocamento dentro do assentamento, constata-se que são realizadas por meio de estradas de terra. De maneira geral, os eixos principais não estão em bom estado de conservação, apresentando falta de manutenção.

O maior problema é o piso da estrada, são extremamente cheio de buracos, dificultando sobremaneira os deslocamentos. O Assentamento fica longe dos centros urbanos, e a existência de estradas em bom estado de trafegabilidade assume grande importância junto aos assentados, não apenas por permitir o acesso ao mercado para o escoamento da produção e o transporte de materiais e insumos, mas também por possibilitar o suprimento das demais carências, como o acesso às escolas e aos serviços de saúde.

A partir das falas das produtoras para que haja um desenvolvimento no assentamento e na vida dessas famílias, é notável a necessidade de incentivos para a agricultura familiar. Trata-se de incentivos governamentais (federais, estaduais e municipais) necessários para a construção da infraestrutura básica e de serviços sociais, sobretudo em relação à educação, saúde e melhoria das estradas. O péssimo estado das estradas interfere de forma negativa na comercialização da produção e na qualidade de vida das famílias.

Segundo Guanziroli (2001), há uma correlação positiva entre os projetos de assentamento bem-sucedidos, a organização dos assentados e uma maior presença do Estado apoiando os processos de desenvolvimento.

#### **4.4.8 Escolha da feira no bairro Marambaia**

A escolha de expor os produtos da agricultura familiar na feira do Marambaia foi de grande relevância, conforme relatam os participantes, porque é bem localizada e tem mais procura, além de os moradores do bairro serem bem participativos e a feira é mais rentável.

Antes tinham que vender de porta em porta seus produtos ou em mercados, hoje os assentados têm o incentivo da prefeitura por meio do ônibus para transporte, não pagam impostos para expor seus produtos e têm barracas disponíveis.



Nessa feira, os agricultores do Assentamento Itamarati comercializam os seus produtos, levando em conta recursos financeiros disponíveis para investir na sua produção, a disponibilidade de mão de obra existente nos seus lotes e os limites de produção da terra e a escassez de incentivos políticos.

Essa feira, bem como as dos outros bairros de Ponta Porã, é importante para geração de renda dos agricultores assentados, que também passam a exercer mais uma atividade profissional como classe trabalhadora de feirantes.

Observa-se que a feira da agricultura familiar representa um canal de comercialização interessante e de maior rentabilidade para o escoamento da produção, proporcionando que um número maior de consumidores tenha conhecimento e consiga consumir alimentos mais saudáveis e de melhor qualidade.

Conforme Moura *et al.* (2005), os canais de comercialização de alimentos no Brasil são os hipermercados, supermercados, lojas de especialidades (açougues, padarias, varejões, quitandas, restaurantes), mercearias e feiras-livres.

A figura a seguir apresenta a imagem do ônibus disponibilizado pela prefeitura como incentivo para o deslocamento dos produtores da agricultura familiar participantes das feiras. Ele foi totalmente adaptado para o transporte de alimentos e as barracas para a montagem. De acordo com as falas dos participantes, a prefeitura deixa disponível um motorista para buscar e levar esses agricultores e somente os que expõem no dia da feira podem se deslocar nesse ônibus, exclusivo para essa finalidade.

**Figura 1: Ônibus utilizado para o transporte dos agricultores que expõem os produtos na feira**



Fonte: Dados da pesquisa (fotografia da feira Marambaia registrada em dez/2020)

As feiras nos outros dias da semana, em outros bairros, têm fluxo menor de vendas. Essa feira é a que tem maior número de assentados expondo seus produtos e as opiniões de todos os entrevistados resultam de respostas coletivas em relação à feira.

Além de facilitar a vida do pequeno produtor em expor seus produtos, a feira não só trouxe melhoria financeira, mas também oportunizou melhor qualidade de vida emocional, como a questão da depressão. As produtoras Maria, Joana, Cidinha, Luna e Aninha destacam que o trabalho na feira é de suma importância, pois se sentem mais felizes e realizadas, havendo uma melhoria significativa em sua saúde.

Os agricultores familiares que possuem comércio na feira agrícola dispõem de um relacionamento mais direto com os consumidores, com isso ocasiona uma ligação social e maiores oportunidades de negociações.

Michellon, Molina, Costa (2009) relatam que as feiras se tornam um ponto mais atrativo em relação aos supermercados e frutarias em decorrência

da maior diversidade, do produto ser mais fresco, da dinâmica peculiar de negociação do preço e o atendimento personalizado, permitindo, assim, uma relação bastante próxima com o produtor e feirante.

A pesquisa demonstra que a participação dos feirantes não se restringe em apenas um grupo do assentamento. Vários grupos participam (FETAGRI, MST, CUT I), sendo que cada família pertence a um grupo diferente. Quanto à idade das pessoas que participaram da pesquisa e expõem seus produtos na feira, ela varia de 39 a 59 anos.

Após realização de observação e entrevista com os agricultores participantes da feira, constatou-se que aquele local destinado ao trabalho e comercialização de seus produtos vindos da agricultura familiar possui outros valores, além do comercial, faz parte do cotidiano dessas famílias. Pode-se verificar que é um espaço modificado onde existe a interação, surgem novas amizades e, para alguns feirantes, funcionam como um passeio ou uma terapia para melhoria da depressão, como já citado anteriormente. A recompensa financeira ajuda, mas a valorização da comunidade que procura e prestigia os produtos e a interação com as pessoas também são essenciais para o bem-estar dos feirantes.

A seguir, a figura mostra a imagem da feira do Marambaia, que está localizada no bairro Marambaia, na rua Vinicius Soares do Nascimento, número 395, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. A feira está na rua de principal acesso para o bairro e há um grande fluxo de pessoas, que colaboraram para a realização das entrevistas e observações por parte da pesquisadora.

**Figura 2: Feira do Marambaia**



Fonte: Dados da pesquisa (fotografia da feira Marambaia registrada em dez 2020).

Observou-se que fluxo de vendas maior é no horário inicial da manhã, em torno de 7 horas, também às 10 horas apresenta-se um fluxo grande, que vai reduzindo até às 11 horas e finaliza no encerramento da feira às 13:30, quando os produtores começam a recolher suas mercadorias e barracas.

Com os produtos que eles não conseguem vender, os feirantes realizam trocas; cada produtor compartilha frutas, verduras, bolos doces dentre outros produtos para evitar o desperdício e, dessa forma, há uma interação entre todos os feirantes.

Os produtos cultivados pelos agricultores são hortifrutigranjeiros em sua maioria, frutas, verduras. Alguns entrevistados responderam que fazem criação de vacas leiteiras, para produção de leite e queijo, outros animais como frangos e suínos somente para seu sustento, além de soja e milho para seu consumo. Também são vendidos doces de leite, geleias, bolos e pães.

Após dois anos da primeira solicitação em plenário durante uma sessão ordinária, foi inaugurada no sábado, 17 de agosto de 2019, na Linha Internacional de Ponta Porã, a Feira do Agricultor, um espaço destinado aos

pequenos produtores do município que desejam vender seus produtos para a população. A solicitação foi realizada pelo Presidente da Câmara Municipal de Ponta Porã, vereador Candinho Gabínio em seu primeiro ano como parlamentar e reforçada diversas vezes até a aprovação, dois anos depois.

O evento de inauguração da Feira do Agricultor contou com a presença do prefeito Hélio Peluffo Filho, secretários municipais e vereadores, incluindo o idealizador da solicitação, o presidente da Câmara Municipal de Ponta Porã, vereador Candinho Gabínio.

**Figura 3: Inauguração da primeira feira da agricultura familiar dia 19/08/19.**



Fonte: Nova Itamarati News

A Feira do Produtor iniciou funcionando todos os sábados na linha internacional de Ponta Porã e foi realizada de forma itinerante nos bairros do município durante a semana. Marambaia, Coopha fronteira e Vila Áurea foram os primeiros locais a receber este benefício, porém, atualmente o projeto se expandiu e atende os demais bairros da cidade.

Alguns meses após a inauguração essa feira presente na Linha internacional passou a acontecer nas segundas-feiras ao invés de aos sábados, porém com os protocolos de segurança devido a pandemia covid-19



e por ser um local de muito fluxo próximo ao ponto final de ônibus, essa feira não está sendo realizada.

A feira do Marambaia proporciona aos consumidores uma variedade de produtos da agricultura familiar bem como leite, banha de porco, ovos, mel, queijo, frutas, verduras, legumes, doces, bolos dentre outros.

Nas figuras abaixo seguem algumas imagens dos produtos expostos na feira do Marambaia.

**Figura 4: Imagem de frutas, verduras, legumes e diversos produtos derivados da agricultura familiar.**



**Fonte** Dados da pesquisa (fotografia da feira Marambaia registrada em dez 2020).

**Figura 5: produtos derivados da agricultura familiar.**



Fonte Dados da pesquisa (fotografia da feira Marambaia registrada em dez 2020)

**Figura 6: Variados produtos da agricultura familiar: mel, frutas, verduras, queijo e leite.**



Fonte: Dados da pesquisa (fotografia da feira Marambaia registrada em jan 2021).

#### 4.4.9 Expectativas dos produtores para o futuro

Em relação às expectativas para o futuro, todos destacam uma espera de melhoria quanto a incentivos relacionados ao pequeno produtor. Também é lembrada a importância do surgimento de escolas técnicas no assentamento e mais auxílio técnico para que seus filhos e netos possam dar continuidade a vida na agricultura, não precisando sair para estudar e buscar trabalho fora da atividade agrícola.

Caldart (1997) dá ênfase em seus estudos para a função da escola que, segundo o autor, exerce um importante papel na Pedagogia do Movimento porque se constitui num espaço propício para o desenvolvimento de atividades educacionais e culturais voltadas para a população do campo, podendo se tornar um “lugar social” de reflexão acerca da realidade e de troca de experiências entre os trabalhadores rurais, tanto na discussão da política agrária, quanto na busca de reafirmar uma possível identidade camponesa, bem como a aprendizagem e a importância de uma qualificação melhorias no trabalho no campo. Entende-se através desta pesquisa que principalmente pequenos produtores do Assentamento Itamarati, em sua maioria, possuem poucos recursos e não têm uma formação superior. Com isso, sofrem com problemas talvez de simples solução que poderiam ser resolvidos através de incentivos como cursos de qualificação dentre outros.

Conforme Batalha (2000), “para se poder aproveitar as vantagens que o país possui em sua agroindústria, é preciso contar com profissionais que sejam seguros, capacitados e que busquem conhecer profundamente o funcionamento do agronegócio”.

A falta de qualificação da mão de obra é bastante evidenciada nas respostas, dentre outras expectativas, como maior facilidade para o pequeno produtor ter acesso ao crédito PRONAF.

Em relação aos financiamentos, existem diversos tipos de programas de apoio para a agricultura familiar, sendo que um dos principais é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que concede



diversos financiamentos aos produtores e cujo foco é promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Através do programa, os agricultores têm disponibilidade/possibilidade em adquirir linhas de crédito para variados projetos como, por exemplo, custeio da safra, compras de máquinas e/ou equipamentos e até mesmo para melhorar a infraestrutura da unidade produtiva, porém, para os pequenos produtores há uma série de burocracias para conseguir esse benefício, conforme relatou um dos participantes.

Ainda sobre as expectativas, esperam que todos os pequenos produtores consigam regularizar os títulos de seus lotes, que haja melhoria de incentivos e, principalmente, da infraestrutura das estradas no assentamento.

Em relação à Covid-19 e seus impactos, todos os entrevistados responderam que os protocolos de segurança impossibilitaram a comercialização dos produtos nas feiras, acarretando perdas tanto na produção como financeira. Prejudicou também porque, nesse período de pandemia, muitos produtos foram perdidos houve uma diminuição da produção por ter poucos compradores, principalmente para os agricultores de produtos perecíveis como frutas e verduras, que acabaram estragando.

De modo geral, a partir das afirmações dos participantes e a realidade em que todos não só os pequenos produtores rurais mais como um todo, e em todas as áreas.

Schneider *et al* (2020), em suas pesquisas, abordou os efeitos da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação, ressaltando que a pandemia tem causado a retração geral da demanda por alimentos, decorrente da perda do poder de compra dos consumidores, do desemprego crescente no país e da suspensão e fechamento de mercados tradicionalmente acessados, com efeitos particularmente impactantes sobre os agricultores familiares.

A agricultura familiar desempenha um importante papel no abastecimento de alimentos. As medidas de restrição de mobilidade adotadas visando a contenção da Covid-19 foram necessárias para controlar o avanço da pandemia; no entanto, tiveram um efeito negativo na produção comercialização e na distribuição de alimentos desses produtores. De acordo

com os relatos dos entrevistados, entende-se que a situação da pandemia causada pela Covid-19 repercutiu de diversas maneiras e intensidades sobre a produção, a distribuição e a oferta, bem como a perda de alimentos, afetando diretamente a vida de todos.

Diversas pesquisas destacam que os pequenos produtores rurais do Brasil, mesmo enfrentando a pandemia, assumiram inúmeros riscos para produzir alimentos e colocá-los na mesa do brasileiro dia após dia. Conforme informações do IBGE (Censo Agropecuário de 2017), são mais de 3,8 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, que representam 77% do total, os quais ocupam 80,9 milhões de hectares e são responsáveis por 23% de toda a produção agrícola brasileira. Diante de tudo o que foi apresentado, entende-se que a pandemia causou grande impacto tanto na produção quanto em vários outros setores.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar passou por muitas transformações nas últimas décadas e hoje é considerada um importante segmento na produção e diversificação de gêneros agrícolas destinados à alimentação no Brasil. Porém, as condições de vida dos pequenos agricultores familiares, muitas vezes, continuam precárias devido à falta de incentivos, infraestrutura ruim e dificuldades relacionadas ao alto preço de insumos.

Dessa forma, os agricultores adotaram novas alternativas para amenizar essas dificuldades, empregando a mão de obra em outras atividades fora do campo e a pluriatividade se tornou uma importante forma de geração de renda para manter as famílias no meio rural. A procura de outras fontes de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural das famílias.

A pluriatividade surge como uma forma de manter o exercício da agricultura na unidade familiar ao invés de representar o fim das práticas agrícolas. Para que ela se concretize, é necessário políticas públicas viáveis para promover tais práticas, uma vez que a pluriatividade diminui as migrações campo-cidade e faz com que famílias retomem a vida no campo.

O objetivo da pesquisa foi compreender como a pluriatividade está inserida no cotidiano de famílias que participam de feiras de assentados e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais. Dentre os muitos impactos que a pesquisa mostra, estão os relacionados à saúde (alguns produtores com depressão) e à situação financeira (aumento de renda, possibilidade de sustento da família e manutenção da propriedade).

A agricultura familiar nos núcleos pesquisados é caracterizada pela pequena propriedade com mão de obra predominantemente familiar, na qual os próprios parentes são responsáveis tanto pela gestão da propriedade como pelos meios de produção. Os agricultores produzem para seu sustento e para a comercialização de seus produtos na feira.

Normalmente, quando ocorre um desequilíbrio entre oferta de mão de obra e a disponibilidade de trabalho em uma propriedade, é comum que parte

da família busque outras atividades para suprir suas necessidades. Nesse sentido, as atividades não agrícolas cada vez mais estão tendo importância e relevância no contexto da agricultura familiar dos assentados participantes da feira do Marambaia.

A pluriatividade aparece nas histórias relatadas como uma forma de complementar a renda e oportunizar melhor a qualidade de vida. Nas famílias analisadas, a pluriatividade está inserida em seu cotidiano, principalmente a partir das variadas atividades que realizam em paralelo à produção agrícola.

A idade dos produtores entrevistados varia de 39 a 59 anos, todos são residentes no Assentamento Itamarati e a participação dos feirantes não se restringe a apenas um grupo do assentamento, pois conforme os relatos pode ser identificada a participação de grupos de diferentes movimentos (FETAGRI, MST, CUT).

Os resultados da pesquisa mostram que a maior participação nas feiras é de mulheres expondo os produtos da agricultura familiar. As mulheres que expõem seus produtos na feira realizam atividades pluriativas como artesã, empregada doméstica, revendedora de cosméticos, costureira, bordadeira e fazem bolos, pães e doces para vender. Já os homens exercem atividades pluriativas de pedreiro, pintor, fazem brinquedos de madeira, montador de móveis, podador de árvores, servente de pedreiro e UBER. A maioria dos entrevistados é membro das famílias que exercem essas atividades não agrícolas realizam a atividade de pedreiro e pintor.

A escolha por expor os produtos da agricultura familiar na feira do Bairro Marambaia tem grande relevância devido a sua localização e demanda pelos moradores desta região. Consideram, de forma coletiva, que esta feira é a com maior número de assentados expondo seus produtos porque as de outros dias da semana em outros bairros têm fluxo menor de vendas.

Os produtores relatam que, antes da feira, ofertavam seus produtos individualmente ou em mercados; ponderam que hoje é importante o incentivo da prefeitura com o ônibus para transporte e não pagam impostos para expor seus produtos.

No que tange ao início do trabalho na agricultura, a maioria dos produtores relataram que seguiram o mesmo ramo de trabalho de seus familiares enquanto outros iniciaram na agricultura familiar porque encontraram dificuldade para trabalhar no ambiente urbano, vindo de Ponta Porã ou de outras cidades fora do estado de Mato Grosso do Sul.

Para os entrevistados, ser da agricultura familiar é muito gratificante e prazeroso, porém há muitas dificuldades, como a falta de incentivos principalmente para os pequenos produtores, estradas precárias, falta de auxílios técnicos, dentre outras. Em relação aos créditos e benefícios, somente uma agricultora mencionou ser contemplada com os créditos do PRONAF, os demais entrevistados destacaram não conseguir devido à falta de títulos e burocracias necessárias.

Quanto a maior dificuldade encontrada, todos os participantes relataram que o deslocamento do assentamento para a cidade é difícil devido a péssima conservação das estradas rurais.

A partir dos dados coletados, foi possível identificar um baixo índice de escolaridade entre os entrevistados sendo que, de todos os participantes, somente uma agricultora tem ensino superior; outros relataram que não têm o ensino fundamental completo e que poucos membros das famílias têm escolaridade ou ensino médio completo. Ainda sobre a consequência da baixa escolaridade, uma produtora ressaltou que nem todos sabem manusear a máquina de cartão ou pix por falta do conhecimento, então a maior parte recebe os pagamentos somente em dinheiro.

Os principais produtos que são cultivados e comercializados pelos agricultores são hortifrutigranjeiros, em sua maioria frutas, verduras e alguns entrevistados responderam que fazem criação de vacas leiteiras para produção de leite e queijo; outros animais, como frangos e suínos, somente para seu sustento, além de soja e milho para seu consumo. Também são vendidos doces de leite, geleias, bolos, pães e outros produtos derivados da agricultura familiar advindos de receitas caseiras, passadas de geração em geração segundo os relatos.

Percebeu-se que, em relação às expectativas para o futuro, essas famílias buscam maiores incentivos nos estudos e qualificação; desejam escolas técnicas no assentamento para que seus filhos possam permanecer no campo dando continuidade a seus trabalhos na propriedade e não tenham que ir para a cidade em busca de estudos e empregos. A maioria dos jovens estão deixando o campo em busca de qualificação profissional e ficam só os pais e avós; e com o envelhecimento da população que reside no campo, aumentam as dificuldades, fazendo com que a pluriatividade se destaque e, com isso, outra renda possa se tornar mais importante para o processo de manutenção das propriedades e das famílias no campo.

Ainda no tocante às expectativas, um dos feirantes destaca que espera que os pequenos produtores possam regularizar seus lotes através da obtenção do título definitivo e a melhoria na infraestrutura das estradas rurais. A produtora Cidinha destaca, de forma individual, a esperança de que todos os produtores tenham saúde e melhor estrutura nas feiras, como a construção de sanitários. Somente duas produtoras participantes da entrevista responderam que não têm expectativas para o futuro e preferem esperar e viver dia após dia até a melhoria de suas condições.

Em relação à covid-19 e os impactos, todos os entrevistados responderam que, por conta dos protocolos de segurança, foi impossibilitada a comercialização dos produtos nas feiras, acarretando perdas tanto na produção como financeira.

Quando questionadas sobre as razões que levaram os membros das famílias a trabalharem em atividades não agrícolas, a maioria das famílias relatou que a falta de dinheiro para compra de insumos de preços elevados e a área da propriedade, considerada como insuficiente para gerar renda somente com a produção agrícola, foram as principais causas para a procura de novas oportunidades de trabalho fora da propriedade. Percebemos isso quando as famílias relatam que todos os membros que trabalham fora da propriedade em trabalhos não agrícolas contribuem para as despesas da família e das unidades produtivas.

A pluriatividade tem impactado positivamente na vida dessas famílias, contribuindo para o aumento de oferta de mão de obra no meio rural, ocasionando uma diminuição do êxodo rural. Esta nova forma de mão de obra permite novas possibilidades de obtenção de renda para os integrantes das famílias, possibilitando que elas possam ampliar seus rendimentos e manter suas propriedades rurais.

Portanto, os produtores ressaltam que o trabalho na feira e exercer atividades não agrícolas possibilitam uma melhoria na qualidade de vida, tanto financeira quanto emocional. Sair do campo e se envolver com as vendas oportunizou para alguns feirantes a possibilidade de superação da depressão. O trabalho na feira é de suma importância, bem como bordar, costurar, fazer artesanatos, dentre outras atividades, pois se sentem mais felizes e realizadas com uma interação entre os feirantes, os momentos de descontração e o espírito colaborativo, perceptível entre o grupo.

Percebe-se, então, que os membros que trabalham fora da propriedade em trabalhos não agrícolas contribuem com rendimentos para as despesas da família e das unidades e tanto mulheres quanto homens auxiliam na complementação de renda.

Assim, pode-se dizer que, para as famílias de produtoras feirantes, a pluriatividade representa uma das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, valendo-se de fatores internos e externos da unidade produtiva e se mostrando essencial para a perpetuação do modo de vida no campo.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Reforma Agrária. In: **Estudo da Dimensão Territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

\_\_\_\_S. (1996) Agricultura Familiar e Pluriatividade: as controvérsias do debate. In: **XVIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA**. Campina Grande.

\_\_\_\_S. e NAVARRO, Z. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (orgs.). **O Novo rural brasileiro**. V. 3. Embrapa/Unicamp, 2000.

AIRES, C, H, L. e S, G. **Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho**: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v.17, n.1, jan./abr. 2013.

AIRES, C, H, L. S, G. **Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho**: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS, *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n.1, jan./abr. 2013.

ALMEIDA, Gisele Maria R. de, RODRIGUES, Danilo Pitarello, RAQUEL Fernanda, CORTICEIRO, Daniel Banca A. **Mercado de Trabalho e Migração no Centro-Oeste Brasileiro**. Ouro Preto, Minas Gerais, 2002.

AMARAL, G; O; PEREIRA, B, D; ANANIAS, D, D; ZAMBRANO D, S, C. **A pluriatividade como estratégia de sobrevivência dos agricultores familiares da região Centro-Oeste brasileira**. v. 10, n. 2, jul.- dez. 2016.

ASMUS, R. M. F. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. Brasília/DF, UnB e Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004. Tese (Doutorado) – (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável).

BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2002.

BALEM, Tatiana Aparecida; ALVES Ethyene de Oliveira. A persistência das feiras de agricultores familiares em um cenário de “sojificação da sociedade”: elementos da realidade de Júlio de Castilhos e Tupanciretã/RS. *Revista Economia e Desenvolvimento*. Santa Maria: Ed.UFSM. v.32, ed. esp., e2, 2020.

BALSADI, Otavio Valentim. **Agricultura familiar e Pluriatividade no Centro-oeste**. *Revista Política Agrícola*. n.1, jan/fev/mar.2009.

BATALHA, M.O. Recursos humanos para o agronegócio brasileiro. Brasília: CNPq, 2000.



BELLÉ, Maria de Fátima Lessa. **Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do assentamento Itamarati**, Ponta Porá (MS): 2001-2010. Maria de Fátima Lessa Bellé. -- Campo Grande, 2011.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.87 p.  
BEZERRA, G. J; SCHLINDWEIN, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**.

BOTELHO, F. Atividades Não-agrícolas no Distrito Federal 1992/1995. In: **Anais... 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998. Brasil. In: Ornas. **Ocupações rurais não-agrícolas: oficina de atualização**.

CAMPOLINA, BERNARDO; SILVEIRA, FERNANDO GAIGER; **O mercado de trabalho rural: evolução recente, Composição da renda e dimensão regional**. Rio Branco – Acre, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2012

CALDART, R. S. Educação em Movimento: Formação de Educadores e Educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAPELLESSO, A. J. **Crédito e seguro da agricultura familiar: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência?** 2016. Tese (Doutorado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis, 2016.

CARVALHO, Francislene de Fátima; GROSSI Selma de Fátima. **A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS LIVRES E SEUS IMPACTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR** Interface Tecnológica. São Paulo, v. 16 n. 2. 2019.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado. In: **ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO**, 1998, Florianópolis. Anais.

CRESWELL, J. W. **Seleção de um projeto de pesquisa**. Métodos Qualitativos, Quantitativos e Mistos. Porto Alegre: Artemed, 2010.

CRUZ, S, S, D. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 241-269, abr./jun. 2012.

DELGADO, N. G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ufrgs, 2001.

DELGADO, G.D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R, OLIVEIRA, J.J; **Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília, IPEA, 2005.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. Graziano da. Ocupações e Rendas Rurais no DOS ANJOS, F, S; CALDAS, N, V. **Semântica e formação discursiva: a propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade**. UFPEL Pelotas - Rs – Coréia, 2006.

DIMENSTEIN, Magda; *et al.* (2016). Padrão de consumo de álcool em assentamentos destinos. In: DIMENSTEIN, Magda; *et al.* (Orgs.). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais** (pp. 297-330). São Paulo: Intermeios.

ESTEVES, M. C. A Sustentabilidade dos Empreendimentos Rurais: **um estudo a partir da implantação do turismo rural no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), UFSCar. CCET – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. EP, São Carlos, 2004.

ELLIS, F. **Household strategies and rural livelihood diversification**. The Journal of Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford, Oxford University Press, 2000.

GOMES, Romeu. Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) *et al.* **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 67-80.

GOUVEIA, Taciane. Muito trabalho e nenhum poder marcam as vidas das agricultoras familiares. **Panorama Brasileiro**. Observatório da Cidadania, p. 46 –50, 2003.

GLOWATZKI, *et al.* Políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar no município de Rolim de Moura, região da zona da mata vale do Guaporé-RO. **Rev. Saberes UNIJIPA**, Ji-Paraná, Vol. 13 nº 2 Fev/Jul. 2019.

GRAZIANO DA SILVA. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

GRISA, C., & SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, 52, 2014, 125-146.

GUANZIROLI, C. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. FAO/MDA. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do

Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

GUILHOTO, J., *et. al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** Brasília: NEAD, 2007.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil. Grandes regiões e unidades de federação.** Brasília: MDA, 2010.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

Holanda FUX. de. **A lógica Material e Simbólica na Agricultura Familiar: idiosincrasias de assentamentos cearenses.** Planejamento e políticas públicas n. 35 jul./dez. 2010.

IBGE, **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura familiar. Primeiros Resultados.** Rio de Janeiro: 2009 - Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=75>

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária.** 2010.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório sobre as informações gerais dos assentamentos** – Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (SR-16). Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Competitividade do Agrobusiness Brasileiro.** Relatório final. Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), publicado em CD-ROM, 4º. Vol., julho de 2008. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar. 2017.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: **articulações espaços-temporais. 2000.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2000.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 523-551, set. 2007.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, v. 1, n. 2, jul./set. 2000.

MACHADO, A, G; CAUME, D. **Multifuncionalidade e pluriatividade como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no brasil**. Universidade federal de Goiás, Goiânia –Brasil, 2008.

MACHADO, A, M, B. CASALINHO, H, D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 13, nº17- Julho/ Dezembro- 2010.

MACHADO, A, M, B. CASALINHO, H, D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrárias. **Revista Nera** – ano13, nº. 17 – Julho/Dezembro, 2010.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil (análises comparativas, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudos Agrários**, UBA: Argentina, N. 34, 1º sem./2011.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Economia NE**, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014 (suplemento especial).

MELO C. O.; PARRÉ, J. L. **Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização**. RER, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 329-365, 2007.

MESQUITA, L. A. P. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**. Dissertação (Mestrado em geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013

MICHELLON, E.; MOLINA, E.C, COSTA, T.R.; **Feira do Produtor Rural Pela Visão dos Consumidores**. In: V EPC Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, 2009.

MIOTO, R. C. T., CAMPOS, M. S., & de Lima, T. C. S. (2015). Quem cobre as insuficiências das políticas públicas? Contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. **Revista de Políticas Públicas**, 10(1), 165-183.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, Bibiane Dias; GOULART, Bethania Ferreira; RUIZ, Mariana Torreglosa SILVA, Sueli Riul da; SPONHOLZ, Flávia Azevedo Gomes. **Sintomas de depressão em mulheres rurais: fatores sociodemográficos**,

**econômicos, comportamentais e reprodutivos.** Acta Paul Enfermagem. 30(4),2017.

MOURA, T. T.; SILVA, A. L.; VIANA, A. B. N. Formatos de varejo: o caso do consumidor de alimentos. In: DE ANGELO, C. F.; SILVEIRA, J. A. G. (Orgs.). **Varejo Competitivo**. São Paulo: Saint Paul, 2005. v. 10.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, C, A. Pluriatividade das famílias rurais no nordeste e no sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, Ago, 2009.

NAVARRO, Zander. *Prefácio In:* VILPOUX, Olivier François (org.). **Sustentabilidade e Agricultura familiar**. Curitiba-PR: Editora CRV, 2011. 289

NEY, M. G. **Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2006.

NETO, Manoel Gomes Filho, ANDRADE, Rubian Diego, FELDEN. Érico Pereira Gomes. **Trabalho na Agricultura: Possível Associação Entre Intoxicação por Agrotóxicos e Depressão**. Revista Perspectiva: Ciência e Saúde. v.3 Ed.1, 2018.

OYAMADA, G, C, Et.al. **Agricultura familiar e pluriatividade: estudo de caso na comunidade Carrijo Poconé (MT), UFMT, Cuiabá, MT, Brasil, 2007.**

PADUA-GOMES, Juliana Benites. GOMES, Eder Pereira. PADOVAN, Milton Parron. **Desafios da comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de mato grosso do sul**. Taubaté, SP, Brasil. G&DR • v. 12, n. 1, p. 132-156, jan-abr/2016.

PADUA-GOMES, J. B.; BEZERRA, G. J.; NASCIMENTO, J. S.; SCHLINDWEIN, M. M.; PADOVAN, M. P. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, 2015.

PEREIRA, E. M. C. O Estado novo e a marcha para Oeste. **História Revista** 2(1): 113-129, jan./jun. 1997.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**.2004.

RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **EnCuad. Desarro Rural**. 8 (67): 231-249, 2011.

RÖHNELT, P. B. C.; SALAMONI, G. **O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar**: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. 2010 Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2010.

RUIZ, Alexandra Souza. SOUZA, Sulma Vanessa. SABBAG, Omar Jorge. Sustentabilidade em cultivos tradicional e hidropônico de alface. **Rev. Agro. Amb.**, v. 12, n.3, p. 815-835, jul./set. 2019.

REDIN E.; FIALHO M. A. V. **Política agrícola brasileira**: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar. Santa Maria: UFSM, 2010.

SABBAG, Omar Jorge. NICODEMO, Daniel **-Viabilidade econômica para produção de mel em propriedade familiar**. Trop., Goiânia, v. 41, n. 1, p. 94-101, jan./mar. 2011.

SAKAMOTO, C, S, NASCIMENTO, C, A; MAIA A, G. **As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro**: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 54, Nº 03, p. 561-582, Jul/Set 2016.

SALETE, S, P, L. HEINZMANN, M. SHIKIDA P, F, A. **A pluriatividade e a viabilização da pequena propriedade**: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo– Pr, 2006.

SANGALLI A. R. Schindwein M.M, CAMILO, L. R. Produção e geração de renda na agricultura familiar: um diagnóstico do assentamento rural Lagoa Grande em Dourados, Mato Grosso do Sul. **Ciência e Natura**, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014.

SANTOS, Maria Vanda Dos. SANTOS, Joelma Cristina Dos. **A CONFIGURAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA FEIRA DO SINDICATO EM ITUIUTABA-MG**. Ituiutaba, v. 11, n. 1, p. 19-37, jan./jul. 2020.

SARACENO, E. (1996) **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Roma, 1996. [tradução do original italiano por Ângela Kageyama, do Instituto de Economia da Unicamp].

SAUERBRONN, F. F. (2009). **Co-determinação e não-ação em estratégia de responsabilidade social**. Tese de Doutorado, Centro de Formação Acadêmica e de Pesquisa, Escola Brasileira De Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Rio de Janeiro.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 51. fev./2003.

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**, 2005, Brasília-DF. DF: MDA: CONDRAF, 2005, p. 23.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. Org. Hubert C. de Grammont. México: Ed. Flacso, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. 2013.

SCHNEIDER, Leoni Inês Balzan, FALCKEMBAK, Elza M. F., FRANTZ, Walter. Feira Sabor da Terra: uma experiência de economia familiar no campo da educação popular. **Cadernos do CEOM** – Ano 20, n. 27 – Lutas pela terra. 2014.

SCHNEIDER, Sergio, CASSOL, Abel; LEONARDI; Alex; MARINHO, Marisson de M. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. **ESTUDOS AVANÇADOS** 34 (100), 2020.

SEMADE-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul** – 2015. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/1497-2/>.

SILVA, Carolina Braz de Castilho, SCHNEIDER, Sergio, Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Daiane Alencar da. **As Políticas Públicas De Reforma Agrária: desdobramentos no Assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS**. Tese (Doutorado em Geografia), Dourados: UFGD, 2018.

SILVA, V, R. DA SILVA M, M. PEREIRA, M, C, B. **Pluriatividade e sustentabilidade em comunidades rurais do semiárido nordestino**. Revista desenvolvimento e meio ambiente, vol. 35, dezembro 2015.

SILVA, Paulo Roberto da. **Agricultura familiar e seus impactos: o caso do assentamento Itamarati I**. Dissertação de Mestrado (PPGDRS)-UEMS, 2017.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Proposta, Rio de Janeiro, n. 87, dez. 2000.

SILVESTRO, M. L.; NADAL, R. de; MELLO, M. A. de; DORIGON, C. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: o caso do oeste catarinense**. Sober, 2000.

SOUZA, Osmar Ramão Galeano De, SOUZA, Juan Diego Ferelli De CAMPEÃO, Patrícia JACINTO, Lucas Casonato. **Agricultura familiar no MS: entre resultados expressivos e decisões políticas deficientes.** 50 Congresso SOBER- Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBRAL, CE, 2012.

SOUZA, G. H. F.; BRITO, R. A. L.; NETO, J. D.; SOARES, J. M.; NASCIMENTO, T. Desempenho do distrito de irrigação Senador Nilo Coelho. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 5, n. 2, p. 204-209, 2001.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. KRETER, Ana Cecília de Medeiros Nitzsche. **A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil.** Informe Gepec, Toledo, v. 18, n. 1, p. 177-192, jan./jun. 2014.

TERRA, A. O Assentamento Itamarati no contexto dos mega empreendimentos em território sul-mato-grossense. **Revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, 2010.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e ou por pressão Assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS: o pivô da questão.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

TONINI, H. Vinhos, Turismo e Pluriatividade na Agricultura. **Revista Rosa dos Ventos**, 5 (2) 218-227, abril-junho, 2013.

TONINI, H. **Vinhos, Turismo e Pluriatividade na Agricultura.** Revista Rosa dos Ventos 5(2) 218-227, abril-jun, 2013.

VIEIRA, R, M; VAREIRO, L, R; ILHA, A, DA SILVA. **O comportamento da população rural e do emprego na agricultura no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1998 a 2006.** Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria - RS – Brasil, 2008.

VINCIGUERA, Ana Paula. **Agricultura Familiar – Uma Análise do Pequeno Produtor Rural no Município de Assis/ SP.** Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA - Assis, 2014. 33 p.



**ANEXOS****ANEXO I****Roteiro para entrevistas****Pesquisa dissertação Mestrado:**

PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA  
ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-  
AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS

**Primeira seção:**

1. Apresentação do pesquisador para o entrevistado e um bate-papo informal.
2. O pesquisador irá falar sobre sua pesquisa.
3. O Pesquisador fala da confidencialidade; explica sobre o recolhimento de assinaturas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
4. O pesquisador solicita a permissão para gravar a entrevista.

**Segunda seção:****Roteiro de entrevistas com agricultores familiares**

1. Nome completo (idem para conjugue)
2. Idade e sexo; Estado civil; tem filhos?
3. Lugar de residência atual?
4. Pertence a algum grupo do assentamento?

5. Conte-me sobre como você iniciou a vida com o trabalho na agricultura.
6. Conte-me como é, para a sua família, estar envolvido com a agricultura familiar.
7. Que produtos são cultivados?
8. Por que escolheu essa feira para expor seus produtos?
9. Existe algum incentivo financeiro por parte do governo ou município para exposição nas feiras?
10. Fale-me um pouco sobre qual é a maior dificuldade enfrentada por você ou pelos agricultores locais?
11. Além da atividade agrícola, você ou outro membro da sua família, exerce outro tipo de atividade não agrícola?
12. Por que optaram por essa atividade não agrícola?
13. Qual (is) sua(s) principal (is) fonte(s) de renda da família?
14. Quais perspectivas futuras a família possui com relação ao seu trabalho na agricultura?
15. Conte-me como você percebe a importância das políticas de incentivo à produção agrícola no assentamento Itamarati?
16. A gente considera que uma família pluriativa é aquela que desenvolve atividades agrícolas e soma a elas outras atividades não ligadas ao campo. Fale me um pouco sobre quais são, na sua opinião, os motivos que levam as famílias agrícolas dessa região a se tornarem pluriativas:
17. Conte-me quais são para você as principais dificuldades encontradas no mercado de trabalho rural?
18. Existe em sua opinião diferença entre homens e mulheres participando em atividades pluriativas? Você acha que há mais incentivos relacionados ao sexo ou a idade para participar atividades pluriativas?
19. Qual a importância da participação nas feiras de assentados?
20. Fale-me um pouco sobre que planos você tem para o futuro como agricultor/produtor rural.

## ANEXO II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) convidamos você para participar voluntariamente da pesquisa **PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**, tema de dissertação que está sendo desenvolvida sob a coordenação da aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos da UEMS, Nível Mestrado – PPGDRS, **Juliana Maria Vieira da Costa**.

Nesta pesquisa, início explicando que o **termo pluriatividade** refere se a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por pessoas que pertencem à mesma família, podendo ser realizada dentro ou fora da propriedade.

Destacamos alguns exemplos de **Ocupações Agrícolas** como (Trabalhador Braçal, Agricultor por Conta-Própria, operador de máquinas agrícolas, gerentes, administradores),

**Ocupações Não-Agrícolas** (Eletricista, Encanador, Marceneiro, Taxista, Pedreiro, Mecânico, Borracheiro, Vendedor Ambulante, Costureira, Turismo Rural, Floricultura de Mesa, Fazenda Hotel); dentre outros.

O objetivo central da pesquisa é **compreender como a pluriatividade está inserida no cotidiano de famílias que participam de feiras de assentados e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais.** A pesquisa proposta contribuirá para ampliar as discussões e a compreensão a respeito da temática desenvolvida permitindo conhecer as principais dificuldades, as transformações sofridas com essas famílias de assentados .Desta forma, a relevância da pesquisa é de ordem teórica, por

fortalecer o conhecimento teórico-crítico e metodológico para a literatura, bem como de ordem prática, pois oferecerá melhor compreensão possibilitando o conhecimento da realidade agregando novas informações sobre o assunto, fornecendo elementos para melhor compreensão das mudanças que estão ocorrendo na forma ocupacional do setor agrícola, apresentando dados que forneçam ferramentas para a fundamentação de futuros debates e pesquisas no meio acadêmico.

**Sua participação é voluntária** e se dará por meio de **entrevista narrativa**. Por isso, para participar da pesquisa, você:

1. **Será entrevistado a partir de um roteiro de perguntas.**
2. **A entrevista poderá ser gravada com seu consentimento.**

**Se você aceitar participar, contribuirá para** a produção de conhecimento teórico e compreensão da pluriatividade e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida das famílias rurais assentadas.

Quanto aos benefícios (diretos ou indiretos) relacionados com a colaboração dos respondentes nesta pesquisa é que estes poderão se beneficiar através da troca de informações e através da disponibilização de resultados analisados que traça o perfil dos agricultores dessas famílias assentadas, bem como as características das atividades desenvolvidas e a necessidade ou não das práticas pluriativas. Estes dados estarão disponíveis a população em geral e aos órgãos competentes podendo a partir disso planejar as mudanças que acharem pertinentes, após os resultados divulgados os entrevistados poderão se reunir e através de reuniões discutirem juntamente com representantes locais a necessidade de novas políticas de incentivos rurais, sem que haja a identificação nominal dos participantes da entrevista, será também disponibilizado a análise e resultados da pesquisa, através de relatórios, publicações em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e dissertação.

Além disso, para a pesquisadora que executará a pesquisa, a execução da mesma contribuirá para a sua formação acadêmica enquanto estudante de

Pós-graduação no curso de Mestrado; também contribuirá para que a pesquisadora, ao compreender e refletir sobre os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais.

**A Pesquisa não oferece risco que comprometa a segurança física dos participantes.** No entanto, por se tratar de pesquisa com entrevistas em profundidade, por meio da qual os entrevistados contam suas histórias, falam de suas vivências e experiências, há a possibilidade de impacto emocional (por exemplo, choro, alegria ou tristeza ao se lembrarem e relembrem situações experimentadas). Desta forma, a participação na pesquisa apresenta **risco mínimo** de comprometimento emocional durante as entrevistas, podendo apresentar momentos de emoções como alegria, choro, tristeza, cansaço, aborrecimento durante a execução da pesquisa. Contudo, **para amenizar as chances de o risco** ocorrer e prevenir que o participante seja abalado emocionalmente, a entrevista será realizada em local seguro, confortável, garantindo a privacidade, além disso, o participante poderá se recusar a responder questões que suscitem emoções indesejáveis. O pesquisador manterá um diálogo aberto com o participante permitindo que o mesmo expresse sua necessidade em caso de dano, desejo de interrupção da entrevista e ainda desistência em participar do estudo, bem como fará o encaminhamento necessário para assistência frente ao dano decorrido. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa tem direito a buscar indenização.

Se depois de consentir sua participação na pesquisa você desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de dados, independente do motivo sem prejuízo a sua pessoa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade será sempre mantida em sigilo. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido sobre as informações acima, no caso de você aceitar fazer parte do estudo, assine em todas as folhas e ao final deste documento, que está em duas vias e também será

assinado pela pesquisadora que conduzirá a entrevista. Uma das vias assinadas em todas as folhas é sua e a outra via é da pesquisadora responsável.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a responsável, **Juliana Maria Vieira da Costa**. Telefone: (67) 34339297. E-mail: juh.vcosta@hotmail.com. Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética Com Seres Humanos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (CESH/UEMS)**. Telefone: (67) 3902-2699. E-mail: cesh@uems.br. Endereço: Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Itahum, km 12. Bloco B, 1º piso. Dourados – MS. Horário de atendimento: das 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado e aceito participar da pesquisa intitulada **PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS**, onde a pesquisadora Juliana Maria Vieira da Costa, me explicou como será a pesquisa de forma clara e objetiva.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

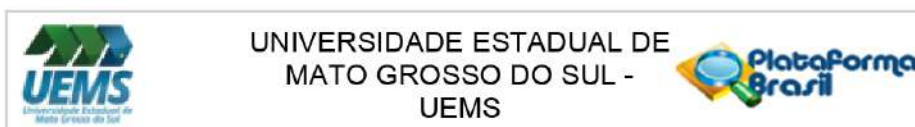
**Assinatura do (a) Pesquisador (a)** \_\_\_\_\_

**Assinatura do Participante da pesquisa**

\_\_\_\_\_

## ANEXO III

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

## DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PLURIATIVIDADE NO SETOR RURAL DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS DE FAMÍLIAS ASSENTADAS.

**Pesquisador:** JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 38400820.7.0000.8030

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

## DADOS DO PARECER

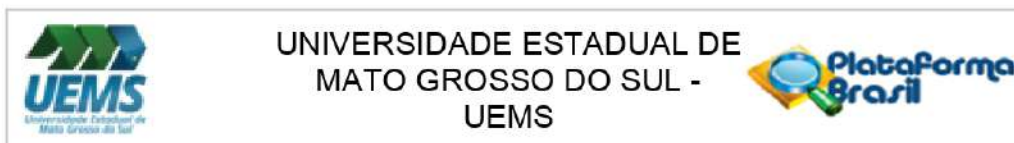
**Número do Parecer:** 4.451.667

## Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa apresentado por Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- UEMS, com foco nos trabalhadores rurais de assentamento localizado no estado de Mato Grosso do Sul, Assentamento Itamaraty. Pretende-se uma pesquisa qualitativa, a partir do emprego de um roteiro de entrevista, a ser realizada com 16 pessoas, gravada, e durante a qual serão abordadas questões relacionadas ao trabalho rural e ao desempenho de atividades extras, de outras naturezas. As perguntas envolvem a percepção do(a) entrevistado(a) sobre seu trabalho, sobre seu meio e perspectivas futuras. Segundo a autora: "pretende-se agregar novas informações para compreensão da pluriatividade e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida das famílias rurais assentadas,consequentemente contribuirá ao fornecer elementos para melhor compreensão das mudanças que estão ocorrendo na forma ocupacional do setor agrícola, apresentando dados que forneçam ferramentas para a fundamentação de futuros debates e pesquisas no meio acadêmico." A coleta de dados está prevista para Dezembro de 2020. Em parecer anterior, o projeto foi considerado como "Pendente"devido aos seguintes aspectos:

- 1) TCLE em linguagem de difícil compreensão e sem a adequada previsão dos Benefícios dos participantes;
- 2) Folha de Rosto de baixa resolução que dificultava identificar responsáveis.

**Endereço:** Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx.351  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 79.804-970  
**UF:** MS **Município:** DOURADOS  
**Telefone:** (67)3902-2699 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 4.451.667

**Objetivo da Pesquisa:**

O objetivo da pesquisa é compreender como a pluriatividade está inserida no cotidiano de famílias que participam de feiras de assentados e os impactos dessas atividades não-agrícolas na vida dessas famílias rurais

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A autora prevê a possibilidade de desconforto ao responderem questões que abordam seu trabalho, meio de sobrevivência e perspectivas futuras, temas que poderão trazer à tona algumas emoções negativas. A autora prevê cuidados para riscos baixos, como os da proposta apresentada e está ciente da necessidade de sigilo, respeito e de que poderá ter que interromper a pesquisa/entrevista, nesses casos.

Os Benefícios, na versão inicial, estavam voltados exclusivamente para o ganho acadêmico da pesquisadora e para a potencial contribuição com a academia no que diz respeito à compreensão da situação atual de trabalho e sobrevivência dos assentados e o papel das múltiplas atividades nesse processo. Na versão em análise, a autora se compromete a apresentar os resultados da pesquisa à população fomentar discussões para reflexão sobre as relações de trabalho e perspectivas. De acordo com a autora:

"Quanto aos benefícios (diretos ou indiretos) relacionados com a colaboração dos respondentes nesta pesquisa é que estes poderão se beneficiar através da troca de informações e através da disponibilização de resultados analisados que traça o perfil dos agricultores dessas famílias assentadas, bem como as características das atividades desenvolvidas e a necessidade ou não das práticas pluriativas. Estes dados estarão disponíveis a população em geral e aos órgãos competentes podendo a partir disso planejar as mudanças que acharem pertinentes, após os resultados divulgados os entrevistados poderão se reunir e através de reuniões discutirem juntamente com representantes locais a necessidade de novas políticas de incentivos rurais, sem que haja a identificação nominal dos participantes da entrevista, será também disponibilizado a análise e resultados da pesquisa, através de relatórios, publicações em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e dissertação."

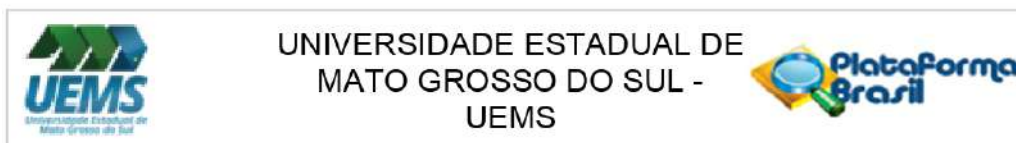
**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Em versão retificada do Projeto em tela, observa-se:

O TCLE foi retificado, os termos "pluriatividade", ocupação agrícola e não agrícola" foram explicados e a linguagem está mais acessível, ainda que contendo termos que poderiam ser apresentados de forma mais coloquial. No entanto, possíveis de serem compreendidos por uma

<b>Endereço:</b> Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx.351	
<b>Bairro:</b> Cidade Universitária	<b>CEP:</b> 79.804-970
<b>UF:</b> MS	<b>Município:</b> DOURADOS
<b>Telefone:</b> (67)3902-2699	<b>E-mail:</b> cesh@uems.br





Continuação do Parecer: 4.451.667

população que não faça parte do meio científico.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Folha de Rosto assinada por Eliana Lamberti, Coordenadora adjunta da PPGDRS.

TCLE retificado e apresenta os quesitos necessários para que possa ser apresentado à população que fará parte da pesquisa.

**Recomendações:**

Projeto foi retificado de forma satisfatória.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não foram observadas novas inadequações na versão em tela.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** em virtude do(a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior. Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

\* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

\*\* O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plataforma Brasil.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1632086.pdf	05/11/2020 05:18:04		Aceito
Folha de Rosto	folharosto.PDF	05/11/2020 05:17:05	JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/11/2020 04:07:41	JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA	Aceito
Outros	roteiroentrevistas.pdf	18/09/2020 18:50:44	JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura	projetodetalhado.pdf	18/09/2020 18:48:53	JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA	Aceito

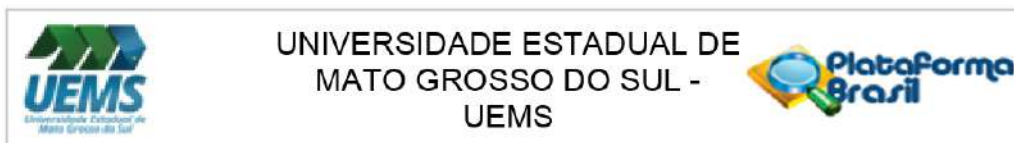
**Endereço:** Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351

**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 79.804-970

**UF:** MS **Município:** DOURADOS

**Telefone:** (67)3902-2699

**E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 4.451.667

Investigador	projetodetalhado.pdf	18/09/2020 18:48:53	JULIANA MARIA VIEIRA DA COSTA	Aceito
--------------	----------------------	------------------------	----------------------------------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

DOURADOS, 10 de Dezembro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Márcia Maria de Medeiros**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rodovia Dourados Itahum - Km 12 - Cx:351  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 79.804-970  
**UF:** MS **Município:** DOURADOS  
**Telefone:** (67)3902-2699 **E-mail:** cesh@uems.br

## ANEXO IV

### Imagens dos produtos comercializados na feira

1. Frutas e verduras produzidas no assentamento e comercializadas na feira.



Fonte: própria. Janeiro/ 2021 Local: feira do Marambaia.

2. Imagem de diversos produtos derivados da agricultura familiar, geleias, doces de leite, rapaduras, doces de aboboras, laranjas, pimentas em conservas dentre outros.



Fonte: Própria. Janeiro /2021 Local: feira do Marambaia.



3. Imagem das diversas flores cultivadas no assentamento e comercializadas na feira do Marambaia.



Fonte: Própria. Janeiro /2021 Local: feira do Marambaia.